

Relatório



3^a Mostra Nacional
de Práticas em

PSICOLOGIA NO SUAS

*O trabalho da Psicologia
na efetivação dos direitos
socioassistenciais*

2024

Realização:
**Comissão Nacional de
Psicologia na Assistência
Social (CONPAS)**



**Conselho
Federal de
Psicologia**

**Conselhos
Regionais de
Psicologia**





Relatório



3^a Mostra Nacional
de Práticas em

PSICOLOGIA NO SUAS

*O trabalho da Psicologia
na efetivação dos direitos
socioassistenciais*

2024

Conselho Federal de Psicologia

Endereço: SAF SUL, Quadra 2, Lote 2,
Bloco B, Ed. Via Office, térreo, sala 104
CEP: 70.070-600 - Brasília/DF, Brasil.
Fone: (61) 2109-0100
www.cfp.org.br
facebook.com/conselhofederaldepsicologia
Twitter @cfp_psicologia
Instagram @conselhofederaldepsicologia

Coordenadora Geral Estratégica

Emanuelle Silva

Coordenador-Geral Executivo

Rafael Menegassi Taniguchi

Gerência de Comunicação

Marília Mundim (*Gerente*)

Raphael Gomes (*Supervisor*)

Gerência Técnica

Camila Dias de Lima Alves (*Gerente*)

Ylo Barroso Caiado Fraga (*Supervisor Técnico*)

Lissane Raquel Henrique Bahia de

Oliveira Santos (*Analista Técnica*)

Nádia Meireles Moreira (*Assessora*)

Edição de Texto

Nádia Meireles Moreira

Projeto Gráfico e Diagramação

Diego Soares da Silva

XIX Plenário | Gestão 2023-2025

Conselheiras(os) Efetivos:

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho - *Presidente*

Alessandra Santos de Almeida -

Vice-Presidente (a partir de 23/4/2024)

Izabel Augusta Hazin Pires - *Secretária*

Célia Mazza de Souza - *Tesoureira*

Ivani Francisco de Oliveira -

Vice-Presidente de 16/12/2022 a 19/04/2024

Carla Isadora Barbosa Canto -

Secretária Região Norte

Juliana de Barros Guimarães -

Secretária Região Nordeste

Carolina Saraiva - *Secretária Região Centro-Oeste*

Roberto Chateaubriand Domingues

- *Secretário Região Sudeste*

Neuza Maria de Fátima Guareschi

- *Secretária Região Sul*

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos - *Conselheiro 1*

Raquel Souza Lobo Guzzo - *Conselheiro 2*

Suplentes:

Nita Tuxá - *Suplente*

Evandro Morais Peixoto - *Suplente*

Rodrigo Acioli Moura - *Suplente*

Fabiane Rodrigues Fonseca - *Suplente Região Norte*

Clarissa Paranhos Guedes -

Suplente Região Nordeste

Gabriel Henrique Pereira de Figueiredo

- *Suplente Região Centro-Oeste*

Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro

- *Suplente Região Sudeste*

Marina de Pol Poniwas - *Suplente Região Sul*

Rosana Mendes Éleres de Figueiredo

- *Conselheira Suplente 1*

Jefferson de Souza Bernardes -

Conselheira Suplente 2

**COMISSÃO NACIONAL DE PSICOLOGIA
NA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CONPAS**

Membros da Comissão

Neuza Maria de Fátima Guareschi
Coordenadora da CONPAS

Bárbara de Souza Malvestio
Representante Região Sudeste na CONPAS

Márcio Aparecido Coletti
Representante Região Centro-Oeste na CONPAS

Wanderson Vilton Nunes da Silva
Representante Região Nordeste na CONPAS

Simone Cristina Gomes
Representante Região Sul na CONPAS

Lidiane Colares de Faro
Representante Região Norte na CONPAS

CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA

REGIÃO CENTRO-OESTE

Representantes Regionais:

Juliana Sangoi - *CRP 01 (DF)*
Luciana de Santana Amorim - *CRP 09 (GO)*
João Paulo Ribeiro - *CRP 14 (MS)*
Juliana Costa Serra - *CRP 18 (MT)*

REGIÃO SUDESTE

Representantes Regionais:

Marleide Marques - *CRP 04 (MG)*
Gabrielle Rios - *CRP 04 (MG)*
Vanessa Silveira de Brito - *CRP 05 (RJ)*
Thais Vargas - *CRP 05 (RJ)*
Tayná Alencar Berti de Souza - *CRP 06 (SP)*
Danthi Barbosa Lima - *CRP 16 (ES)*

REGIÃO NORDESTE

Representantes Regionais:

Edson de Souza Lima - *CRP 02 (PE)*
Gloria Maria Machado Pimentel - *CRP 03 (BA)*
Thaís Machado - *CRP 03 (BA)*
Jorge Luiz Pereira e Silva - *CRP 11 (CE)*
Juciara Noara Santana de Araújo
Costa - *CRP 13 (PB)*
Liliana de Sena Lúcio - *CRP 15 (AL)*
Arthur Luiz de Oliveira dos Santos - *CRP 17 (RN)*
Mário Silvio de Souza Fraga - *CRP 19 (SE)*
Gustavo Souza - *CRP 21 (PI)*
Péricles de Souza Macedo - *CRP 22 (MA)*

REGIÃO SUL

Representantes Regionais:

Eliana Sardi Bortolon - *CRP 07 (RS)*
Kathia Regina Galdino de Godoy - *CRP 08 (PR)*
Joseane Nazário - *CRP 12 (SC)*

REGIÃO NORTE

Representantes Regionais:

Ingrid Sabrina Batista Costa - *CRP 10 (PA e AP)*
Vanessa Miranda - *CRP 20 AM (RR)*
Ana Karla da Silva Feitoza - *CRP 24 (RO)*



Sumário

Apresentação	6
Panorama da III Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS:	7
Etapa Nordeste.....	8
Etapa Centro-Oeste	10
Etapa Sul	12
Etapa Norte	14
Etapa Sudeste	16
III Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS: Práxis e Reverberações	18
Referências:	35
Carta de Compromisso	36
Anexo I.....	38
Anexo II	41

Apresentação

A Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) foi instituída pela Resolução CFP nº 7, de 23 de junho de 2020. Composta por um representante de cada região do país, além de um representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que ocupa a função de coordenador, a CONPAS tem as seguintes atribuições:

- Executar as deliberações do CFP relacionadas à Assistência Social;
- Propor a implementação de iniciativas do Congresso Nacional de Psicologia (CNP) voltadas para a Assistência Social ao CFP;
- Elaborar e encaminhar ao CFP projetos de regulamentação, orientação e fiscalização do exercício profissional da Psicologia no contexto da Assistência Social;
- Incentivar a participação da Psicologia em comissões, fóruns e conselhos de Assistência Social, conforme orientação do CFP;
- Sugerir estratégias para a consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) ao CFP;
- Subsidiar o CFP em questões correlatas à área da Assistência Social.

Com o objetivo de promover um espaço de reflexão e troca de experiências, saberes e práticas da Psicologia dentro da Política Pública de Assistência Social, a CONPAS, em parceria com os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), tem realizado edições periódicas da Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS.

Na perspectiva de oportunizar um espaço de reflexão e compartilhamento de experiências, saberes e práticas da Psicologia na Política Pública de Assistência Social, a Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS), com a parceria dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), vem realizando edições periódicas da Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS.

No presente ano, já em sua 3ª edição, a atividade foi lançada por meio do Edital de Chamada Pública CFP nº 02/2024, e teve por objetivo, nesta oportunidade, possibilitar a reflexão acerca do “fazer” da Psicologia na Política de Assistência Social, reconhecendo a potência da atuação da ciência psicológica no enfrentamento das desigualdades sociais e na efetivação dos direitos socioassistenciais, sob a perspectiva do compromisso ético e social da Psicologia.

O evento foi aberto à participação de profissionais, professoras(es), pesquisadoras(es) e estudantes de Psicologia e, em conjunto com estas(es), outras(os) trabalhadoras(es) que atuam na Política de Assistência Social e nas demais Políticas Públicas com ações conjuntas na execução intersetorial de ofertas socioassistenciais.

Durante os encontros, as(os) participantes dividiram os diálogos por eixos temáticos, ressaltando aspectos relacionados às práticas intersetoriais na construção de proteção social, as implicações no trabalho da Psicologia no SUAS, interseccionalidade no Sistema Único de Assistência Social, territórios amazônicos e participação social.

Também foi viabilizada a submissão de trabalhos, nas modalidades “comunicação oral” (nas categorias ‘relato de experiência’ e ‘relato de pesquisa’) e “exposição” (categoria ‘pôster’).

Panorama da III Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS:

5

Etapas Regionais

Período de realização:

07 de junho a 27 de julho de 2024

Total de inscritos: **1.667**

Total de participantes: **544**

Total de trabalhos apresentados: **175**

Tema geral: SUAS:

O trabalho da Psicologia na efetivação dos direitos socioassistenciais

Eixos temáticos:	
Eixo 1 “Psicologia na atuação intersetorial do SUAS: Práticas intersetoriais na construção de proteção social”	Este eixo tem por objetivo abordar práticas e ações de psicólogas e psicólogos no SUAS, que retratem o trabalho intersetorial nos territórios, para efetivação de proteção social no âmbito da Assistência Social. Tais práticas relacionam o SUAS ao campo da justiça, saúde, educação, moradia, trabalho, além daquelas que estejam compreendidas no contexto do controle social do SUAS.
EIXO 2 “Direitos Humanos na diversidade dos territórios: as implicações no trabalho da Psicologia no SUAS”.	Diante do cenário atual, marcado por violações dos direitos humanos em diversos territórios: rurais, urbanos e territórios originais, este eixo tem por objetivo oportunizar relatos e experiências pessoais nos diversos Serviços Socioassistenciais, Programas, Projetos e operacionalização de benefícios no âmbito do SUAS.
EIXO 3 “Interseccionalidade no SUAS: As práticas da Psicologia no enfrentamento da fome e das violências”	Este eixo tem por objetivo abordar o contexto de desmonte do SUAS, circunstância que precariza as(os) usuárias(os) e as(os) trabalhadoras(es) atuantes na Política de Assistência Social. A subalternização de grupos vulneráveis é um indicativo da necessidade de intervenções a partir dos marcadores sociais. Neste contexto, a interseccionalidade é um instrumento precioso de análise para as(os) profissionais do SUAS, na medida em que amplia as intervenções na rede de proteção social e produz ações de resistência à violência e à fome.
EIXO 4 “Territórios Amazônicos e Direitos Humanos: políticas públicas e práticas da Psicologia no SUAS”	Este eixo tem por objetivo explorar as complexidades e desafios inerentes aos Territórios Amazônicos, destacando a interseção entre Direitos Humanos e a atuação da Psicologia no SUAS.
EIXO 5 “O trabalho da Psicologia e a sua Participação Social: Dimensão ética, técnica e política na defesa do SUAS”	Diante de um cenário de desmonte das políticas públicas, desfinanciamento e precarização das relações de trabalho, este eixo tem por objetivo tratar sobre os desafios do trabalho da psicologia no SUAS, na perspectiva de uma atuação implicada com a dimensão ética, técnica e política da profissão. Busca, ainda, abordar a importância da participação social nos espaços de controle social alinhados à defesa do SUAS.



Etapa Nordeste

Aracaju - SE

07 e 08 de junho de 2024

A etapa Nordeste da III Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS foi realizada nos dias 07 e 08 de junho de 2024, na cidade de Aracaju-SE, na Universidade Tiradentes (UNIT) - Farolândia.

Foi organizada em parceria com o Conselho de Psicologia da 19ª (SE), que sediou a referida etapa, em articulação com os Conselhos de Psicologia da 2ª (PE), 3ª (BA), 11ª (CE), 13ª (PB), 15ª (AL), 17ª (RN), 21ª (PI) e 22ª (MA) Regiões.

“A Psicologia na atuação intersetorial do SUAS: Práticas intersetoriais na construção de proteção social” foi o tema central da programação da etapa da Região Nordeste da III Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A atividade teve um total de 451 inscrições, com participação efetiva de 116 pessoas, entre profissionais e estudantes de toda a região. Ademais, foram recebidos um total de 54 trabalhos, os quais também foram apresentados durante o evento.

O evento foi iniciado com a mesa de abertura com representantes institucionais, seguida da mesa temática “Diálogos entre intersectorialidade e interseccionalidade no SUAS”.

No segundo dia, houve a exposição de pôsteres e apresentação de trabalhos. Além destas apresentações, foi realizada a atividade do Fórum dos Trabalhadoras(es) do SUAS: “O (im)pertinente compromisso da Psicologia para o fortalecimento do SUAS: precarização do trabalho, controle social e educação permanente.” Também foram realizadas as rodas de conversa “Demandas do Sistema de Justiça às(os) Psicólogas(os) do SUAS: delimitações na interface interinstitucional.” e “Elaboração de relatórios pelo profissional de Psicologia no SUAS”.

Houve, ainda, a mesa de encerramento “Onde a psicologia no SUAS pisa? Práticas profissionais para garantia de Direitos socioassistenciais.”

Programação:

08 de junho de 2024

18h00 – Mesa de Abertura

Neuza Guareschi (conselheira do CFP e coordenadora da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS)

Wanderson Vilton

(representante da região Nordeste na CONPAS)

Representantes dos Conselhos Regionais de Psicologia da região

Nordeste: CRP 02; CRP 03; CRP 11; CRP 13; CRP 15; CRP 17; CRP 19; CRP 21; CRP 22

Reitoria da Universidade Tiradentes - Alisson Oliveira (MNPR/SE)

18h45 – Mesa Temática Regional: “Diálogos entre intersetorialidade e interseccionalidade no SUAS”

Mediação: Wanderson Vilton

Convidadas(os):
Monaliza Cirino (BA)
Isabel Fernandes (RN)
Alisson Oliveira (MNPR/SE)

Dia 09 de junho de 2024

8h30 às 10h30 –

Sessões simultâneas de apresentação de trabalhos

10h às 12h – Fórum dos Trabalhadoras(es): “O (im) pertinente compromisso da Psicologia para o fortalecimento do SUAS: precarização do trabalho, controle social e educação permanente”.

Mediação: Edson Lima (PE) e Liliana de Sena (AL)

Convidadas(os):

Gustavo Souza (CEAS/PI)
Mailson Santos Pereira (BA)
Lidiane Faro (representante do CFP no FNTSUAS e representante da região norte na CONPAS/CFP).

14h – Roda de Conversa - (Bloco I): Demandas do Sistema de Justiça às(os) Psicólogas(os) do SUAS: delimitações na interface interinstitucional.

Mediação:
Thaís Machado (BA)

Convidadas(os):
Tamiris Ferreira de Assis Silva (AL)
Diego Mendonça (CE)

14h50 – Roda de Conversa - (Bloco II): Elaboração de relatórios pelo profissional de Psicologia no SUAS

Mediação: Juciara Noara (PB)

Convidadas(os):
Denise Barbosa (SE)
Manoel Carvalho (AL)

15h45 – Mesa de encerramento – “Onde a psicologia no SUAS pisa? Práticas profissionais para garantia de Direitos socioassistenciais.”

Mediação: Andrea Esmeraldo (CE)

Convidadas(os):
Ailena Júlie Conceição (BA)
Marina Queiroz (RN)
Itamar Sousa (PE)



Etapa Centro-Oeste

*Campo Grande - MS
14 e 15 de junho de 2024*

A etapa Centro-Oeste foi realizada nos dias 14 e 15 de junho de 2024, em Campo Grande-MS, no auditório da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS.

Foi organizada em parceria com o Conselho de Psicologia da 14ª Região (MS), que sediou a referida etapa, em articulação com os Conselhos de Psicologia da 1ª (DF), 9ª (GO) e 18ª (MT) Regiões.

A atividade teve um total de 250 inscrições, com participação de aproximadamente 88 participantes, dentre acadêmicas(os), profissionais e estudantes de toda a região. Foram apresentados um total de 24 trabalhos durante o evento.

Os debates na região foram norteados pelo tema “Direitos Humanos na diversidade dos territórios: as implicações no trabalho da Psicologia no SUAS”. Considerando o cenário atual, marcado por violações dos direitos humanos em diversos territórios: rurais, urbanos e territórios originais, este eixo tem por objetivo oportunizar relatos e experiências pessoais nos diversos Serviços Socioassistenciais, Programas, Projetos e operacionalização de benefícios no âmbito do SUAS.

A mesa de abertura foi composta por representantes institucionais do CFP, dos CRPs da região centro-oeste e da reitoria da UEMS. Seguida pela mesa temática “O SUAS na defesa dos direitos humanos”.

No dia seguinte, o Fórum de Trabalhadoras(es) foi guiado pelo tema: “Saúde do trabalhador: Precarização e assédio no trabalho”. Houve ainda roda de conversa “Experiência com grupos populacionais e direitos humanos”. E a mesa de encerramento com o tema: “Controle Social na garantia dos direitos humanos”.

As atividades realizadas durante a etapa também foram transmitidas online e estão disponíveis no canal do Regional que sediou a III Mostra (CRP 14):

Programação:

14 de junho de 2024

18h00 – Mesa de Abertura

Participantes:

Neuza Guareschi (conselheira do CFP e coordenadora da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS)

Márcio Coletti (representante da região Centro-Oeste na CONPAS)

Representantes dos Conselhos Regionais de Psicologia da região Centro-Oeste:
CRP 01; CRP 09; CRP 14 e CRP 18

Reitoria da Universidade

19h00 – Mesa Temática Regional: “O SUAS na defesa dos direitos humanos”

Mediação: Márcio Coletti

Convidadas(os):

- Danilo Cleiton Lopes (MS)
- Alessandro de Oliveira dos Santos (USP)
- Terezinha Ferreira (Conselheira Estadual e Municipal de Assistência Social)

Dia 15 de junho de 2024

8h30 às 10h30 – Sessões simultâneas de apresentação de trabalhos

10h30 às 12h – Fórum dos Trabalhadoras(es):
“ Saúde do trabalhador: Precarização e assédio no trabalho”

Mediação: Juliana Sangoi (CRP 01)

Convidadas(os):

- João Paulo Ribeiro (CRP 14)
- Bethania Porto
- Acicleide Cristiane Fernandes Coelho (CRP 01)

12h30 às 14h00 – Almoço

14h – Roda de Conversa: “Experiência com grupos populacionais e direitos humanos”

Mediação: Juliana Costa Serra (CRP 18)

Convidadas(os):

- Flávio Serafim de Lima (Psicólogo - Cavalcante GO)
- Cleberson da Silva Alves (CRP 14/MS)
- Carine Muller (UNIVAG)

15h45 – Mesa de encerramento “Controle Social na garantia dos direitos humanos ”

Mediação: João Paulo Ribeiro (CRP 14)

Convidadas(os):

- Laíza Piva Mazaro (MS)
- Bárbara Malvestio (representante da região sudeste na CONPAS/CFP e FNTSUAS-ES)
- Clariane Siqueira Bispo Wounnsoscky (MS)



Etapa Sul

Porto Alegre - RS
05 e 06 de Julho de 2024

A etapa Sul da III Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS foi realizada nos dias 05 e 06 de julho de 2024, em Porto Alegre - RS, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC - RS).

Foi organizada em parceria com o Conselho de Psicologia da 7ª (RS), que sediou a referida etapa, em articulação com os Conselhos de Psicologia da 8ª (PR) e 12ª (SC) Regiões.

O tema "Interseccionalidade no SUAS: As práticas da Psicologia no enfrentamento da fome e das violências" norteou os debates desta etapa, com o objetivo de trazer reflexão e compartilhamento de experiências na área.

A Etapa Sul teve um total de 295 inscrições, com participação efetiva de aproximadamente 109 pessoas, dentre profissionais e estudantes de toda região. Ademais, foram acolhidos 44 trabalhos os quais também foram apresentados na oportunidade do evento.

No primeiro dia do evento, foram realizados minicursos, a mesa de abertura oficial composta por representantes institucionais do CFP, dos CRPs da região sul e convidadas: CEAS, CRESS, FNT-SUAS e FEUSUAS. Seguida pela mesa temática "A interseccionalidade nas práticas da psicologia no SUAS no enfrentamento das violências".

No segundo dia, foram realizadas as apresentação de trabalhos e Fórum de trabalhadoras do SUAS com tema "Os coletivos como resistência aos desmontes do SUAS: Precarização do trabalho e saúde dos trabalhadores do SUAS". Ainda houve a roda de conversa com o tema: "Emergências e Desastres em debate: a Psicologia no SUAS". E encerrado com a mesa "Fome: A segurança alimentar como uma questão para a Psicologia no SUAS".

As atividades realizadas durante a etapa também foram transmitidas online e estão disponíveis no canal do (CRP 07):

Programação:

05 de julho de 2024:

14h00 - Credenciamento

15h00 às 17h00 – Minicursos:

Minicurso 1: Internações involuntárias / Pessoas em situação de rua (Inscrições <https://x.gd/hr2PW>)

Minicurso 2: Emergências e Desastres: essencialidade do SUAS (Inscrições <https://x.gd/mADtq>)

Minicurso 3: Elaboração de documentos no SUAS (Inscrições <https://x.gd/sPHTL>)

18h00 – Mesa de Abertura

Participantes:

- **Neuza Guareschi** (conselheira do CFP e coordenadora da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS))
- **Simone Gomes** (representante da região sul na CONPAS)
- **Representantes dos Conselhos Regionais de Psicologia da região sul:** CRP 07; CRP 08 e CRP 12
- **CEAS** - presidente Becchara Miranda
- **CRESS**
- **FEUSUASRS** - Maria Lopes
- **CNAS** - Ana Lúcia Soares
- **Maira Colares**- Coordenadora de Projetos do MDS/SNAS no Rio Grande do Sul

19h00 – Mesa Temática Regional: “A interseccionalidade nas práticas da psicologia

no SUAS no enfrentamento das violências”

Mediação: Simone Gomes

Convidadas(os):

- **Maria Lopes** - presidenta do Fórum de Usuárias/os do SUAS - FEUSUAS RS e vice-presidenta do CEAS
- **Carine Suder Fernandes** - Psicóloga no SUAS
- **Joseane de Oliveira Luz** - Vice-presidente da CRP - SC

Dia 06 de julho de 2024:

8h30 às 10h30 – Sessões simultâneas de apresentação de trabalhos

10h30 às 11h30 – Fórum dos Trabalhadoras(es): “Os coletivos como resistência aos desmontes do SUAS: Precarização do trabalho e saúde dos trabalhadores do SUAS.”

Mediação: Joseane Nazario (CRP 12)

Convidadas(os):

- **Dóris Soares** - FETSUAS/RS
- Jurandir Mayer Cunha - FETSUAS/RS
- **Tiago Dolphine** - FETSUAS/PR: FORTSUAS MARINGÁ /COMAS
- **Vânia Machado** - FETSUAS SC:
- Simone Gomes - representante da região sul na CONPAS e no FNTSUAS/CNAS

14h às 16h30 – Roda de Conversa: “Emergências e Desastres em debate: a Psicologia no SUAS”

Mediação: Kathia Regina Galdino de Godoy (CRP 08)

Convidadas(os):

- **Ana Pincolini** (RS)
- **Becchara Miranda** - CEAS RS
- **Maira Colares** - Coordenadora de Projetos do MDS/SNAS no Rio Grande do Sul
- **Mariane Ranzani** Ciscom - (PR)

16h30 às 17h30: Intervalo-Atividade Cultural

17h30 às 19h- Mesa de encerramento “Fome: A segurança alimentar como uma questão para a Psicologia no SUAS ”

Mediação: Eliana Bortolon (CRP 07)

Convidadas(os):

- **Wanderson Vilton** (representante da nordeste na CONPAS e pesquisador)
- **Deborah Akerman** (representante da região sudeste na CONPAS/ CFP e FNTSUAS-ES).



Etapa Norte

Manaus - AM
12 e 13 de julho de 2024

A etapa Norte da III Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS foi realizada nos dias 12 e 13 de julho de 2022, em Manaus - AM, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM)- Faculdade de Psicologia- FAPSI.

Foi organizada em parceria com o Conselho de Psicologia da 20ª (AM/RR) Região, que sediou a referida etapa, em articulação com os Conselhos de Psicologia da 10ª (PA/AP), 23ª (TO) e 24ª (RO) Regiões .

A Etapa Norte teve um total de 179 inscrições, com participação efetiva de aproximadamente 55 pessoas, dentre acadêmicos, profissionais e estudantes da região. Ademais, foram apresentados aproximadamente 11 trabalhos ao longo do evento.

O contexto amazônico permeou a programação da etapa, com mesas abordando as especificidades e desafios relacionados à região. O tema foi “Territórios Amazônicos e Direitos Humanos: políticas públicas e práticas da Psicologia no SUAS”.

Foi iniciada com a mesa de abertura oficial composta por representantes institucionais do CFP, dos CRPs da região norte, representante da reitoria e representante do CNAS. Seguida pela mesa temática “Política Pública do SUAS no território amazônico”.

No segundo dia foram realizadas as apresentações de trabalhos e Fórum de trabalhadoras do SUAS com tema “Precarização do trabalho versus instâncias de participação: a efetivação dos Fóruns de trabalhadores”. Ainda houve a roda de conversa com o tema: “Experiências e resistência nos territórios”. O evento foi encerrado com a mesa “ Territórios, saberes e desafios”.



Programação:

12 de julho de 2024:

17h00 – Credenciamento

18h00 – Mesa de Abertura

- **Neuza Guareschi**
(conselheira do CFP e coordenadora da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS))
- **Lidiane Faro**
(representante da região norte na CONPAS)
- **Representantes dos Conselhos Regionais de Psicologia da região norte:** CRP10; CRP 20 e CRP 24
- **Reitoria da UFAM;**
- **Jucileide Ferreira do Nascimento** – Conselheira CNAS

19h00 – Mesa Temática Regional: “Política Pública do SUAS no território amazônicos”

Mediação: Lidiane Faro

Convidadas(os):

- Cacique Eliseu (AM)
- Andreia Soares (AM)
- Leandro Rosa (UFAC)

Dia 13 de julho de 2024:

8h30 às 10h30 –

Sessões simultâneas de apresentação de trabalhos

10h30 às 12h – Fórum das Trabalhadoras(es): “Precarização do trabalho versus instâncias de participação: a efetivação dos Fóruns de trabalhadores”.

Mediação: Ana Karla (CRP 24)

Convidadas(os):

- Lucijane (FETSUAS - AM)
- Dibson Flores(CEAS AM)
- Márcio Coletti
(representante da região norte na CONPAS)

14h – Roda de Conversa: “Experiências e resistência nos territórios”

Mediação: Ingrid Sabrina (CRP 10)

Convidadas(os):

- Anne Cleyanne (CREPOP CRP24)
- Frank Lindoso(Técnico CREPOP- CRP 20)
- Consuelena Leitão (SUAS e Professora FAPSI)
- Jucileide Ferreira do Nascimento (Conselheira CNAS)

15h45 – Mesa de encerramento “Territórios, saberes e desafios.”

Mediação: Neuza Guareschi (CONPAS e Conselheira CFP)

Convidadas(os):

- Vanessa Miranda (CRP 20)
Enio Tavares (FAPSI UFAM)
- Carla Isadora (secretária da região Norte no Plenário do CFP)



Etapa Sudeste

*São Paulo - SP
26 e 27 de julho de 2024*

A etapa Sudeste da III Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS foi realizada nos dias 26 e 27 de julho de 2024, em São Paulo - SP, no Campus Memorial da UNINOVE- SP.

Foi organizada em parceria com o Conselho de Psicologia da 6ª Região (SP), que sediou a referida etapa, em articulação com os Conselhos de Psicologia da 4ª (MG), 5ª (RJ) e 16ª (ES) Regiões.

Teve como tema norteador: “O trabalho da Psicologia e a sua Participação Social: Dimensão Ética, Técnica e Política na Defesa do SUAS”.

A atividade teve um total de 492 inscrições, com participação efetiva de 176 pessoas, dentre profissionais e estudantes de toda região. Foram apresentados um total de 42 trabalhos na oportunidade do evento.

As atividades realizadas durante a etapa foram iniciadas com a mesa de abertura com representantes institucionais, seguida por mesa temática “O que não admitimos no SUAS: a atuação da Psicologia no enfrentamento da violação de direitos”. Ainda com Fórum de trabalhadoras do SUAS com o tema: “Controle Social” ; “Mesa temática”, “Precarização e Assédio Moral no âmbito do SUAS: debate necessário” e terminando com a “roda de conversa” no tema “Em defesa das infâncias e adolescências”.

As atividades realizadas durante a etapa também foram transmitidas online e estão disponíveis no canal do Regional que sediou a III Mostra (CRP 06):

Programação:

26 de julho de 2024

17h00 - Credenciamento

18h00 – Mesa de Abertura

- **Neuza Guareschi**
(conselheira do CFP e coordenadora da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS);
- **Bárbara Malvestio**
(representante da região Sudeste na CONPAS)
- **Talita Fabiano de Carvalho** (Conselheira Presidenta CRP-SP)
- **Representantes dos Conselhos Regionais de Psicologia da região Sudeste:** CRPs 04,05, 06 e 16
- **Profa. Dra. Daniela Uga** (representante da Reitoria da Uninove)
- **Thiago Szolnoky** (representante CNAS).

19h00 – Mesa Temática Regional: “O que não admitimos no SUAS: a atuação da Psicologia no enfrentamento da violação de direitos”

Mediação: representante CONPAS

Convidadas(os):

- Carlos Rubens de Freitas Oliveira Filho (Promotor)
- Laureci Elias Dias (Usuária Movimento Nacional de População em Situação de Rua-MNPR)

- Vitor Benevenuto - Psicólogo (ES)

- Andréia Fernandes Teixeira (CNAS)

Dia 27 de julho de 2024

8h30 às 10h30 –

Sessões simultâneas de apresentação de trabalhos

10h30 às 12h – Fórum das Trabalhadoras(es): “Controle Social”

Mediação: Achiles Miranda (RJ)

Convidadas(os):

- Talita Fabiano de Carvalho (Conselheira Presidenta CRP-SP)
- Barbara Malvestio (representante da região sudeste na CONPAS)
- Jheniffer de Souza Santos (CRP 04)
- Vanessa Brito (CRP 05)
- Simone Gomes (representante da região sul na CONPAS e FNTSUAS).

14h00 às 16h00 – Mesa: “Precarização e Assédio Moral no âmbito do SUAS: debate necessário”

Mediação: Vanessa Brito

Convidadas(os):

- Rozana Fonseca (BA)
- Luanda do Carmo Queiroga (Representação do Sindicato de Psicólogas(os))
- Marcílio Marquize (MDS)

16h30 às 19h00: – Roda de Conversa: “Em defesa das infâncias e adolescências”

Mediação: Gabrielly Rios

Convidadas(os):

- Sinésio Luiz (CNAS)
- Thais Vargas (RJ)
- Julia Carvalho (ES)
- Caroline Souza (MG)
- Vanessa Aparecida Nascimento Salgado Silva (SP)
- Marina Ponivas (CONANDA).

III MOSTRA NACIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA NO SUAS: PRÁXIS E REVERBERAÇÕES

CONPAS/CFP/2024

A Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS é coletiva, diversa e cada etapa apresenta suas peculiaridades, esse documento dialoga sobre a profundidade das discussões, questionamentos e observações das etapas regionais, tecendo provocações a algumas problemáticas e incidências necessárias para o fortalecimento do SUAS no contexto e reconstrução democrática. Em relação a dados técnicos de apresentação e programação, há um documento formal como Relatório da III Mostra, elaborado pela Gerência Técnica do CFP.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), constitui ao longo das últimas duas décadas, a maior porta de entrada para a atuação profissional de Psicólogas/os no Brasil. Desde a publicação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS) em 2006, a psicologia aparece como prioritariamente integrante na dupla com o serviço social nas Equipes de Referência da Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) de Média e Alta complexidade.

A partir da Resolução n.º 17/2011 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), psicólogas e psicólogos passaram a compor obrigatoriamente essas equipes. Esse movimento resultou em números expressivos, alcançando 32.000 profissionais no CENSO SUAS de 2022.

Se no passado a Psicologia ingressou de forma inesperada em uma área de atuação pouco conhecida, 18 anos depois podemos afirmar que a Psicologia Brasileira se comprometeu com essa práxis e avançou qualitativamente em sua atua-

ção profissional. De lá para cá foram realizados inúmeros eventos sobre a temática, aprovação de mais de uma dezena de deliberações dos Congressos Regionais e no Congresso Nacional da Psicologia (CNP) nessa temporalidade, produção de Notas e Referências Técnicas contundentes e a ocupação de inúmeros espaços políticos da pauta como os Fóruns de Trabalhadores e os conselhos de Controle Social. O resultado dessa organização, se materializa no recebimento do Prêmio Simone Albuquerque/Mérito CNAS de Controle Social na XIII Conferência Nacional de Assistência Social “Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos”, em 2023.

Por outro lado, ainda são imensos os desafios em tal atuação, principalmente relacionados ao distanciamento da formação com a realidade encontrada no exercício profissional e as condições precarizadas de trabalho que se evidenciam no Censo da Psicologia Brasileira (CENSOPSI) de 2022 como a área que são encontrados os piores índices de insegurança laboral, apontada por 48% dos entrevistados.

Dessa forma, a organização sistemática de ações no campo da Assistência Social precisa ser compromisso fixo na agenda do Sistema conselhos de Psicologia, a fim de que se possa dialogar e construir uma atuação profissional pautada no compromisso social da Psicologia, no Código de Ética da/o Psicóloga/o e na defesa intransigente aos direitos humanos e sociais, integrando as dimensões ética-técnica e política desta atuação, destacando os movimentos sociais e populares na construção desta política pública.

Com este compromisso, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) desde 2019 vem organizando a Mostra Nacional de Práticas de Psicologia na Assistência Social, que chegou em sua terceira edição no ano de 2024. Nos meses de junho e julho de 2024, ocorreram, em todas as regiões do país, as etapas da III Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS. O debate, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) junto aos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) e as centenas de trabalhadoras (es) do SUAS, abordou sobre o papel da Psicologia na efetivação dos direitos socioassistenciais no Brasil.

As 5 Etapas foram transversalizadas por 5 grandes Eixos Temáticos. Cada um desses eixos tinha a responsabilidade de trazer para o debate a pluralidade do campo da Psicologia no SUAS, bem como as implicações políticas e éticas da atuação profissional, principalmente diante das mazelas enfrentadas no contexto do aprofundamento das desigualdades sociais, das desproteções relacionais, do desmonte e desfinanciamento público intensificado nos últimos anos. Igualmente, os eixos objetivaram posicionar a profissão de forma estratégica e fundamentalmente na defesa da democracia, dos direitos humanos e do próprio SUAS.

Na região Nordeste, que abriu a III Mostra Nacional, realizada entre 7 e 8 de junho em Aracaju/SE, foram destacadas algumas questões que dizem respeito à infraestrutura, organização e programação do evento, destacando especialmente a participação dos presentes nas atividades realizadas. Em geral, as atividades foram realizadas no auditório e os trabalhos aceitos para a mostra em salas de aula, estes últimos no formato de rodas de conversa, o que permitiu a circulação das falas. No entanto, as atividades do auditório também contaram com a participação dos presentes. Nesse sentido, os participantes solicitaram que houvesse mais encontros sobre as temáticas, com maior frequência para se aproximar e discutir mais; questionamentos sobre a ativação e o fortalecimento de uma rede SUAS; a dificuldade de mobilização de Psicólogas (os) integrantes de fóruns de trabalhadoras/es; e a necessidade de organizar uma roda de conversa com os CRPs que estejam integrando os FETSUAS para mobilizações para a XV Conferência Nacional de Assistência Social em 2025; além disso, houve duas demandas relacionadas ao aumento de dias da Mostra e a importância de construir anais para registro dos trabalhos apresentados nas próximas Mostras. Ao mesmo tempo, destacou-se a forma como o evento tem se transformado em um momento de articulação entre pares e reverberado também na formação, junto às/aos estudantes de Psicologia.

Na Etapa Centro-Oeste, realizada em 14 e 15 de junho em Campo Grande/MS, percebeu-se uma boa acolhida da universidade ao evento; a necessidade de conciliação e aproximação com

os movimentos de psicólogas/os evangélicos e/ou da direita para integrá-los à defesa do SUAS e evitar distanciamentos; predominância da discussão sobre a especificidade dos territórios, demarcada por pautas como a questão indígena, as regiões de fronteira e os quilombos; necessidade de mobilização de custeio junto aos municípios por meio de aproximação com as gestões municipais, urgente e necessária a articulação com os gestores, implicar os gestores municipais na mostra estabelecendo um comprometimento para que suas equipes estejam participando. Apesar da pouca participação de trabalhadores da ponta que não estejam organizados, a etapa foi um importante momento de fortalecimento da CONPAS na região centro-oeste, com maior aproximação entre os estados que compõem a regional. Percepção que a transmissão online desmobilizou a participação das pessoas presencialmente. Discussões bastante marcadas pelo relato de condições de trabalho não dignas ao trabalhador. Perceptível uma confusão entre direitos sociais e direitos humanos, parece que fica conflitando, mas não conflita.

A Etapa Sul, realizada nos dias 05 e 06 de julho em Porto Alegre/RS, foi atravessada pela catástrofe climática recente que assolou o estado, apresentando ainda algumas barreiras para a locomoção das pessoas e um clima de certo tensionamento. Contudo, as discussões postas foram marcadas por conteúdos extremamente importantes e discussões bastante densas. Um ponto importantíssimo dessa etapa foi a aproximação com o Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social (MDS) na realização das mesas que trataram de 2 pilares de estruturação do SUAS o combate à fome e as violências, marcados pelas interseccionalidades, além da atuação no contexto de emergências e desastres que estava evidenciado naquele momento na região.

A etapa Norte, realizada nos dias 12 e 13 de Julho em Manaus/AM evidenciou a dificuldade de participação das pessoas em face dos desafios geográficos de deslocamento na região, com predominância de participantes do Estado do Amazonas, devido à dificuldade de chegada das pessoas até lá com acesso predominantemente aéreo. Um ponto marcante foi a facilidade dos participantes em sentar na roda e dirigir as

discussões, parece que faz parte da essência regional, de forma simples e aconchegante. A participação do Representante Regional Centro-Oeste e sua história de articulação com o movimento de trabalhadores ao vivenciar uma situação de assédio moral foi fundamental na roda de conversa do fórum de trabalhadores. Dentre as discussões, demarcou-se o fator amazônico referente às questões ambientais e logísticas; bem como a precarização do trabalho no SUAS evidenciando a importância desses momentos coletivos no fortalecimento dessa rede.

Por fim, a Mostra Sudeste, nos dias 26 e 27 de Julho em São Paulo/SP, aprofundou temas de debate como a necessidade de educação permanente no SUAS, proteção à infância e adolescência, o assédio moral atravessado pelos marcadores sociais e por questões bastante afetadas na região, como a oferta de serviços em meio a territórios de crime organizado, também abordou a precarização do trabalho e das (os) trabalhadoras (es) e a importância do fortalecimento dos Fóruns Municipais, Regionais, Estaduais e Nacional de Trabalhadoras (es), além de sindicatos e outros espaços enquanto instâncias legítimas de organização e de representação de trabalhadoras (es). As discussões foram potentes em formato tradicional de plateia e o evento terminou com uma Carta de Compromisso entre as (os) participantes que segue anexa a esse documento.

A Carta de Compromisso objetivou manifestar algumas considerações acerca das discussões realizadas no evento em defesa da classe trabalhadora e do SUAS, tais como: apontar a precarização do trabalho e das (os) trabalhadoras (es) e a presença do assédio moral como fatores que impactam diretamente nos serviços executados; expressar o reconhecimento do espaço da mostra como um lugar importante de organização da categoria; necessidade de ampliar o debate sobre as violências presentes nos contextos urbanos; fortalecimento dos espaços de participação e controle social existentes; imprescindibilidade de enegrecer os espaços coletivos e representativos da psicologia no SUAS de modo a avançar na luta antirracista; defesa de vinculação orçamentária para o SUAS por meio da defesa da PEC 383/2017; dentre outros posicionamentos

políticos importantes para a categoria na perspectiva do compromisso social.

Um dos momentos mais marcantes das cinco etapas regionais foi a riqueza dos trabalhos socializados, o retrato mais autêntico da potência da atuação de psicólogas (os) nos diversos equipamentos e serviços socioassistenciais, de forma ética, plural, respeitando a diversidade dos públicos e dos territórios mesmo diante de tantos desafios postos no cenário das políticas públicas, tão atacadas ao longo da última década; além da roda de conversa sobre o fórum de trabalhadoras/es estabelecendo reflexões sobre as condições de trabalho e a imprescindibilidade de organização coletiva.

Enfim, cada uma das etapas trouxe elementos que convergem com a perspectiva de uma atuação profissional pautada no compromisso e responsabilidade social da psicologia no SUAS, com todas as formas de ser e estar no mundo, considerando a necessidade de respeitar os povos tradicionais, os povos originários e o fator amazônico. Além de admitir a necessidade de avançar na luta antidiscriminação LGBTQIA+, antirracista, anticapacitista, antimanicomial, bem como de combater a invisibilização e naturalização das violações de direito. Ademais, destaca-se que a busca pela ampliação da proteção social, dos serviços e dos benefícios constituem elementos fundamentais para a garantia de direitos e o enfrentamento das injustiças sociais.

Sob esses aspectos, as discussões permearam o campo da atuação prática nos diversos contextos em que a psicologia está inserida no SUAS demonstrando a relevância e força da categoria. A seguir dialogamos brevemente sobre cada um dos eixos que permearam os debates de todas as etapas regionais, descritos a seguir.

GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS

Um dos grandes eixos que permearam os debates das 5 etapas regionais foi a Gestão do Trabalho no SUAS e seus desdobramentos: educação permanente, relações hierárquicas, articulação e mobilização social, controle social, e, principal-

mente, o debate sobre as condições de trabalho às quais muitas (os) trabalhadoras (es) do SUAS têm sido submetidas (os) em todo os país.

Dentre os destaques, sobressaíram as questões relacionadas a precarização do trabalho e de suas (seus) trabalhadoras (es) tais quais: assédio moral; ausência de concurso público; equipes reduzidas ou insuficientes para atendimento das demandas nos territórios; falta de equiparação salarial; salários incompatíveis com o mercado e com as responsabilidades técnicas e científicas; altas cargas horárias e volume de trabalho desproporcional; contratações realizadas com nomenclatura profissional distintas daquelas associadas à formação e graduação exigidas; contratos realizados por pregão eletrônico e na modalidade MEI; infraestruturas inadequadas e até mesmo insalubres; falta de equipamentos de trabalho; ausência da implementação da política de educação permanente; entre outras questões.

Outra dimensão a ser analisada sobre as condições de trabalho é referente às questões físicas e ambiência, instalações insalubres, sem ventilação, no entanto possui iluminação adequada, com presença de parasitas e zoonoses, localizados em áreas de conflitos criminais, a falta de material técnico, ausência de computadores, veículos, acesso à internet, ausência de equipamentos de proteção individual (EPI), não priorização em campanhas de Vacinação Nacionais.

Um ponto debatido nas etapas regionais, foi em relação ao não reconhecimento pelo Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) dos equipamentos municipais de Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade quando o município não tem o recorte populacional, mas executa o serviço por conta própria em face da alta demanda no território, escancarando a desproteção social nos territórios decorrente da não implantação da regionalização dos serviços da PSE pelos Estados, conforme previsto na NOB/SUAS (2005).

Nesse sentido, destacou-se a emergência de discussões sobre as condições de trabalho, com apontamentos sobre as dificuldades na efetivação das ações devido à falta de estruturas adequadas às atribuições dos (as) trabalhadores

(as). Também foi mencionada a transferência de responsabilidades pela execução dos serviços para as (os) profissionais, sem o devido suporte dos equipamentos públicos. Foram relatadas, ainda, insuficiências em relação à condições de trabalho, remuneração, educação permanente, entre outros aspectos. Além disso, surgiram denúncias de assédio moral e violência no ambiente laboral.

No que se refere às situações de assédio no ambiente do SUAS, entende-se que as instituições, em suas diversas formas, devem promover ambientes de trabalho que garantam a saúde, a dignidade e a segurança de todas trabalhadoras e todos os trabalhadores. Práticas abusivas e comportamentos que comprometem a qualidade de vida no trabalho, como violência, assédio e discriminação, precisam ser rigorosamente prevenidos e combatidos.

As formas de assédio contra trabalhadoras (es) incluem condutas abusivas, humilhações públicas, insultos, ameaças, discriminação, violência de gênero, entre outras. É essencial que os gestores e responsáveis pelos serviços do SUAS adotem medidas preventivas para proteger as (os) trabalhadoras (es) de tais práticas.

Os gestores devem atuar proativamente na identificação e resolução de conflitos no ambiente de trabalho, assegurando que todas as práticas adotadas respeitem a dignidade e os direitos fundamentais dos/as profissionais. A cobrança de prazos, metas e tarefas deve ser feita de maneira respeitosa e dentro das atribuições profissionais estabelecidas pela NOB-RH, sem práticas abusivas.

Todos os integrantes do SUAS, independentemente de seus cargos, são responsáveis por construir e manter um ambiente de trabalho positivo e livre de violência. É crucial fomentar uma cultura organizacional nas políticas públicas que valorizem o respeito, à inclusão e à dignidade de todas as pessoas.

Dessa forma, as discussões apontaram predominantemente que não é possível discutir o trabalho no SUAS de maneira desvinculada do debate sobre a gestão e as condições de traba-

lho, uma vez que o SUAS é executado por suas (seus) trabalhadoras (es) que atuam mediadas a um contexto que envolve o acirramento das violências nos territórios, aumento da fome e das vulnerabilidades sociais. Em outras palavras, não é possível tratar sobre o trabalho social com famílias executado por suas (seus) trabalhadoras (es), em todos os níveis de complexidade que o SUAS está organizado, sem trazer como pauta prioritária as condições de trabalho às quais a categoria está submetida, compreendendo assim, como elementos que devem, em caráter de urgência, ser reconhecidas e garantidos como fatores primordiais, em consonância com a essencialidade do SUAS na vida das famílias e dos territórios.

Diante do exposto, cabe afirmar que o espaço da mostra se configurou como um lugar ímpar de resistência da categoria, articulação e de organização política. Marcado tanto pelo trabalho realizado nos territórios, de maneira comprometida com as realidades que se apresentam, quanto pela precarização e seus impactos na vida de quem cuida. Nesse sentido, a participação de cada profissional presente nas etapas da III Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS corroborou para a construção de uma categoria participativa, implicada com as transformações sociais e cada vez mais atenta à necessidade de participação nos espaços representativos como os fóruns, sindicatos, conselhos de psicologias e demais instâncias que integram o controle social, além de outros espaços de disputa a fim de demarcar o posicionamento da Psicologia no campo do SUAS na luta e defesa de direitos.

Para que se materializem melhores condições de trabalho se faz necessário ainda o nosso reconhecimento enquanto classe trabalhadora, encontrando alternativas coletivas, organizadas em luta popular, pautada em nosso dever ético e compromisso social como psicólogas/os, compartilhando a luta enquanto forma de resistência.

Um outro ponto importante com o qual adentramos a discussão nas etapas regionais, foi o quanto a Psicologia avançou nesses quase 20 anos de SUAS, em termos de produção técnica e articulação política; contudo, ainda não se observa esse reconhecimento nos altos cargos de gestão. Sabemos que todas as profissões

do SUAS são importantes, mas ainda há uma hierarquia de saber concentrada em uma única categoria profissional, bem como há profissões que não se consolidaram nos territórios enquanto trabalhadoras/es da área, no entanto, é interessante destacar que ocupam postos importantes na esfera federal. Reconhecemos que pensar o processo de gestão é árduo e trabalhoso, contudo entendemos que incluir a psicologia não só no atendimento mas também no planejamento das ofertas públicas seria fundamental para minimizar as problemáticas enfrentadas pelas/os trabalhadoras/es do SUAS considerando a expertise da dimensão subjetiva do fenômeno social e a integralidade dos processos envolvidos para a superação destes.

TERRITORIALIZAÇÃO DO SUAS

O território é um dos axiomas norteadores da organização do SUAS. Em relação a territorialização, a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), que define os princípios de organização da política de assistência social em todo o Brasil, aponta que:

“o princípio da territorialização significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social. O princípio da territorialização possibilita orientar a proteção social de Assistência Social: na perspectiva do alcance de universalidade de cobertura entre indivíduos e famílias, sob situações similares de risco e vulnerabilidade; na aplicação do princípio de prevenção e proteção pró-ativa, nas ações de Assistência Social; no planejamento da localização da rede de serviços, a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos” (BRASIL, 2005, p. 91).

Dessa forma, a rede socioassistencial será organizada tendo como referência:

[..] e) territorialização da rede de Assistência Social sob os critérios de: oferta capilar de serviços, baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão; localização dos serviços para desenvolver seu caráter

educativo e preventivo nos territórios com maior incidência de população em vulnerabilidades e riscos sociais; (BRASIL, 2004, p. 94).

Sendo assim, os princípios organizativos do SUAS contido na NOB/SUAS apontam que:

[...] V - equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. [...]

Art. 5º São diretrizes estruturantes da gestão do SUAS:

[...] V - territorialização; (BRASIL, 2005, p.

Diante dessas referências fundamentais da Política Nacional de Assistência Social observa-se que, durante as Mostras Regionais, as/os psicólogas/os identificaram a territorialização como um marcador de fundamental importância, pois esta é norteadora para execução dos Serviços Socioassistenciais. Principalmente nos Grupos Populacionais Tradicionais Específicos, sendo abordado de forma enfática: os povos indígenas, quilombolas, povos das águas e florestas.

As(os) trabalhadoras(es) apresentaram fatores dos territórios que interferem fortemente na execução dos Serviços Socioassistenciais, tais como: os diversos biomas (Amazônico, Pantaneiro, Semiárido e Cerrado); além de aspectos identitários dos diversos grupos que habitam esses biomas, e suas identidades, que necessitam ser contextualizados, destacam-se, entre eles quilombolas, indígenas e de grupos populacionais fronteiriços com outros países sul americanos, aqui destacando-se a Bolívia e o Paraguai, que permeiam relações sociais muito singulares, e que precisam ser abarcadas pelo Sistema Único de Assistência Social, bem como pela ciência Psicologia.

Estar nesses territórios é desafiador, uma vez que, as distâncias entre as localidades, restrições geográficas de acesso - como localidades que somente são acessíveis por via área ou fluvial, os conflitos agrários, o desejo de elites de apagar as manifestações populares e ancestrais, entre outras violações, às particularidades cul-

turais que escapam à estrutura estatal vigente, e que muitas das vezes impedem a devida Proteção Social que todas(os) têm direito.

Desta forma as (os) profissionais apontaram a necessidade de se aperfeiçoarem e produzirem saber, assim como o próprio Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio de uma Política de Educação Permanente que traga esses aspectos, para atenderem as singularidades das demandas, bem como manter a defesa constante dos direitos humanos dessas pessoas, famílias e os territórios, frente aos diversos grupos e fatores que objetivam estigmatizar, menosprezar e explorá-los, destituindo-os de suas existências.

Um outro ponto importante que foi pauta das discussões das etapas regionais destacou os desafios da atuação nos territórios vulneráveis controlados por milícias e pelo crime organizado, com seus controles de acesso, ameaças e inseguranças. Destaca-se que este relato não se restringe apenas aos grandes centros, mas se capilariza pelo interior do país, principalmente em territórios fronteiriços.

INTERSECCIONALIDADES

Dentre os marcadores sociais, podemos apontar a predominância de mulheres cis nos espaços do SUAS, tanto como trabalhadoras, quanto como usuárias. Nesta direção, uma das temáticas que se tornou fundamental à Mostra, está relacionada à análise das relações entre diferentes marcadores sociais atuantes nos processos de vulnerabilização de sujeitos, famílias e demais grupos sociais.

No campo das políticas públicas de Assistência Social, temos fortemente arraigada a discussão sobre pobreza como elemento relacionado à vulnerabilidade e mais propriamente ao que chamamos de desproteção social. No entanto, em um diálogo mais amplo com movimentos sociais em interface com estudos e pesquisas científicas, tem se tornado cada vez mais efetiva a discussão analítica que relaciona dois ou mais marcadores sociais, por exemplo, gênero, classe social, raça, etnia, Pessoa com Deficiência (PCD), faixa etária, território, etc.

A questão colocada diz respeito à forma como os diferentes marcadores sociais se articulam de modo a construir uma maior desproteção social nas relações sociais e de que maneira podemos construir políticas, ações, projetos que considerem essa interseccionalidade na vida de usuárias e trabalhadoras do SUAS. Deste modo, estamos circunscritos ao campo de diálogo com os movimentos sociais, especialmente das mulheres negras, em que gênero, raça e classe social atuam de forma definitiva como intensificadores de desproteção. Neste eixo, destacamos temas relacionados à questão da transferência de renda, mas também à fome, à geração de renda e aos vínculos sociais, comunitários e familiares na relação com as interseccionalidades. Por esta via, a interseccionalidade torna possível uma análise efetiva e propositiva de alternativas que construam intervenções de forma coletiva e organizada.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A interseccionalidade, portanto, é inevitável para o trabalho com complexidades e, segundo Carla Akotirene (2009), “é da mulher negra o coração do conceito da interseccionalidade” (p. 24). Isto, no entanto, apenas reforça o compromisso que as pessoas brancas devem assumir perante o racismo e as outras dinâmicas de opressão, conforme Maria Aparecida Bento (2002), o silêncio, a omissão e a distorção de lugar do branco perante as desigualdades raciais precisam ser combatidos.

Para Adrieli Sperandir, Letícia Eichherr, Amanda Cappellari e Lilian Cruz (2021),

A interseccionalidade provoca reflexões que podem ser aliadas das políticas públicas, visto que amplia as discussões sobre as formas correntes

de dominação e os padrões de desigualdades sociais por combinar diferentes variáveis na análise das opressões. Neste sentido, pode-se entender o contexto social de um modo amplo, atento aos entrecruzamentos das opressões que se colocam no cotidiano da vida e que se presentificam nos serviços públicos e nas relações ali construídas (p. 88).

Letícia Lasta e Neuza Guareschi (2018) afirmam que a construção de sujeitos e subjetividades no âmbito da Assistência Social é datada e atravessada pelas condições históricas e políticas de um determinado tempo.

Isso pressupõe pensar tanto “todos os que dela necessitam” quanto as instituições vinculadas à assistência social como construções sociais, o que significa que são frutos de ações humanas e, por isso, contingentes e passíveis de transformação (Hacking, 2001). Daí ser fundamental pensar sobre a produção de sujeitos no contexto de práticas tangenciadas pelas Políticas de Assistência Social (LASTA & GUARESCHI, 2018, p. 76-77).

Entre outras questões, constituir a subjetividade como categoria social interativa significa admitir que à medida em que podemos categorizar, relacionar e interagir com ela, ela é modificada. Nesse sentido, ao interseccionarmos marcadores sociais para intervir sobre desproteção social, podemos criar outras interações, relações e intervenções que possam reverter a condição posta.

Os encaminhamentos que podemos apontar neste eixo, dizem respeito, especialmente, à construção de práticas significativas na Assistência Social com os movimentos sociais nos territórios de atuação de profissionais do SUAS. Além disso, destaca-se a necessidade de um debate mais efetivo sobre interseccionalidade nos Programas de Educação Permanente do SUAS e outros espaços de formação e atuação profissional, realizados de forma que os profissionais possam não apenas compreender do que se trata, mas operar com essa sensibilidade analítica em suas práticas profissionais.

REDE / INTERSETORIALIDADE

“Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio. Ao contrário: ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente. Essa é a grandeza da confluência.” (Antonio Bispo dos Santos ‘Nego Bispo’)

Outro grande tema debatidos nas 5 etapas da III Mostra Nacional foram as questões afeitas a rede de serviços e intersectorialidade.

A NOB/SUAS aponta que:

a rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade. (BRASIL, 2005, p.95)

A rede socioassistencial pública e privada, é portanto, a espinha dorsal da oferta de proteção social nos territórios, atendendo diretamente a população usuária por meio dos serviços tipificados na Resolução CNAS n.º 109/2009 e propiciando o acesso aos benefícios garantidos pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

De acordo com a PNAS/2004 e com a LOAS, são entendidos por:

Serviços:

Atividades continuadas, definidas no art. 23 da LOAS, que visam a melhoria da vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei. A Política Nacional de Assistência Social prevê seu ordenamento em rede, de acordo com os níveis de proteção social: básica e especial, de média e alta complexidade.”

Programas:

Compreendem ações integradas e complementares, tratadas no art. 24 da LOAS, com objeti-

vos, tempo e área de abrangência, definidos para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, não se caracterizando como ações continuadas.

Projetos

Definidos nos arts. 25 e 26 da LOAS, caracterizam-se como investimentos econômico-sociais nos grupos populacionais em situação de pobreza, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e organização social, articuladamente com as demais políticas públicas. De acordo com a PNAS/2004, esses projetos integram o nível de proteção social básica, podendo, contudo, voltar-se ainda às famílias e pessoas em situação de risco, público-alvo da proteção social especial.

Benefícios

- **Benefício de Prestação Continuada:** previsto na LOAS e no Estatuto do Idoso, é provido pelo Governo Federal, consistindo no repasse de 1 (um) salário mínimo mensal ao idoso (com 65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência que comprovem não ter meios para suprir sua subsistência ou de tê-la suprida por sua família. Esse benefício compõe o nível de proteção social básica, sendo seu repasse efetuado diretamente ao beneficiário.
- **Benefícios Eventuais:** são previstos no art. 22 da LOAS e visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte, ou para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.
- **Transferência de Renda:** programas que visam o repasse direto de recursos dos fundos de Assistência Social aos beneficiários, como forma de acesso à renda, visando o combate à fome, à pobreza e outras formas de privação de direitos, que levem à situação de vulnerabilidade social, criando

possibilidades para a emancipação. (BRASIL, 2005)

Os serviços tipificados, são divididos em níveis de Proteção, a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE) que objetivam garantir a inclusão de cidadãos em situação de vulnerabilidade ou risco social.

A PSB tem como função a oferta de serviços com a finalidade de atuar na prevenção das situações de risco social e tem como equipamento de referência os Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) tendo como principal objetivo a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). A PSE é a modalidade de atendimento socioassistencial para famílias e indivíduos que vivenciam situações de risco pessoal e social, tais como vivências de situações de violência. Situação de rua, trabalho infantil, entre outras. A PSE divide-se em Média e Alta Complexidade e tem como equipamento de Referência o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que tem como principal objetivo a execução do Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Nas etapas da Mostra, em todos os momentos nos deparamos com reflexões acerca dos serviços e a nossa atuação enquanto psicólogas/os nestes serviços. Refletindo sobre a efetividade da nossa rede, enquanto trabalhadoras/es de referência de um CRAS, nós conseguimos de fato executar o PAIF ou nos perdemos cotidianamente entre atendimentos particularizados em sua maioria para concessão de benefícios eventuais?

Na ótica do Benefício Eventual de Alimentação, refletimos no exercício da nossa função sobre questões como saber a gravidade da situação da fome? Como dar o que comer a quem está com fome seria benefício? Como dizer que a fome é só eventualmente? Para quem a fome é eventual? Que instrumental vamos aplicar para saber se é verdade que ela merece? Esse é o nosso papel enquanto trabalhadoras da política?

Conseguimos refletir sobre o quão violentas/os somos enquanto trabalhadoras/es? O que a gente precisa saber para não ser tão violenta/o? Essas são questões importantes que deveríamos

nos debruçar no nosso exercício diário enquanto psicólogas/os trabalhadoras/es de um equipamento da rede de proteção social, na perspectiva que vivemos em um Estado dito democrático mas não há democracia enquanto houver fome e racismo. Enquanto vivermos cotidianamente mergulhados no cumprimento de tarefas de atendimentos individualizados e individualizantes, deixamos de efetivar a potência dos trabalhos coletivos pautados no desenvolvimento da segurança socioassistencial da Autonomia, prerrogativa da PNAS, dessa forma, só conseguiremos de fato efetivar o PAIF, quando a segurança alimentar não for responsabilidade da Equipe de Referência do PAIF.

Contraditoriamente, é essencial refletir sobre a importância do corpo como fundamento para mudanças estruturais. Não é possível superar vulnerabilidades em sujeitos sociais que enfrentam a fome, sem comida na mesa não há saídas possíveis para transpor os riscos sociais aos quais os sujeitos que trabalhamos convivem em seus cotidianos nos territórios; não se desenvolve a segurança de autonomia de barriga vazia, evidenciando a dimensão da indissociabilidade de benefícios e serviços para a efetivação do trabalho do SUAS.

E nesse cenário tão distante da neutralidade clínica aprendida na maioria das graduações em psicologia, será que de fato nos sentimos psicólogas/os nas Equipes de Referência dos Serviços Socioassistenciais? Que afeto é esse que me diminui ao ponto de não me sentir menos psicóloga/o por trabalhar com as vulnerabilidades e riscos sociais? Talvez um caminho para a reflexão possa ser o quanto a fome e as dificuldades relacionais genuinamente produzem sofrimento nos indivíduos, não há saúde mental vivenciando violência em suas mais diversas formas.

Uma das grandes discussões postas na Mostra em relação aos serviços, foi a descobertura dos serviços de Média e Alta Complexidade da Proteção Social Especial (PSE). Dezoito anos se passaram desde a implantação real do SUAS por meio da PNAS (2004) e da NOB/SUAS (2005), contudo, ainda não foram efetivadas ações concretas de regionalização de serviços que atendam as demandas destes serviços aos quais os municípios brasileiros não tem recorte popula-

cional para a habilitação à gestão, contudo tem as demandas para os serviços visto que infelizmente as situações de violação de direitos estão presentes em todo o território nacional.

A fim de sanar essa problemática, alguns municípios implantam tais serviços por conta própria, arcando com todos os custos de funcionamento e Recursos Humanos dos mesmos; em especial para referência de Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos (PAEFI), atendimento à população em situação de rua e a mulheres vítimas de violência. Entretanto, tais serviços enfrentam dificuldades em sua manutenção, visto o não reconhecimento, pelo Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) dos equipamentos municipais de Proteção Social Especial de Média Complexidade quando o município não tem o recorte populacional, mas executa o serviço em face da alta demanda no território. Dificuldades estas, principalmente, em relação à ausência de financiamento, educação permanente e ampliação de equipes.

Outro ponto crítico, relacionado à rede e serviços, debatido em todas as etapas regionais da III Mostra foi a famigerada “relação SUAS e Sistema de Justiça” e as demandas que continuam chegando indevidamente as equipes de referência do SUAS, muitas vezes nominalmente; apesar das diretrizes do CNAS (Resolução 119/2023) e do CFP (Nota Técnica 02/2023) apontarem que o fluxo tanto de solicitações quanto de respostas deva estar a cargo do Poder Executivo municipal ou seja, do Órgão Gestor municipal da política, para que esse direcione a demanda.

Esse transbordamento das demandas advindas da justiça acarreta em inúmeros problemas as/aos trabalhadores do SUAS, visto que ao atender tais solicitações que, ao peso da lei, vem datadas de prazos exíguos e funções contraditórias as funções protetivas dos equipamentos socioassistenciais, as equipes deixam de conseguir executar serviços as quais são referenciados; ficando sujeitos ainda a implicações éticas decorrentes da quebra de sigilo profissional; e, caso não respondam, sujeitos a processos de desobediência à justiça.

Tal problemática necessita de uma coalizão de forças interinstitucionais entre os Sistemas Con-

selhos de Psicologia (CFP/CRPs) e de Serviço Social (CFESS/CRESS), as Federações Nacionais de Psicólogos (FENAPSI) e de Assistentes Sociais (FENAS), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), o Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Assistência Social (FONSEAS) e os órgãos do Sistema de Justiça, tais como Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública da União (DPU) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) a fim de que se busquem pactuações coletivas preservando o caráter protetivo dos serviços do SUAS.

Uma outra temática bastante dialogada em todas as etapas foi a proteção social de crianças e adolescentes em situação de orfandade decorrente da Covid-19 e de feminicídio, visto que a CONPAS participou ativamente do processo de mobilização dos comitês estaduais da orfandade por meio das representações regionais de referência da pauta SUAS dos CRPs; processo que vem caminhando desde Julho de 2023, quando aconteceu o I Seminário Nacional Psicologia e Orfandade: direitos de crianças e adolescentes. Os seminários estaduais foram ocorrendo ao longo de todo o ano de 2024, paralelamente às etapas da mostra, o que trouxe a pauta à tona, dada a importância de se pensar estratégias de proteção social às crianças e adolescentes em situação de orfandade, incluindo-os como público prioritário de atenção.

Entre os pontos discutidos na temática, destacam-se o Programa “Nordeste Acolhe”, a Lei 14.717 que estabelece a aposentadoria para dependentes de feminicídio, ainda não regulamentada por decreto. Os conceitos de parentalidade democrática, o fortalecimento da capacidade protetiva das famílias, o direito à convivência comunitária e a formação cidadã.

Outro ponto que apareceu em todas as etapas e na próxima seção deste documento será melhor discutido foram as situações de emergência e desastre, principalmente porque antecedendo a realização da III Mostra Nacional, o país todo acompanhou a situação vivenciada em todo o Estado do Rio Grande do Sul decorrente das intensas chuvas e alagamentos que afetaram a região.

Nessa temática, na etapa Sul da Mostra foi apresentada um pouco da atuação da Força Nacional do SUAS (FORSUAS), que foi criada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) para dar respostas à grave situação de emergência em decorrência das intensas chuvas no Rio Grande do Sul, objetivando coordenar as ações emergenciais de assistência social nesta situação excepcional de risco, mobilizando recursos humanos, financeiros e materiais buscando garantir a proteção social da população afetada. A atuação se apresenta em três frentes: preparação, resposta e recuperação.

Na fase de preparação, são realizadas ações de capacitação e planejamento para garantir uma atuação ágil e eficiente no contexto de emergência. Enquanto na frente de resposta, a força-tarefa deve mobilizar os recursos humanos, materiais e logísticos para atender a população afetada, de modo a oferecer serviços como abrigo, alimentação e apoio psicossocial. Na etapa de recuperação, o foco de atuação será na reconstrução de projetos de vida e na garantia de direitos básicos.

Tal temática se faz urgente e necessária de ser discutida visto que com a quantidade de interferência humana nos ecossistemas e o acirramento das desigualdades sociais, cada vez mais enquanto trabalhadoras/es de serviços territoriais lidaremos com tais problemáticas que se materializam das mais diversas formas: secas/chuvas extremas, frio/calor excessivos, rompimento de barragens, deslizamento de encostas, pandemias, incêndios, violências.

Alguns desafios da Psicologia no SUAS apontados na mostra foram: a ausência desta política pública aparecer nos currículos formativos; a supremacia do saber do Serviço Social em detrimento das outras profissões do SUAS nos grandes cargos de gestão; a exploração predatória das pessoas trabalhadoras pela precarização das contratações - e as mordidas sonoras que esses contratos fragilizados impõem.

Neste sentido, indagamos qual a Psicologia temos discutido? Qual Psicologia viemos construindo? A mostra de Psicologia colocou em pauta a urgente e necessária incidência no processo conferencial da categoria, os Congressos Regionais da

Psicologia (COREPSI's) e o Congresso Nacional da Psicologia (CNP) elegendo propostas referentes a atuação no SUAS para que se transformem em diretrizes ao próprio plenário para superação destes desafios postos. Ou seja, é necessária a incidência coordenada e matriciada pelo Sistema Conselhos da participação das/os Psicólogas/os na XIV Conferência Nacional de Assistência Social em 2025 e suas etapas estaduais e municipais, que terão como tema "20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência".

A falta de identidade profissional também foi um tema que apareceu constantemente nas etapas da Mostra. Percebe-se certo sentimento de ser menos psicóloga (o) por conceder benefício eventual, enquanto o trabalho com a dimensão subjetiva, compreensão da vulnerabilidade como produtora de sofrimento, além da atuação na transformação social por meio dos instrumentos metodológicos da psicologia tem sido uma grande questão, muitas vezes, descredibilizada ou subestimada por outras profissões.

Uma certa alienação, também, no relato das relações de trabalho, em ter colegas trabalhadoras/es do SUAS que não se entendem como classe trabalhadora, ao mesmo tempo que atende outras (os) trabalhadoras (es), se colocando em posição hierárquica com as/os usuárias/os e não construindo longitudinalmente com as/os mesmas/os.

Por outro lado, muito se discutiu também nas etapas da Mostra sobre a importância de coletivizar as demandas, dividindo as angústias e potencializando caminhos, organizando os fóruns de trabalhadores nos âmbitos municipais, regionais, estaduais e nacional, ocupando assentos de controle social, participando de debates, conferências, audiências públicas e realizando incidências em múltiplos espaços democráticos integrando por meio da coletividade, as dimensões ética, técnica e política de nossa atuação profissional no enfrentamento a interesses corporativos de pessoas/organizações acima da luta de classes.

Outro ponto que não podemos deixar de destacar é a falta de vontade política que paira sobre o SUAS, seguindo a lógica de que só há efetivação de política pública com garantia de financiamento, desde a promulgação da LOAS, há mais de

30 anos, se pauta a vinculação constitucional de 1% da receita corrente líquida da união para a política de Assistência Social, sendo inclusive proposta deliberada em várias conferências conferências nacionais mas nunca pautada efetivamente no Congresso Nacional. Em 2017, enfim foi protocolada uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sob o número 383/2017 que pleiteia tal vinculação; contudo, tal proposta mesmo após aprovação em Comissão Especial em 2020, nunca foi a votação pela Câmara Federal, mesmo com o protocolo de 9 pedidos de Deputados de campos partidários diversos.

Em um Brasil dançando a música do liberalismo de mercado, na expressão máxima do modo capitalista de produção que nos explora até desumanizar, dinheiro público serve para subsidiar empresas em seus ditos prejuízos, em vez de financiar o Estado de Direitos. Assistimos nos últimos anos ao completo desmonte das políticas sociais e infelizmente o futuro não parece mais promissor, quando a disputa do fundo trava competição com o Orçamento Secreto do Congresso Nacional.

Por fim, não poderíamos deixar de pautar as discussões acerca da completa inversão de prioridades quando o orçamento público que deveria financiar a Rede de Atenção Psicossocial e os Serviços Socioassistenciais Tipificados e investido de forma direta via convênio para as Comunidades Terapêuticas, espaços questionáveis de atendimento às pessoas em uso abusivo de álcool e outras drogas evidenciado pelo Dossiê da Inspeção Nacional realizado pelo CFP em 2017.

EVENTOS ADVERSOS, DESASTRES, EMERGÊNCIAS E CALAMIDADES: ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)¹

É cada vez mais imperativo tratar de eventos adversos e desastres, cada vez mais comuns no cenário atual. As causas são de natureza multifatorial: alterações climáticas, deterioração de ecossistemas, intensa urbanização e industria-

lização e sobrecarga das cidades são algumas delas (Brasil, 2023). Embora muitas pessoas considerem “eventos adversos” e “desastres” como sinônimos, e embora os segundos sejam resultantes dos primeiros, nem todo evento adverso vai culminar em um desastre, pois isso depende da organização de uma resposta mais ou menos planejada e efetiva que será dada ao evento.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Brasil, 2007) conceitua evento adverso como uma ocorrência desfavorável, prejudicial ou imprópria que acarreta danos e prejuízos. São exemplos de eventos adversos: chuvas intensas, secas prolongadas, queimadas, incêndios, vazamentos de substâncias químicas etc. Na assistência social, esse conceito equivale ao de contingência, entendida justamente como “eventos inesperados e repentinos” (Brasil, 2018, p.21) que podem gerar situações de vulnerabilidade temporária ou agravar situações de vulnerabilidade social preexistentes.

Desastres, por sua vez, são ocorrências que causam perdas humanas, materiais ou ambientais e prejuízos econômicos e sociais em maior ou menor escala. Eles resultam de eventos adversos, sejam naturais ou provocados pelo homem (Brasil, 2007). Conforme a Classificação Brasileira de Desastres (Cobrade), os desastres são divididos em duas grandes categorias: naturais e tecnológicos.

Nos desastres naturais, temos os geológicos (terremotos, erupções vulcânicas, movimentos de massas, erosão), hidrológicos (inundações, enxurradas, alagamentos), meteorológicos (sistemas de grande escala, como ciclones, frentes frias e zonas de convergência, tempestades, como tornados, raios, granizo, chuvas intensas e vendavais, e temperaturas extremas, como as ondas de frio e de calor), climatológicos (relacionados à seca - estiagem, incêndio florestal e baixa umidade do ar) e biológicos (epidemias - infecções virais, bacterianas, parasitárias ou fúngicas- e infestações - por animais, algas e outros). Os desastres tecnológicos, por sua

1 O presente capítulo é de autoria de Ana Maria Franchi Pincolini - psicóloga pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestre em psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), servidora pública da Fundação de Assistência Social (FAS) de Caxias do Sul.

vez, são relacionados a substâncias radioativas, produtos perigosos, incêndios urbanos, obras civis e transportes de passageiros e cargas não perigosas.

Além dos conceitos de eventos adversos e desastres, é importante mencionar outros dois conceitos fundamentais nessa área: situação de emergência e situação de calamidade pública. Esses são conceitos relacionados à capacidade de resposta de um município, estado ou país diante de um desastre.

Conceitua-se como emergência a situação anormal, provocada por um desastre, que causa danos e prejuízos que impliquem comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público (município, estado ou União). Já a situação de calamidade pública é aquela que implica o comprometimento substancial ou total da capacidade de resposta do poder público. Ou seja: na situação de calamidade pública, mesmo que utilize todos os recursos (humanos, materiais, financeiros) dos quais dispõe, aquele município,

estado ou país não conseguirá dar conta sozinho das consequências do desastre.

Como já mencionado, nem todo evento adverso evolui para um desastre, a depender do planejamento prévio (antecipação de uma possível ocorrência) e da resposta mais ou menos coordenada que é dada quando o evento efetivamente ocorre. Além disso, o maior ou menor grau de articulação das respostas pode contribuir para reduzir as consequências dos desastres.

Com a finalidade de articular as respostas a desastres, o Decreto nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020, dispôs sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec), que estrutura as ações de gestão de risco e gestão de desastres. Ele é um sistema intersetorial que organiza a atuação dos diferentes setores antes, durante e após o desastre, sistematizando ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta, recuperação e reestabelecimento (Figura 1).



Figura 1. Etapas da gestão de emergências de acordo com o Sinpdec

Fonte: Brasil (2023) p.10.

E o Suas com isso? Tradicionalmente, a assistência social também participa das respostas a emergências e calamidades públicas. No entanto, isso sempre se deu quando o evento adverso ou desastre já havia ocorrido e o município, estado ou país era tomado como que “de susto”. Restavam as ações de enfrentamento, na maioria das vezes, improvisadas e desarticuladas.

No caso específico da assistência social, se remontarmos aos primórdios da atenção ofertada diante desses eventos, veremos respostas como a distribuição de doações de diversas ordens e o cadastramento de pessoas atingidas, não raro, em sobreposição a outros atores.

A partir da Constituição Federal de 1988, que elevou a assistência social ao status de política pública, direito do cidadão e dever do Estado, iniciou-se um processo gradual de aperfeiçoamento normativo, técnico e legal nesse campo. A Loas (Brasil, 1993), por exemplo, não faz qualquer menção a doações. Ao contrário, em seu art. 22, regulamenta os Benefícios Eventuais (BE), que são provisões suplementares e provisórias que devem ser providas aos cidadãos diante de nascimento, morte, contingências diversas que gerem vulnerabilidade temporária e diante situações de calamidade. Diversamente das doações, os BE têm o status de direito, devendo ser providos a quem necessitar e sem comprovações vexatórias de necessidade. Em complemento a esse aparato legal, a desvinculação da assistência social à distribuição de doações é destacada nas Orientações Técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS (Brasil, 2018) e, mais recentemente, na Portaria nº 146, do então Ministério da Cidadania, que aprova a Nota Técnica nº 32, dedicada especificamente a esse tema².

Outra mudança significativa foi a instituição, por meio da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009; 2014), do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas

e de Emergências, vinculado à proteção social especial de alta complexidade³. Esse serviço promove proteção à população atingida por tais eventos, provendo alojamentos provisórios e outras atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

Por fim, a grande mudança que se operacionaliza hoje – e que ainda está em curso, em diferentes graus de implementação conforme a realidade de cada município – é a atuação da assistência social em todas as etapas da gestão da emergência, inclusive na gestão de risco (pré-emergência). Essa é uma importante mudança de paradigma não só para a assistência social, mas para as demais políticas públicas, que tradicionalmente atuavam quando a situação de emergência ou calamidade já estava instalada (emergência e pós emergência).

Para avançar nesse quesito, é fundamental que, em nível local, seja criado um sistema municipal de prevenção e defesa civil, nos moldes do Sinpdec. Nacionalmente, a assistência social é uma das políticas públicas integrantes do Sinpdec, juntamente com outros órgãos e com a sociedade civil organizada.

Junto aos demais integrantes, a assistência social toma parte tanto nas ações de resposta quanto nas ações de prevenção, mitigação e preparação. A título de exemplo, em caráter ilustrativo – mas não exaustivo – o Quadro 1 enumera algumas ações socioassistenciais que podem ser previstas para cada etapa:

2 Essas normativas ressaltam que as provisões da assistência social não se confundem com doações e recomendam que as doações e campanhas que constituem ações do âmbito da solidariedade devem ser organizadas pela sociedade civil, já que são ações da sociedade. Para maior aprofundamento, ver os documentos citados.

3 O serviço é regado pela Portaria MDS nº 90/2013, que dispõe sobre o cofinanciamento federal para sua operacionalização, assim como pela Portaria MDS nº 113/2015, que trata da prestação de contas. É recomendada a realização dos procedimentos de adesão a esse serviço em qualquer tempo, em caráter preventivo. Assim, diante da ocorrência de uma situação de emergência ou calamidade pública, torna-se mais rápido o processo de acionamento dos recursos.

Quadro 1. Exemplos de ações da assistência social na gestão de riscos e desastres

Gestão de riscos	Pré emergência	<ul style="list-style-type: none">• Promover ações de educação permanente junto aos trabalhadores do Suas sobre legislações e normativas referentes ao Sinpdec e gestão de desastres e emergências;• Integrar o sistema de proteção e defesa civil local – e, se ele não existir, não medir esforços e tensionar, junto ao gestor local, a sua criação, pontuando a necessidade do compromisso das várias políticas públicas com essa demanda, que é, por natureza, intersetorial;• Fomentar a construção (e participar dela) do Plano de Contingência no município, prevendo as ações pertinentes à política de assistência social;• Promulgar ou atualizar a lei do Suas no município, contemplando as atribuições da assistência social diante de emergências e calamidades e regulamentando os BE, conforme preconizado na Loas;• Prever, no Plano Municipal de Assistência Social e nos instrumentos de planejamento orçamentário (Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), as ações a serem realizadas em contextos de emergências e calamidades, em consonância com o Plano de Contingência do município;• Assegurar, na estrutura do órgão gestor da assistência social, uma área/equipe responsável pelo planejamento, coordenação e organização das ações do Suas em contextos de calamidades e emergências;• Preparar fluxos e treinar equipes para o trabalho de campo;• Efetivar o termo de aceite para o cofinanciamento federal para o Serviço de Proteção em situações de Calamidades Públicas e Emergências, com base na Portaria nº 90/2013, que permite antecipação do aceite como medida de preparação
-------------------------	-----------------------	---

Gestão de desastre	Emergência	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar o Formulário nacional de emergências, identificando as necessidades da população atingida; • Avaliar a necessidade de viabilizar alojamentos provisórios, seja por meio de abrigos ou da locação de vagas na rede hoteleira; • Organizar e regulamentar escalas de trabalho nos espaços de acolhimento provisório e nas demais ações de resposta, garantindo condições de segurança e monitorando a saúde física e mental dos profissionais; • Garantir a participação dos usuários nas tomadas de decisões e adaptações das ofertas socioassistenciais; • Prover BE conforme a necessidade e garantir acesso ao trabalho social com famílias; • Orientar a rede socioassistencial referenciada sobre como proceder; • Participar da instância colegiada da gestão de crise (comitê de crise) local; • Constituir canais de comunicação interna (com os trabalhadores do Suas e unidades referenciadas) e externa (com a população) ágeis e claros; • Organizar a comunicação com veículos de imprensa referente às ações do Suas, indicando como a população deve proceder para acessar serviços; • Manter interlocução com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)
	Pós emergência	<ul style="list-style-type: none"> • Efetivar a desmobilização gradual de ações e desativação dos alojamentos provisórios; • Estabelecer fluxos de continuidade do acesso e reparação de danos às populações atingidas, mantendo o acompanhamento a longo prazo quando necessário; • Fazer a prestação de contas dos recursos federais, quando recebidos; • Elaborar estudos e diagnósticos monitorando as ações decorrentes da emergência visando prevenir seu agravamento por meio da oferta de ações socioassistenciais e da articulação intersetorial. • Avaliar a atuação da rede socioassistencial como um todo, de modo a aperfeiçoar as estratégias adotadas em todas as etapas; • Reestabelecer as ações rotineiras nos serviços e apoiar as famílias no retorno às suas rotinas e construção/reconstrução de projetos de vida.

Fonte: elaborado pela autora, com base em Brasil (2023).

A criação de um sistema de proteção e defesa civil destinado a prevenir e responder a eventos adversos e desastres é um grande avanço na garantia de proteção às famílias atingidas por essas ocorrências. Assim como outras políticas públicas, a assistência social é chamada a integrar esse sistema, participando das etapas de gestão de risco e gestão de emergências. Em um cenário em que a ocorrência desses eventos é cada vez mais frequente, torna-se necessário assumir as ações de prevenção e enfrentamento a desastres e as respostas a emergências e calamidades como uma responsabilidade pública dos atores estatais e de toda a sociedade. Espera-se que esse breve texto possa contribuir nessa tarefa.

Na Etapa Sul da Mostra, essa temática foi amplamente discutida, tendo em vista o território em que aconteceu, o Rio Grande do Sul, que carregava à época, as marcas da vivência da situação de calamidade.

Referências:

Brasil (1993). Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

Brasil (2007). Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC). Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Brasil (2014). Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (reimpressão). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Brasil (2018). Orientações técnicas sobre Benefícios Eventuais no Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social.

Brasil (2023). Emergências no Suas: o que fazer? Brasília: Ministério do desenvolvimento e assistência social, família e combate à fome.

Akotirene, C. (2019). Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. (Coleção Feminismos Plurais)

Bento, M. A. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: I. Carone & M. A. Bento (Orgs.), Psicologia social do racismo - estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil (pp. 1-30). Petrópolis, RJ: Vozes.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Rev. Estud. Fem. [online], 10(1), 171-188.

Sperandir, A., Eichherr, L., Cappelari, A., & Cruz, L. (2021). Ensaio sobre interseccionalidades: tensões entre psicologia, pesquisa e branquitude. In: L. R. Cruz, B. Hillesheim, L. M. Eichherr (Orgs.), Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar (pp. 73-92). Florianópolis, SC: ABRAPSO Editora.

Lasta, Letícia Lorenzoni, & Guareschi, Neuza Maria de Fátima. (2018). Políticas de assistência social: entre a produção/governo da vida. Revista Polis e Psique, 8(3), 70-87. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.86213>

CARTA DE COMPROMISSO⁴

Nós, participantes da Etapa Sudeste da III Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS: o trabalho da Psicologia na efetivação dos direitos socioassistenciais, ocorrida nos dias 26 e 27 de julho de 2024 em São Paulo/SP, assumimos um compromisso social, ético e político com a sociedade brasileira e viemos a público manifestar algumas considerações acerca das discussões realizadas no evento em defesa da classe trabalhadora e do SUAS que queremos, na perspectiva de esperar¹, ou seja buscar a transformação e construir um futuro caminhando de forma coletiva

Previamente, pontuamos que o SUAS é o segundo maior campo de inserção profissional das/os psicólogas/os/es e a área com os maiores níveis de insegurança profissional de acordo com os dados coletados pelo Censo da Psicologia 2022.

Após todos os anos de árduo trabalho de todas as pessoas que construíram e continuam construindo essa política cotidianamente nos territórios, são percebidas ainda condições e relações não adequadas de trabalho, que vão desde as condições físicas das unidades de atendimento até as relações de trabalho e processos de adoecimento. O que impacta diretamente o atendimento às/aos usuárias/os não garantindo uma Segurança afiançada pela Política de Assistência Social, a de Acolhida, a qual todos as/os usuárias/os têm.

Na perspectiva da dimensão física, destacamos infraestrutura inadequadas, insuficientes e insalubres, como falta de ventilação nas salas, falta de isolamento acústico e privacidade para o atendimento, salas que não possibilitam o trabalho coletivo, ausência de controle de zoonoses

e de condições sanitárias, falta de equipamentos de trabalho como computadores, impressoras, material de escritório, água potável e higiene.

Não obstante, cabe reconhecer este espaço da mostra como um campo organizativo da categoria e sinalizar a necessidade de ampliar este espaço para abordar outras questões como as violências presentes nos centros urbanos e rurais que estão limitando ou impedindo a efetivação da proteção social nos territórios.

Destacamos também os desafios no campo subjetivo e relacional que impactam as/os trabalhadoras/es, precarizando as relações de trabalho, como a falta de vínculos efetivos de trabalho que contrariam a Constituição Federal/88 - contratos terceirizados, 'pejotização', RPA (Recibo de Pagamento Autônoma), contrato intermitente, contratação por pregão eletrônico, dentre outras formas não vinculadas; além da sobrecarga de trabalho, falta de salários dignos e de condições adequadas para o exercício profissional, não efetivação de políticas de educação permanente, não instituição de políticas de gestão do trabalho, que culminam com processos de adoecimento laboral das/os trabalhadoras/es do SUAS.

Ressaltamos ainda que no cotidiano dos serviços há presença do assédio moral no SUAS, no qual trabalhadoras/es são expostas no exercício de suas funções a situações violentas, humilhantes e constrangedoras causando sofrimento e diversos prejuízos no trabalho. Portanto, é preciso reafirmar que não admitimos no SUAS nenhuma forma de precarização no trabalho e de suas/eus trabalhadoras/es, nem atitudes de assédio moral que adoecem as/os trabalhadoras/es do SUAS no cotidiano de sua atuação.

Após um evento marcado por trabalhos apresentados que abordam a grande qualidade e capacidade ética-política das/os trabalhadoras/es, percebemos que a falta de atenção a essa equipe precarizada, ausência dos recursos destinados ao SUAS, são os motivos de a população

4 As atividades da Mostra Sudeste trouxeram para o centro da discussão aspectos relacionados às principais questões regionais enfrentadas por psicólogas(os) que atuam no SUAS, especialmente no que se refere à precarização do trabalho e das(os) trabalhadoras(es). Assim, a Carta de Compromisso da Mostra Sudeste, elaborada nesse espaço, traduz as discussões realizadas e reafirma o compromisso social da psicologia, expresso por meio de estratégias de mobilização e do fortalecimento dos espaços organizativos, principalmente os de controle social, além da necessidade de avançar na luta antirracista e enegrecer os espaços de representação e participação social.

do Brasil ainda não receber o atendimento suficientemente necessário e demonstram a pouca atenção que essa política recebe por parte de gestores públicos.

Reafirmamos ainda a necessária defesa de vinculação orçamentária para o SUAS, na perspectiva que não há política pública, sem financiamento público. Defendemos a aprovação da PEC 383/2017, que aprova um mínimo constitucional de 1% da receita corrente líquida da União para a Assistência Social. Destaca-se que desde a aprovação do projeto em Comissão Especial na Câmara dos Deputados em dezembro de 2021, foram protocolados 9 requerimentos de Deputados Federais de campos políticos diversos para a inclusão da pauta para apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados, nenhum deles foi acatado pela Presidência da Casa desde então (informações públicas no Portal da Câmara dos Deputados no referido projeto), denotando a falta de vontade política do Legislativo Brasileiro na efetivação de uma política de proteção social essencial para a população brasileira.

Ademais, as/os trabalhadoras do SUAS sofrem com as demandas que extrapolam seu campo de atuação, desde requisições do sistema judiciário, das atuais averiguações do cadastro único com caráter punitivo, violador e restritivo em relação às famílias e territórios.

Neste sentido, reafirmamos o nosso compromisso social com os debates atuais, onde é importante ocupar e fortalecer espaços de participação e de controle social que já existem, como os fóruns, sindicatos e coletivos de trabalhadoras. É igualmente relevante incentivar fóruns de usuáries e potencializar alianças com movimentos sociais e de outras políticas públicas.

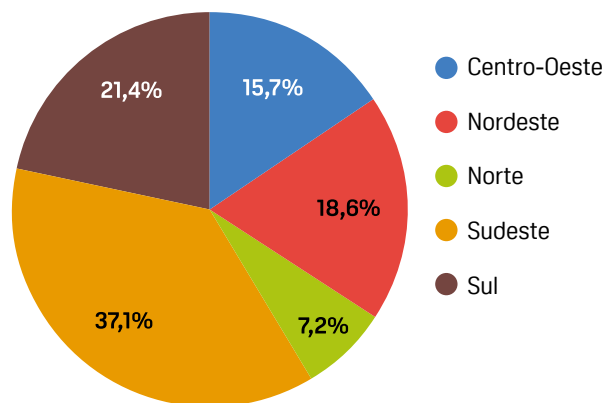
Por fim, manifestamos a imprescindibilidade de enegrecer os espaços coletivos e representativos da psicologia no SUAS, uma vez que é necessário avançar na luta antirracista, reiterando ainda a necessidade de que a Secretaria de Ava-

liação, Gestão da Informação e Cadastro Único (Sagicad) acrescente os campos de identificação de raça/cor nos sistemas de monitoramento das equipes de referências socioassistenciais (CENSO/SUAS e CADSUAS) para que possibilite um diagnóstico racial do perfil das/os trabalhadoras/es do SUAS. A partir dessas interlocuções apontadas no evento é preciso de ações imediatas para efetivação de políticas de ações afirmativas para materializar o estatuto da igualdade racial.

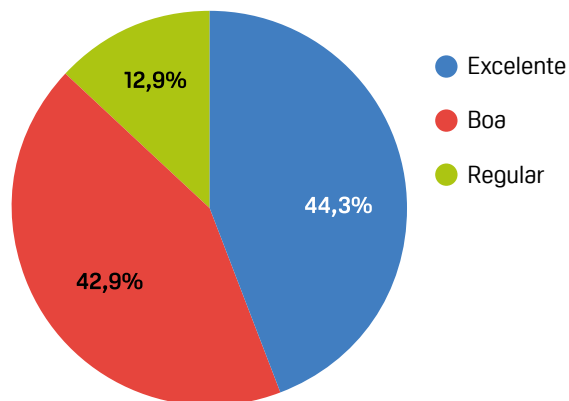
ANEXO I

Avaliação do Evento:

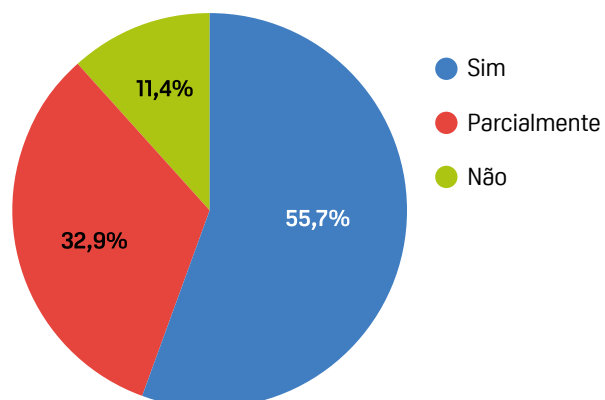
Qual etapa da III Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) você participou?



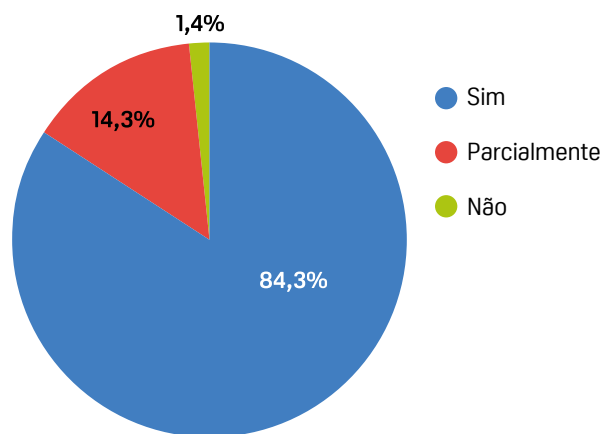
Sobre a Organização. Como você avaliaria a organização geral da atividade?



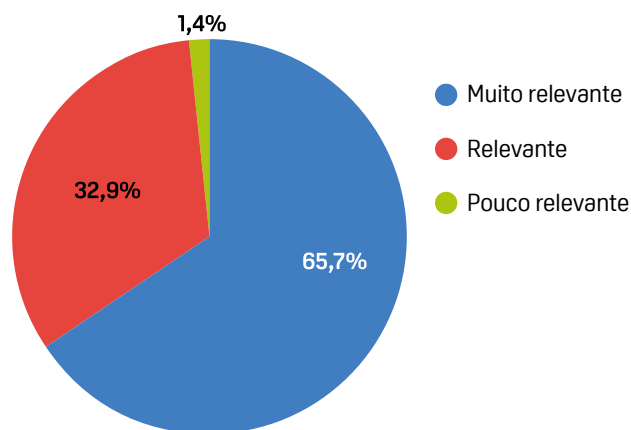
A comunicação prévia ao evento foi objetiva e suficiente?



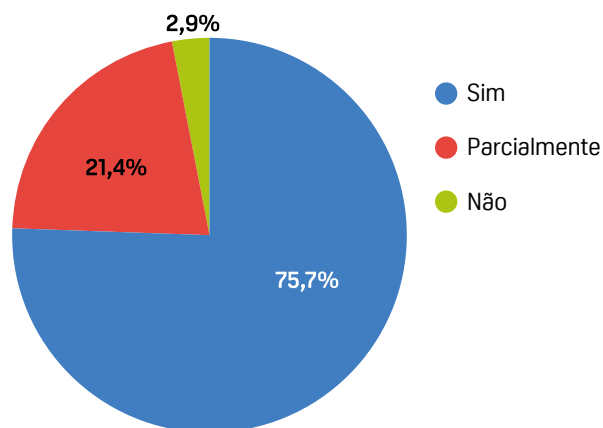
O local e horário escolhidos foram convenientes?



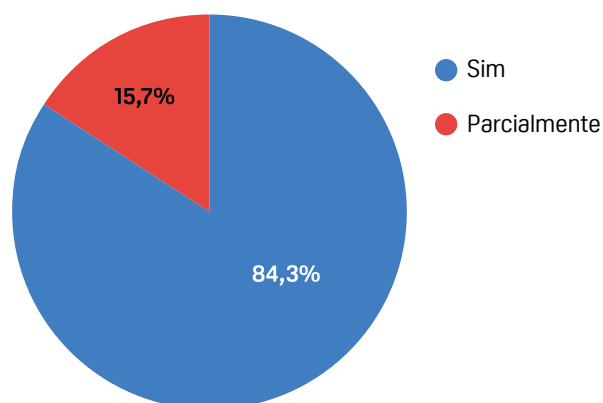
Sobre o Conteúdo. O conteúdo abordado foi relevante para sua prática profissional?



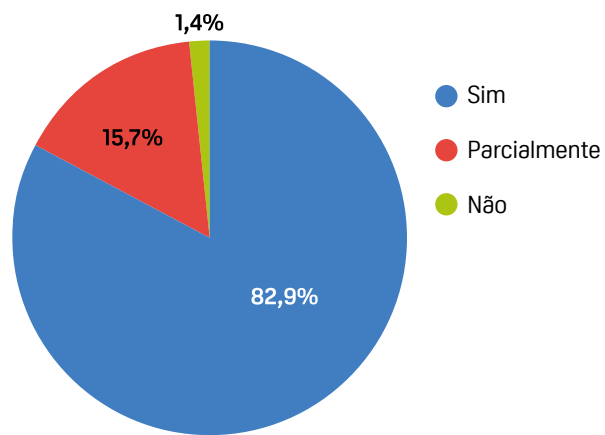
Os temas apresentados foram diversificados e abrangentes?



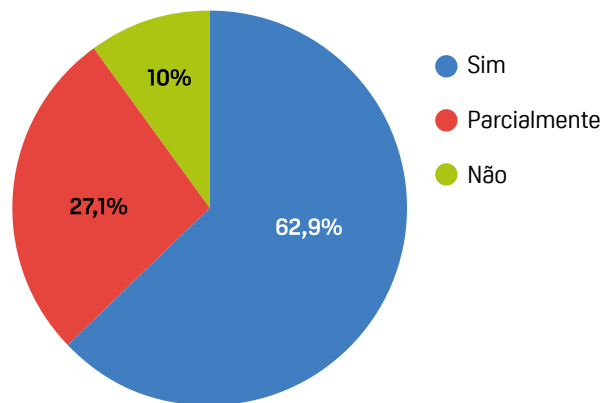
As (os) palestrantes/facilitadores contribuíram com os temas apresentados?



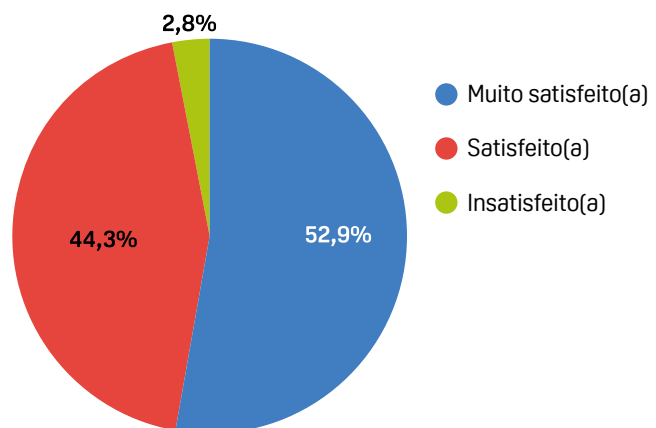
Sobre a Participação. A interação e participação durante a atividade foram estimuladas de forma adequada?



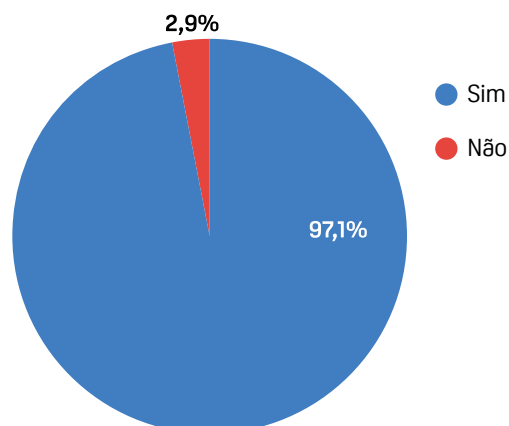
Houve oportunidade suficiente para perguntas e discussões?



Avaliação Geral. Como você avaliaria sua satisfação geral com a atividade?



Você recomendaria essa atividade para outras (os) profissionais?



ANEXO II

RESUMO DOS TRABALHOS APRESENTADOS:

Etapa Nordeste

Título	Resumo
Um olhar sensível para a pessoa idosa: Exemplo de articulação interinstitucional entre CRAS e IES.	<p>O presente relato de experiência visa expor atividades realizadas no ano de 2024 durante estágio curricular de alunas(os) de uma Instituição de Ensino Superior (IES) junto a um Grupo de Convivência de Idosas do CRAS Madre Tereza de Calcutá, em Aracaju/SE. As atividades foram realizadas pela equipe técnica e por estagiárias(os) em Psicologia sob a orientação de uma psicóloga supervisora acadêmica e um psicólogo preceptor no campo de estágio. Com o tema “Um olhar sensível para a pessoa idosa”, as(os) estagiárias(os) realizaram intervenções junto ao Grupo “Bom Viver” do SCFV do CRAS com o objetivo de suscitar nas(os) participantes reflexões acerca da prevenção de riscos, promoção de autonomia e emancipação da pessoa idosa. O trabalho teve como aporte teórico os estudos de autores(as) especialistas na área e foi realizado em consonância com as diretrizes dos Cadernos de Orientação Técnica do PAIF e do SCFV no SUAS. Como ferramenta metodológica, utilizaram-se “Técnicas de Colagem em Cartazes” e “Rodas de Conversa” em três subgrupos para fomentar reflexões a respeito dos seguintes tópicos: “Isolamento e Socialização”, “Situações de Risco para a Pessoa Idosa” e “Autocuidado”. Destarte, percebeu-se o engajamento e a participação ativa e crítica das idosas em intervenções de caráter socioeducativo que proporcionaram uma maior compreensão acerca dos direitos da pessoa idosa e do exercício da cidadania. O trabalho evidencia que a articulação interinstitucional entre a Academia e a Política de Assistência Social pode contribuir de modo satisfatório para a prevenção de situações de risco em pessoas idosas usuárias do SUAS.</p>
Autoria: William Cruz do Nascimento Pedro Alves dos Santos Filho Maitê Backx da Silva Marize Ferreira dos Santos	
Email de contato will.nascimento@gmail.com	

Título	Resumo
<p>A Prática Psicológica no combate ao tráfico de pessoas na Paraíba: O Papel do NETP/PB.</p>	<p>O tráfico de pessoas é um fenômeno complexo que afeta especialmente a população mais vulnerável, ocorrendo quando alguém é recrutado, transportado, comprado ou mantido através de ameaça, violência ou coerção com objetivos de remoção de órgãos, trabalho análogo à escravidão, exploração sexual ou adoção ilegal. No Brasil, entre 2017 e 2020, 1.811 brasileiros foram vítimas de tráfico, com 346 casos registrados na Paraíba entre 2017 e 2022 com destaque para o trabalho escravo. Isto posto, é essencial desenvolver políticas públicas abrangentes para o enfrentamento deste crime. Em 2016, o Governo da Paraíba criou o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP), ligado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH) e composto atualmente por uma equipe técnica multidisciplinar, incluindo cientista social, assistente social e psicólogo, para prevenir e auxiliar no combate ao tráfico e desaparecimento de pessoas na região. Na prática psicológica, o desenvolvimento de campanhas educativas e intervenções comunitárias visam prevenir o tráfico, identificando os fatores de risco e proteção para evitar a incidência. Após o resgate de uma vítima, o psicólogo avalia o dano psíquico ocasionado e define metas para a recuperação e reintegração social, em colaboração com a equipe, abrangendo o encaminhamento para escolarização, capacitação profissional, empregabilidade e renda, acesso a direitos e serviços socioassistenciais. O desafio primordial é apoiar a vítima sem comprometer sua autonomia. Nisso, a Psicologia e áreas afins buscam promover a emancipação das vítimas, priorizando seu bem-estar e reconstrução da vida de forma livre e empoderada, com o Estado desempenhando papel essencial.</p>
<p>Autoria: Pedro Augusto Lima Monteiro Mirella de Almeida Braga Maria Luiza Pereira Leite Natasha Dahmer Batusich</p>	
<p>Email de contato mailto:augustolima08@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>A essencialidade precária da Assistência Social: elementos para (re)pensar a precarização no Suas.</p>	<p>Esta pesquisa é um esforço científico com vistas a incrementar o debate crítico a respeito da estruturação do trabalho nos diversos níveis de complexidade dos serviços prestados pela política pública de Assistência Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O objetivo geral da pesquisa foi analisar conexões entre as legislações gerais e do Sistema Único de Assistência Social sobre essencialidade do trabalho. A metodologia deste estudo se configura no campo qualitativo quanto a abordagem, de pesquisa básica quanto à natureza do estudo, de pesquisa explicativa quanto aos seus objetivos e um caráter documental quanto aos procedimentos realizados. A coleta de dados foi realizada por meio da leitura na íntegra de legislações do campo da assistência social, em especial a LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), Normas Operacionais Básicas (NOBs) sobre a Gestão do Trabalho no Sistema Único de Assistência Social. Essas normativas foram comparadas com as legislações sobre serviços essenciais, em especial a LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989, a LEI Nº 13.979, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020 e a jurisprudência a respeito do tema. A sistematização e análise de dados foi feita com base na Análise Temática de Conteúdo de Bardin (2011) e discussão crítica foi referenciada por autores do campo do Materialismo Histórico Dialético. Conclui-se que a essencialidade do trabalho no SUAS não acompanha as garantias trabalhistas dos serviços essenciais gerais, portanto, precarizando duplamente o trabalho ao instituir o serviço “essencial heroico”.</p>
<p>Autoria: Diego Mendonça Viana</p>	
<p>Email de contato: diegomendoncaviana@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>A Precarização dos vínculos trabalhistas dos(as) assistentes sociais e psicólogos(as) que atuam No SUAS.</p>	<p>O trabalho traz reflexões sobre a fragilização de vínculos dos(as) assistentes sociais e psicólogos(as), que atuam no Sistema Único de Assistência Social do município de Entre Rios-BA. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza quali-quantitativa, alinhada a uma pesquisa bibliográfica e documental, buscando identificar as formas de contratação e remuneração de profissionais das equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social. A coleta de dados foi realizada por meio das legislações, cartilhas, normativas e artigos científicos, além de consultas ao Diário Oficial do Município e site do Tribunal de Contas do Município - TCM. As manifestações de precarização mais evidentes no estudo relatam sobre as modalidades de vínculos e suas fragilidades, baixa remuneração e rotatividade nas equipes. Sendo possível notar que há um impacto negativo na oferta dos serviços, em detrimento às consequências geradas pelas relações de trabalho instáveis, contrariando a premissa de garantia de direitos aos usuários, mediados por trabalhadores precarizados.</p>
<p>Autoria: Thaís Maria Machado Silva</p>	
<p>Email de contato: thais.machado@hotmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>A Psicologia e o Controle Social no SUAS: experiências da gestão no CMAS em Recife.</p>	<p>O papel da psicologia no controle social do Sistema Único de Assistência Social, quer seja na equipe para fiscalização e inscrição de entidades e serviços socioassistenciais, quer seja na gestão ocupando o lugar de conselheira ou presidência do conselho municipal de assistência social ainda é pouco explorada em trabalhos científicos. Assim, esse trabalho objetiva elucidar algumas práticas profissionais na gestão do CMAS Recife, no período de 2021 a 2023, a partir da reflexão da psicologia na garantia dos direitos socioassistenciais. A metodologia usada foi o relato de experiência e análise documental, especialmente quanto ao relatório de gestão do CMAS, apresentado e encaminhado ao Ministério Público de Pernambuco num inquérito administrativo sobre o funcionamento do referido conselho. Dessa forma, observa-se o fortalecimento de práticas no cuidado das profissionais através do aumento da equipe para melhor organização do trabalho, incentivo da participação da sociedade civil, especialmente as usuárias/os do SUAS, melhor definição dos fluxos processuais, crescimento da comunicação interna e acompanhamento dos indicadores, além de empenho na educação permanente do SUAS, como primeira prática no mês seguinte a posse em 2021 e continuidade até o final da gestão. Além disso, a realização do fórum da sociedade civil do SUAS, o fórum interconselhos com participação de diversos conselhos municipais de outras políticas, encontros com usuárias/os sobre orçamento e financiamento da assistência social, entre outras ressaltar a comissão de renda básica, a fim de discutir a possível política em garantir outra forma de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.</p>
<p>Autoria: Edson de Souza Lima</p>	
<p>Email de contato: edson.lima@crppe.org.br</p>	

Título	Resumo
<p>A Psicologia no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos: reflexões profissionais em Pernambuco.</p>	<p>As atividades em grupo no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos objetiva ampliar as trocas de experiências, desenvolvimento da autonomia, exercício de solidariedade, fomento a práticas de bem-estar. O investimento de atendimentos coletivos na política pública de assistência social, ou seja, a formação de grupos nos serviços socioassistenciais, na proteção social básica e especial, contribui para a percepção dos enfrentamentos a garantia de direitos numa lógica sociabilizada, onde a comunidade pode ser fortalecida pelo conjunto de famílias. Assim, esse trabalho objetivou a compreensão dos processos grupais e as intervenções psicológicas para a promoção de saúde social a pessoas idosas de grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. A metodologia ocorreu através de uma pesquisa qualitativa, tipo corte transversal, cuja população foi composta por técnicas de referência com formação em psicologia em atendimento a pessoas idosas de um grupo do serviço. O local do estudo foi a região metropolitana do Recife, nos municípios Camaragibe, Igarassu, Itapissuma, Olinda, Paulista e Recife. Em relação às entrevistas, observou-se nos discursos a convergência dos conceitos das profissionais sobre o SCFV com o que preconiza a política de assistência social ao incidir o referenciamento ao CRAS, o trabalho com grupos, o objetivo de garantir direitos à população mais vulnerável. Por fim, a psicologia pode promover assessoria nos trabalhos com os grupos do SCFV, quando as profissionais compreendem intervenções psicológicas na perspectiva dos processos grupais e com vistas a atender os objetivos de fortalecer os vínculos familiares e comunitários.</p>
<p>Autoria: Edson de Souza Lima</p>	
<p>Email de contato: edson.lima@crppe.org.br</p>	

Título	Resumo
<p>Aldeia Protetiva: a comunidade como recurso de enfrentamento ao abuso sexual infantojuvenil.</p>	<p>O trabalho refere-se ao projeto denominado “Aldeia Protetiva”, executado desde de outubro de 2023 em uma comunidade rural do município de Piripiri/ PI na qual foi constatado, a partir de atendimentos e dados do CREAS do município, um grande número de casos de abuso sexual infantojuvenil, bem como o aumento do risco e da vulnerabilidade das vítimas frente naturalização desse tipo de violência na comunidade e da fragilização dos vínculos afetivos familiares e, sobretudo, os comunitários. O projeto aposta na potencialidade de uma rede social e comunitária eficiente como mecanismo de proteção que uma rede social e comunitária eficiente está associada à prevenção de violência e, desse modo, elaborou uma intervenção orientada pela psicologia social comunitária: é na/ com a comunidade, sobretudo envolvendo essa temática que vamos encontrar os meios de efetivar políticas públicas que visam a proteção. A partir de um ciclo de formações aos serviços e atores da rede que compõem a comunidade tais como Conselho Tutelar, escola, UBS, CRAS, CREAS, líderes religiosos, comunitários. Os atores da rede foram convidados a terem participação ativa na criação de recursos dentro da comunidade que permitisse o enfrentamento e superação da cultura de naturalização desse tipo de violência, através de rodas de conversas, salas de espera, reuniões, oficinas, com informações sobre a lei 13.431/17, sobre o que fazer frente a revelação espontânea, sobre a importância de criarmos uma rede de apoio que envolva a comunidade toda. E, ao final, entregar simbolicamente o título de uma comunidade que protege suas crianças, uma aldeia protetiva.</p>
<p>Autoria: Elaine Soares de Freitas Leitão Francisco Gustavo de Araújo Souza</p>	
<p>Email de contato: mailto:elainesfl.psi@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Atuação de psicólogas na alta complexidade do SUAS: garantia de direitos no serviço de acolhimento.</p>	<p>A alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) constitui serviços que visam garantir proteção integral às famílias e indivíduos em vulnerabilidade e/ou risco de violação de direitos, seja no ambiente público-estatal ou não estatal. Nessa perspectiva, o acolhimento institucional integra esses serviços garantindo a crianças e adolescentes proteção integral por motivo de rompimento de vínculos familiares. Este trabalho tem como objetivo relatar experiência de psicólogas da equipe técnica da Aldeias Infantis SOS, no período de 20/06/22 a 01/05/2024 a partir das práticas de cuidado alternativo, no município de Camaçari/BA, tratando-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência. A Aldeias Infantis SOS é uma organização global de incidência local que oferta no município ações de intervenção, contendo como público-meta crianças e adolescentes, atuando com o serviço de acolhimento na modalidade “casa lar”, um modelo de acolhimento provisório oferecido em unidades residenciais. O serviço de psicologia atuou na efetivação de garantias de direitos dos acolhidos e suas famílias numa perspectiva de fortalecer os vínculos familiares através de orientação, referenciamento dos serviços em diferentes esferas socioassistenciais, construção dos planos individuais de acolhimento, contribuições através dos relatórios de acompanhamento trimestral para a tomada de decisões jurídicas, além do acolhimento e escuta das crianças e adolescentes mediando e representando seus interesses. A atuação de profissionais de psicologia no SUAS é imprescindível e relatar as experiências contribui para a expansão do conhecimento nesses cenários de práticas.</p>
<p>Autoria: Vivian Carla Cerqueira dos Santos Olivia Maria Quesado Valente Adriele Lima dos Santos</p>	
<p>Email de contato: vivian.santos@aldeiasinfantis.org.br</p>	

Título	Resumo
<p>Bem-Me-Quer? Discutindo o relacionamento abusivo nas escolas.</p>	<p>O projeto, Bem-me-quer, Discutindo o relacionamento abusivo nas escolas, foi elaborado e posto em prática, pela equipe do Núcleo de Atenção à Mulher (NAM) junto com a educação, com o objetivo de levar informação, acolhimento e discussão aos adolescentes de todas as escolas de Fundamental II e Ensino Médio, do município de Inhambupe -Ba, município este com vasta zona rural e, por conta disto o acesso aos serviços tanto no cunho assistencial como educativo são difíceis. Assim como, os índices de violência contra a mulher é alto. A metodologia adotada foi dialógica, dinâmica e lúdica, a partir de músicas brasileiras com letras que viessem menção a características de um relacionamento abusivo. Como resultado, além da adesão das escolas e seus alunos numa participação muito animada e interessada, com relatos e dúvidas, houve também solicitação para apresentação nas turmas noturnas, posteriormente pedidos das mães para também participarem, as dúvidas dos alunos perpassaram o tema e dúvidas pessoais, familiares, emocionais, ou seja, houve o projeto em alguma medida ofereceu um momento de expressão e escuta genuínas a esses alunos. Além, de troca com outros municípios da região. Assim, pode-se concluir que o projeto foi bem sucedido e atingiu seu objetivo de disseminar informações e chegar a todas as zonas rurais do município.</p>
<p>Autoria: Sandra Matos S Sacramento Izabelita Vitória Matos de Santana Sacramento</p>	
<p>Email de contato: mailto:sandra_ufba@yahoo.com.br</p>	

Título	Resumo
<p>Conferências de segurança alimentar e nutricional em Alagoas: demandas sociais e enfrentamento à fome.</p>	<p>As Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional realizadas em Alagoas seguiram a temática proposta pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) para a construção da VI CNSAN: “Erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, democracia e equidade”. As Conferências em Alagoas foram organizadas em três conferências regionais, duas municipais, uma temática para comunidades quilombolas e povos indígenas e a conferência estadual. Este trabalho é um relato de pesquisa de mestrado que busca investigar estratégias de combate à fome em Alagoas por meio da análise da construção e realização da V Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Metodologicamente, utilizamos diário de campo. Observamos o diálogo entre a sociedade civil e o poder público; as problemáticas relacionadas às estratégias de combate à fome em cada região; as limitações para uma efetiva participação da sociedade civil nos espaços das conferências; construímos um mapeamento dos participantes do poder público e sociedade civil; debatemos as contradições na construção das políticas estaduais para o combate à fome e as disputas relativas à construção do I Plano Estadual de SAN. Consideramos este debate fundamental para refletir as consequências dos desmontes de políticas públicas, sobretudo a partir de 2016, que acarretou no retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU em 2022. Por fim, é fundamental pensar as possibilidades de intervenção na rede de proteção social na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, com políticas socioassistenciais que promovam a autonomia e dignidade às populações vulneráveis.</p>
<p>Autoria: Thamires Silva da Cruz Frederico Alves Costa</p>	
<p>Email de contato: mailto:thamires.cruz@ip.ufal.br</p>	

Título	Resumo
<p>Diversidade sexual e cidadania: respeitando e acolhendo a população LGBTQIAPN+.</p>	<p>público LGBTQIAPN+ com a finalidade de combater a discriminação e a estigmatização, assim como a violação de direitos que essa população constantemente sofre, proporcionando acolhimento e escuta ativa por meio dos psicólogos. As ações foram desenvolvidas na cidade de Monte Alegre de Sergipe em parceria com a Secretaria de Assistência Social do município, após ser percebido que a porta de entrada dos cidadãos LGBTQIAPN+ dentro da Assistência Social ocorria somente diante dos seus direitos violados, ou seja, no CREAS, sendo essa população invisibilizada nas políticas públicas municipais e estaduais de prevenção, embora haja a presença dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de um equipamento com fins de prevenção de situações de riscos - O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Assim, considerando que a psicologia dentro das políticas públicas exerce um importante papel na manutenção e superação das opressões de gênero e sexuais existentes, o desenvolvimento de ações efetivas pautada nas resoluções do Conselho Federal de Psicologia acerca de diversidade teve uma função crucial para o combate ao preconceito e a discriminação aos sujeitos que não corresponde a cisheteronormatividade.</p>
<p>Autoria: Aissa Mirelly Mendonça Soares José Thiago Dantas Costa Sanches Max Jesus Viana</p>	
<p>Email de contato: aissamirelly@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Imersão No Suas: Vivências em Equipamentos da Rede em uma cidade do Interior Baiano.</p>	<p>Introdução: A Assistência Social é uma das políticas públicas que mais reúne profissionais de Psicologia no Brasil, cerca de 24,8 mil psicólogos/os, segundo o Censo SUAS de 2019. Contudo, na prática, existe um déficit nos cursos de graduação em relação à qualificação dessas/es trabalhadoras/es para atuar no SUAS devido a ausência de espaços que instrumentalizem as/os discentes durante a formação. Objetivo: Relatar a experiência das visitas realizadas em equipamentos e espaços do SUAS de uma cidade do interior baiano. Metodologia: A imersão aconteceu através da disciplina optativa “Psicologia no SUAS”. Ocorreu uma visita à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, na qual houve uma mesa redonda com a secretária, profissionais e coordenações de programas, serviços e equipamentos do SUAS do município. Em seguida foram visitados três equipamentos da rede, onde observamos os espaços e conhecemos as equipes. Resultados e discussões: A imersão foi importante para ampliarmos nossa visão quanto à Assistência Social e à garantia de direitos humanos, bem como compreendermos o funcionamento dos equipamentos. Além disso, possibilitou explorarmos campos de atuação outrora desconhecidos. Conclusão: Imersões e visitas técnicas no SUAS devem fazer parte dos cursos de graduação, tendo em vista que profissionais de Psicologia estão cada vez mais presentes nos espaços da Assistência Social, bem como para alcançarmos a superação dos entraves supracitados quanto à prática profissional de psicólogos/os nesse campo.</p>
<p>Autoria: Giovanna Barreto Martinez Vitória Karoline Gonçalves Silva Laís de Oliveira Silva Maria Cláudia Mota dos Santos Barreto</p>	
<p>Email de contato: giovannabmartinezbr@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Importância do componente Psicologia no SUAS no contexto da graduação: um relato de experiência.</p>	<p>O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) apresenta-se como porta de entrada de muitas/os psicólogas/os recém-formadas/os no mundo do trabalho, necessitando de valorização das práticas no campo, desde a formação na universidade. À vista disso, é possível compreender a importância de ter disciplinas, durante a graduação, que forneçam diretrizes para atuação da Psicologia nesse contexto. Nosso objetivo é descrever a experiência de estudantes da graduação em Psicologia a partir da inserção no componente optativo com a temática da Psicologia no SUAS. Configura-se como um relato de experiência que descreve as vivências de estudantes de Psicologia da Universidade Estadual de Feira de Santana com a disciplina teórico-prática Psicologia no SUAS. Foi ofertada durante as férias, dentro de um mês, porém organizada de modo dinâmico e intensivo para que abarcasse a base de conhecimentos necessários para compreender o SUAS e a atuação da/o psicóloga/o nele. Iniciamos com uma série de discussões sobre o sistema e sua relação com a Psicologia, realizamos estudo de casos vislumbrando a atuação profissional e concluímos com visitas técnicas a espaços de gestão e equipamentos do SUAS de um município no interior da Bahia, o que possibilitou a união entre teoria e prática. A partir desta experiência foi possível perceber a importância da viabilização na graduação em Psicologia de disciplinas e práticas que contemplem as bases do SUAS, para contribuir com a formação de profissionais e refletir acerca das possibilidades de trabalho dentro desse sistema, bem como as potencialidades e desafios que encontra.</p>
<p>Autoria: Lais Gonçalves dos Santos Dias Ana Clara Carneiro Santos Maria Cláudia Mota dos Santos Barreto Brenna Araujo Felix</p>	
<p>Email de contato: laisdias.sg@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Intervenções voltadas para pessoas idosas: relato de experiências no CRAS.</p>	<p>O presente estudo traz relatos de práticas interventivas voltadas para pessoa idosa tendo como espaço de reflexão o Centro de Referência de Assistência Social -CRAS com foco no grupo de idosas(os); trata-se de um estudo qualitativo. Primeiramente buscou-se situar o funcionamento da proteção social básica, só então, partiu-se para a reflexão acerca da inserção da(o) psicóloga(a) no CRAS e sobre as práticas interventivas realizadas com vista a oportunizar a participação ativa das idosas e trocas de vivências que favorecem o desenvolvimento nesta etapa da vida. Esse estudo fornece dois exemplos de intervenções: Festividade e Ensaio fotográfico que visam contribuir para prática voltada para as reais demandas das idosas, sendo pautadas no protagonismo das usuárias e no estímulo à reflexão crítica e aprendizado continuado. Sabe-se que a velhice é uma etapa permeada de preconceitos e por vezes reduzidas a limitações, porém é possível ampliar esse olhar e apresentar possibilidades de enfrentamento dessas visões limitantes. A prática revela que há carência de suportes direcionados ao fazer da(o) psicóloga(o). Assim é necessário redescobrir novas formas de atuação com foco na velhice, sendo urgente que os profissionais se apropriem dessas situações para que possam desenvolver uma psicologia pautada no compromisso ético, contribuindo para a melhoria contínua das ações no CRAS, promovendo intervenções que façam sentido para as pessoas idosas participantes desses serviços, estimulando o protagonismo e contribuindo para reafirmar o lugar das pessoas idosas como sujeitos capazes de aprender e implementar mudanças ao longo da vida.</p>
<p>Autoria: Renata Vieira</p>	
<p>Email de contato: revieiranata@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Medidas Socioeducativas em meio aberto: um relato de experiência .</p>	<p>As medidas socioeducativas são destinadas aos adolescentes que cometeram atos infracionais, conforme preceitua o Estatuto da Criança e Adolescente e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Nesse contexto, a atuação dos profissionais de Psicologia na assistência social tem refletido a articulação de questões referentes à realidade social brasileira em virtude da Política Nacional de Assistência Social-PNAS, do Sistema Único de Assistência Social-SUAS e resoluções elaboradas no Conselho Federal de Psicologia. Este trabalho consiste em um estudo descritivo, qualitativo, e tem como escopo compreender sobre a prática profissional do psicólogo no serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto de liberdade assistida e prestação de serviço a comunidades executadas por um Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, no município de Nossa Senhora do Socorro/SE. Muitos desses adolescentes estão inseridos no cenário de violação de direitos e vulnerabilidades sociais. A equipe técnica do CREAS atua na perspectiva da ressocialização e responsabilização do adolescente. A metodologia aplicada na elaboração desse relato de experiência baseou-se na construção do Plano Individual de Atendimento-PIA junto com os adolescentes e suas famílias, onde foram traçadas metas e objetivos, visitas domiciliares, atendimentos individuais e coletivos, bem como encaminhamentos para rede de sistema de garantias de direitos. Nas intervenções realizadas, percebeu-se a importância da contribuição da Psicologia Social, inserida nos contextos de interdisciplinaridade, na oferta de serviços e acompanhamento dos adolescentes e suas famílias, na sensibilização da rede de proteção, no combate à discriminação, preconceitos e na garantia dos direitos desses adolescentes.</p>
<p>Autoria: Ana Raquel Silva Santos Alves</p>	
<p>Email de contato: raquel.psi@hotmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>O Despertar para as velhices no SUAS e as implicações práticas da Psicologia.</p>	<p>Na participação como referência técnica estadual da proteção social básica do estado de Sergipe, a inserção da psicologia está consolidada, cabendo atuar no sentido de assessorar os municípios por meio de apoio técnico nas modalidades: oficina, sala de atendimento e/ou eventos estaduais. A prática aqui elucidada refere-se ao apoio técnico na modalidade de oficina ofertada aos profissionais sergipanos que atuam no Sistema Único de Assistência Social- SUAS e implementam atividades voltadas a pessoas idosas, tendo como temática os desafios para execução de intervenções com idosas(os). Vale ressaltar que no estado de Sergipe os 75 municípios ofertam serviços para pessoas idosas. No decorrer da intervenção, foi possível perceber que os profissionais apresentam dificuldades para implementar atividades que foquem em temáticas como: sexualidade, intergeracionalidade e ageismo. Isso em parte pela ausência de metodologias e por outro lado, resultante de entendimento distorcido sobre a velhice. A partir dessa intervenção ficou evidente a lacuna de conhecimento no que tange a metodologias de trabalho voltados para pessoas idosas e a necessidade de ampliar as discussões em torno da velhice com intuito de promover práticas que atendam as reais necessidades do público atendido e nesse sentido a psicologia pode contribuir ampliando a produção de conhecimento acerca da velhice e efetivamente produzir espaço de partilha e provocações que tragam as pessoas idosas como protagonistas nesses debates com vista a promoção efetiva de mudanças na forma de executar as intervenções voltadas para essa população.</p>
<p>Autoria: Renata Vieira</p>	
<p>Email de contato: revieiranata@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>O serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos como prevenção à violência doméstica.</p>	<p>Diante dos diversos casos de violência doméstica tendo homens como agressores e possuindo como base estudos que apontam para uma tendência de adolescentes agressivos socialmente repetirem esse tipo de comportamento em relações afetivas futuras, a atividade realizada com adolescentes de um grupo do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do CRAS Benjamin Alves de Carvalho em Aracaju teve como objetivo dialogar sobre comportamentos agressivos a fim de prevenir futuras possíveis violências domésticas. Através de dinâmica de grupo e conversa sobre gênero, foram abordados temas referentes a como a sociedade estabelece estereótipos para os gêneros e como essas definições podem influenciar nossos comportamentos. Dessa forma, fazendo uso de relatos do dia-a-dia dos integrantes e de momentos vividos dentro do serviço, foi possível estabelecer uma ponte entre as experiências individuais dos adolescentes e as noções de possíveis atitudes agressivas vivenciadas ou presenciadas por eles, refletindo as interferências desses comportamentos em relações interpessoais e dialogando sobre casos de violência e formas de evitar a repetição desses eventos. Em conjunto, diálogos sobre empatia e companheirismo foram construídos, refletindo sobre a importância de respeitar o outro e de como ações agressivas no dia-a-dia, por mais simples que sejam, podem representar negativamente um impacto significativo na vida diária de cada um e, ainda, repercutir no futuro.</p>
<p>Autoria: Larissa Moura Silva Guimarães Porto Victor Gabriel Fontes Leão</p>	
<p>Email de contato: larametista@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Os desafios da atuação do psicólogo (a) no Centro POP: relato de experiência.</p>	<p>O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), constitui-se em unidade de referência da Proteção Social Especial de média complexidade, de natureza pública e estatal, sendo a População em Situação de Rua (PSR), seu público alvo. É um espaço de referência para o convívio grupal, social e desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. É um serviço que através da escuta qualificada da demanda dos usuários, busca compreender o contexto social, cultural e histórico de cada um. De acordo com a NOB-RH/SUAS, a equipe de referência deve ser composta por profissionais com perfil e habilidades para atuarem junto a PSR, sendo o psicólogo (a) um destes. Diante deste contexto, o exercício da Psicologia se depara com um campo desafiador, requerendo o saber de novas áreas do conhecimento, que devem ser amplamente estudadas, repensadas e compreendidas, como também a articulação interdisciplinar com os demais profissionais que atuam no atendimento a PSR. Apesar do tempo transcorrido desde a implementação do SUAS, ainda a assistência social é considerada uma nova área de atuação para a Psicologia, por exigir dos profissionais novos conhecimentos e habilidades diferentes dos demandados no fazer psicológico tradicional. Desta forma, este relato de experiência objetiva descrever a atuação da Psicologia no Centro POP e assim contribuir com a formação e capacitação de novos profissionais que atuem ou desejem atuar na assistência social.</p>
<p>Autoria: Paulyne Guimarães Lopes</p>	
<p>Email de contato: paulynelopes@hotmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Promovendo o bem-estar: experiência no programa.</p>	<p>Introdução: A proteção social básica atua em caráter preventivo e protetivo buscando promover o acesso aos direitos, enfrentar vulnerabilidades e promover potencialidades que fortaleçam os vínculos, possibilitando autonomia de indivíduos, tanto pela inserção em programas de acesso à renda, quanto pela participação programas sociais. (BRASIL, 2004). A inserção dos psicólogos(a) nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), rompe com a elitização da Psicologia, oferecendo assistência à população vulnerável. Um dos públicos assistidos pelo CRAS são as gestantes, realizamos a escuta ativa e o acolhimento das questões sociais, visando a compreensão de fatores biopsicossociais. Objetivo: Elucidar a experiência vivenciada no CRAS, Professora Djalma Siqueira de Menezes, localizado no município de Itaporanga D'Ajuda-SE, apresentando as atividades realizadas no programa "AMOR SEM LIMITE", projeto voltada para as gestantes, aonde além da entrega do kit enxoval, símbolo do apoio e atenção oferecidos às gestantes, realizamos a escuta qualificada. Descrição da Experiência: As atividades realizadas pelos psicólogos visam fortalecer os vínculos familiares das gestantes atendidas pelo CRAS. São promovidas dinâmicas de grupo, palestras informativas sobre saúde mental, autoestima, maternidade etc.; possibilitando partilha de experiências entre elas. A partir da escuta ativa, são identificadas necessidades específicas de cada mulher, possibilitando o encaminhamento adequado e o acolhimento de suas demandas socioemocionais. Conclusão: Foi possível perceber o impacto positivo das atividades junto às gestantes, na oferta de recursos básicos e psicoeducação. Fortalecendo vínculos sociais e aumentando a autoestima. Essa experiência reforçou o papel crucial do psicólogo(a) na promoção da integração de fatores biopsicossociais.</p>
<p>Autoria: Raíssa Raquel Santos dos Reis Claudia Eliodorio de Oliveira Conceição</p>	
<p>Email de contato: raissa.psiuniversitaria@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Psicologia no SUAS: contextos da política socioassistencial no município de Aracaju.</p>	<p>O presente relato de pesquisa, intitulada Psicologia e Suas Dimensões Ético-Políticas em meio à Configuração Institucional das Práticas Políticas de Assistência Social no Município de Aracaju, objetiva sopesar a atual conjuntura das práticas políticas desenvolvidas no Sistema Único da Assistência Social, neste município, atentando-se especialmente ao papel da psicologia em seu campo de atuação. A pesquisa é desenvolvida por alunos de psicologia, sob a orientação de um professor que também atua na rede SUAS de Aracaju. A metodologia, a princípio, apresenta caráter documental e se pauta na investigação científica que adota determinados procedimentos, técnicos e científicos, com o intuito de examinar e compreender o teor de documentos dos mais variados tipos, e deles, obter as mais significativas informações, conforme o problema de pesquisa estabelecido. Num segundo momento, realizou-se entrevistas semiestruturadas com profissionais de psicologia atuantes na rede municipal, e a partir delas surgiram categorias de análise que a pesquisa pretende pôr em questão em suas discussões, tais como: dificuldades apontadas quanto à prática da intersetorialidade; imediatismos nos modos de fazer políticas do SUAS, o que culmina na quase inexistência de espaços de debates e discussões de casos entre equipes técnicas; e demandas de encaminhamentos que extrapolam o alcance do equipamentos sociais. Destarte, tais propostas de análise condiz a um modo de pensarmos práticas psicológicas no SUAS que estejam alinhadas e atravessadas pelo comprometimento aos princípios, diretrizes e objetivos da assistência social, com seu código de ética, defesa dos direitos humanos e a consolidação da cidadania.</p>
<p>Autoria: Marcel Maia de Oliveira Gomes Kawan Felipp De Souza Da Costa Vivian Thauane Santos Silva Mariana Almeida de Souza Kauan Patrick Oliveira Santos</p>	
<p>Email de contato: marcelmog@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Sobre emoções e fases da vida: partilhas de experiências entre idosas do SCFV.</p>	<p>O presente relato de experiência visa expor atividades realizadas no ano de 2023 durante estágio curricular junto a um grupo de idosas do CRAS Madre Tereza de Calcutá, no município de Aracaju/SE. As atividades foram realizadas por estagiários(as) em Psicologia sob a orientação de dois psicólogos, um supervisor acadêmico e um preceptor. As demandas foram levantadas pelos(as) autores(as) e pela equipe técnica que identificaram a necessidade de um trabalho sobre o gerenciamento das emoções em pessoas idosas. Com o tema “As emoções são parte de mim e da minha relação com o outro”, foram realizadas atividades com o objetivo de promover debates acerca dos processos emocionais diante de experiências vivenciadas ao longo das fases da vida. Utilizou-se um “dado das emoções” para contemplar, em cada face, algumas das emoções básicas do ser humano: alegria, tristeza, raiva, medo, surpresa e desprezo; assim como um “dado das fases da vida”, que incluiu infância, juventude e vida adulta/idosas. Cada participante pôde utilizar os dados para fazer partilhas em grupo cabendo aos(as) facilitadores(as) a mediação de um processo reflexivo acerca do gerenciamento das emoções na relação consigo e com o(a) outro(a). Teoricamente o trabalho ancorou-se em autores(as) especialistas na área e nas diretrizes dos Cadernos de Orientação do SCFV. Destarte, percebeu-se o engajamento e a participação das idosas em intervenções que proporcionaram a compreensão e o acolhimento das emoções e experiências vividas ao longo da vida e a ressignificação destas no contexto do diálogo em grupo, fortalecendo os vínculos na convivência comunitária.</p>
<p>Autoria: Savéria Quaranta Lobão Neta Marcel Maia de Oliveira Gomes Pedro Alves dos Santos Filho Diego Silva Santos</p>	
<p>Email de contato: saverianeta@gmail.com</p>	

ETAPA CENTRO-OESTE

Título	Resumo
Acolhimento institucional e a relação de reciprocidade com a família.	<p>O artigo discorre sobre a temática do Acolhimento e a relação recíproca com a família e em especial no que tange a construção do laço de confiança entre Instituição e Família. Sendo que este registro qualitativo realizado com as crianças e adolescentes em medida de proteção do Acolhimento Institucional Ana Maria de Oliveira Nunes do Município de Ladário- MS, no período referido de atuação Técnica na Instituição ao mês setembro à dezembro de 2023. Todo o processo acaba sendo trabalhado com o suporte das diversas áreas, considerando todas as nuances do processo de Reinserção Familiar e para tanto faz-se necessário a partir dos registros qualitativos de oito (08) acolhidos, sendo 02 desacolhidos, 02 adolescentes evadidos, com idade entre 09 a 17 anos, que retornam ao convívio familiar sendo acompanhado pela Equipe Técnica da Instituição , tendo que ser trabalhados na Reinserção 04 grupos familiares. Os resultados apontaram nessas experiências de acolhimento institucional vivenciados pelas famílias demonstraram como positiva e com possibilidades de superação significativas, sendo por mudanças no sistema ou nos relacionamentos entre os membros e com o filho reintegrado. Assim, o retorno da criança ao lar mostraram-se caracterizados como uma nova oportunidade para a família desempenhar seus papéis. E até que esta demanda assimile a situação a Assistência Social percorre um longo caminho interligar as áreas de serviços com o objetivo comum ou seja o bem estar e bom desenvolvimento desta criança e adolescente e seu grupo familiar rumo ao futuro saudável e propício.</p>
Autoria: Maria Izabel Cruz Padilha Ferreira	
Email de contato: mariabel.padilha@gmail.com	

Título	Resumo
<p>Grupo de Trabalho em medidas socioeducativas em meio aberto: contribuições da Psicologia.</p>	<p>Trata-se de exposição e relato de experiências do denominado Grupo de Trabalho - GT de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, dispositivo este que representa os três Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS Centro, Sul e Norte do município de Campo Grande/MS. Menciona-se que o citado GT é composto por duas psicólogas e um psicólogo, autores deste trabalho. Possui como objetivo a articulação e fortalecimento da Rede de Proteção e sua interlocução para os atendimentos e acompanhamentos dos socioeducandos que cumprem MSE em meio aberto e de suas famílias. Com isso, busca-se expor as práticas exitosas relacionadas aos procedimentos técnico-metodológicos utilizados pelo GT de MSE ao longo do período de julho/2023 a maio/2024. Realizando um trabalho de articulação e fortalecimento da rede intersetorial de atendimento aos socioeducandos e suas famílias, declara-se que às práticas de psicólogos(as), além da escuta qualificada, do acompanhamento psicológico no âmbito social, deve também ser no sentido da socioeducação, reintegração social, emancipação e autonomia dos indivíduos, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, assim como no rompimento de práticas hegemônicas de violências e violações de direitos que incidem sobre a vida dos adolescentes em conflito com a lei. Como desafios à Psicologia, reflete-se sobre a inserção desta categoria na política de Assistência Social, a reflexão sobre as dimensões ético-políticas em relação às MSE, assim como a compreensão das maneiras como as relações de poder e saber se organizam historicamente, nos diferentes órgãos do Sistema de Garantia de Direitos - SGD do público aqui referido.</p>
<p>Autoria: Thiago de Brito Ribeiro Messielen Pereira Pinto Luiza Regina Campos Dalpiaz</p>	
<p>Email de contato: thiago_satelis@hotmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Grupo Reflexivo para homens autores de violência doméstica: um relato de caso.</p>	<p>O presente estudo tem por objetivo relatar a experiência de um psicólogo em um Grupo Reflexivo para homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher, no município de Guia Lopes da Laguna - MS. O objetivo é apresentar as ações desenvolvidas pelo profissional de psicologia, no período de 2021 a 2024, e os desafios enfrentados na consolidação de práticas socioculturais de enfrentamento de violências. O grupo reflexivo é aberto, com reuniões semanais e duração de duas horas, resultando um total de dezesseis encontros. A agenda do grupo é distribuída em quatro etapas: 1) Apresentação, discussão e reflexão sobre Lei Maria da Penha; 2) Questões socioculturais do machismo e desigualdade de gêneros; 3) Saúde Mental e Políticas de Saúde do homem; e 4) Estudos de casos: agressões e feminicídios. Os resultados apontam para a necessidade de organizar o fluxo de atendimentos afim de abranger a eficácia dos serviços e da rede como um todo.</p>
<p>Autoria: Wydglan Da Silva Cruz</p>	
<p>Email de contato: wydglancruz@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>O abuso sexual e seus atravessamentos.</p>	<p>O objetivo do referido trabalho é o compartilhamento da importância de compreender o abuso sexual não sendo uma demanda só da vítima, mas sim da família inteira que por tal acaba sendo atravessada por essa violação e precisa também ser acompanhada. A prática a ser compartilhada ocorre no CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) da cidade de Montividiu-Goiás. Nesta vivência a Psicologia assume um papel fundamental tendo em vista que o trabalho a ser desenvolvido com a vítima e familiares se dar em torno da ressignificação da violência sofrida para que esta não assuma um lugar de dor e norteadora (mesmo que inconsciente) dos caminhos e decisões da vítima. O maior desafio neste processo é realizar o acompanhamento da família como um todo, pois além da questão da própria demanda do serviço em si tem a resistência de alguns familiares ao ser convocado para ser acompanhado pelo CREAS. É perceptível diante dos casos atendidos pelo CREAS a importância do acompanhamento com a vítima e familiares para que haja de fato uma efetividade no trabalho desempenhado, pois o abuso sexual promove sintomas que atravessam todos que estão ligados a vítima, e um novo sentido só é atribuído quando todos envolvidos passam a ser acompanhados e atribuem um novo sentido a violência sofrida.</p>
<p>Autoria: Iramaia Almeida de Oliveira</p>	
<p>Email de contato: maiaalmeida18@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>O atendimento da população migrante externa nas casas de passagem masculina e feminina em Cáceres-MT.</p>	<p>O atual panorama do acolhimento para pessoas em situação de rua em Cáceres-MT possui três marcos históricos: a Lei Municipal nº 2.400/2014, que regulamenta a Casa de Passagem Masculina; a inclusão de equipe técnica de referência em 2022 neste acolhimento e a inauguração da “Casa Belbellita” voltada ao público feminino - Lei Municipal nº3.241/2023. Considerando que em 2022 ocorreu a reorganização do acolhimento masculino, foi estipulado o ano de 2023 até o primeiro trimestre de 2024 como recorte para este relato e os migrantes que acessaram o acolhimento foram prioritariamente venezuelanos, colombianos, argentinos e bolivianos. O objetivo do trabalho é relatar os desafios encontrados nos atendimentos a migrantes externos e destacar a importância da atuação do profissional de psicologia nos serviços de acolhimento. Desse modo, os desafios são a fragilidade do território, falta de qualificação profissional, limitação do idioma, diferenças culturais, xenofobia, vulnerabilidade relacional e econômica. Por outro lado, a psicologia permite a suspensão do julgamento, acolhimento empático, escuta qualificada, o olhar para a cultura e história de vida do migrante e para as potencialidades do sujeito, o trabalho da autonomia e acesso a direitos, a compreensão do sofrimento diante da hiper vulnerabilização e da subjetividade na institucionalização, entendendo-a enquanto um processo sócio-histórico, bem como, construção de possibilidades de projetos de vida frente à migração. Diante disso, infere-se que é possível ter autonomia, acessar direitos e estar empoderado mesmo na condição violadora do - estar na rua, sendo a psicologia um dos catalisadores desse trabalho social.</p>
<p>Autoria: Francinne Strobel de Souza Amanda Cristina Gomes Ribeiro</p>	
<p>Email de contato: francinnestrobelpsi@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>O trabalho social com famílias, Psicologia e violência de gênero no município de Água Clara-MS.</p>	<p>A violência é um fenômeno social histórico que atinge todas as classes sociais. Nesse campo considera-se a violência contra a mulher como uma das mais recorrentes nos dias atuais. Este trabalho apresenta o resultado de uma reflexão sobre uma experiência do trabalho social com famílias no Serviço de Atendimento e Proteção Integral da Família (PAIF) do Centro de Referência de Assistência Social do município de Água Clara -MS. Para o desenvolvimento da análise foi utilizada, como base teórica, a Psicologia Sócio-Histórica. Como estratégias metodológicas definiram-se a pesquisa bibliográfica e uma análise dos discursos de mulheres participantes do Grupo Recomeço -grupo constituído por mulheres beneficiárias dos Programas Sociais da Proteção Social Básica do Município de Água Clara. Esses discursos foram coletados nos encontros grupais realizados quinzenalmente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), no período compreendido entre os meses de agosto e dezembro de 2023. Destaca-se, como resultado observado, que a violência contra a mulher esconde concepções patriarcais de subjugação feminina como propriedade masculina. Em contraposição, verte-se o Trabalho Social com famílias como possibilidade de reversão e reflexão, no sentido de transformar a vida dessas mulheres, potencializando-as na construção de novas histórias de vida. Desse modo, o profissional técnico da assistência social tem um papel fundamental de compromisso ético político social com as mulheres participantes dos programas e projetos sociais da Proteção Social Básica.</p>
<p>Autoria: Adelmo Aparecido de Almeida Luciane Pinho de Almeida</p>	
<p>Email de contato: delmeidapsico@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Pessoas indocumentados: ações integradas pela rede de proteção social</p>	<p>O presente trabalho surge como relato de experiência a respeito da garantia do direito à cidadania, que se configura pela justiça social e igualdade, tornando aquele sujeito cidadão, e com isso, concretizando sua participação nas demais políticas públicas: educação, saúde, previdência social, entre outras. Trata-se de ações práticas realizadas pela Rede de Proteção Social, ao atender Pessoas Indocumentadas (pessoas que existem de fato, entretanto são indocumentadas, não possuem por vezes nem a Certidão de Nascimento, nasceram, cresceram e chegaram na terceira idade residindo nas fazendas do meio do Pantanal Sul Mato Grossense, mais especificamente na Região de Corumbá e Ladário, local esse (Corumbá) que faz fronteira com a Bolívia, Paraguai e o estado do Mato Grosso. Normalmente, essas pessoas adentram na Rede de Proteção pelo CREAS, sob a solicitação de atendimento de algum “direito violado”, e durante a escuta qualificada e posterior elaboração do plano individual de atendimento, observa-se que essas pessoas não existem, juridicamente falando, e com esse fato, não acessam quotidianamente o SUS - UBS e possuem dificuldade em acessar qualquer benefício eventual. Com isso, busca-se a participação do MP e Defensoria Pública, a fim de que se realize possibilidade da elaboração da documentação tardia, para que assim, consigam ter acesso aos Programas, Projetos, Ações e Serviços, necessárias para sua sobrevivência.</p>
<p>Autoria: Clariane Siqueira Bispo Wounnsoscky</p>	
<p>Email de contato: clarianebw@hotmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Programa de atenção à saúde mental e qualidade de vida do servidor da SAS</p>	<p>Trata-se de uma programa de atenção à saúde mental e qualidade de vida no trabalho dos servidores da SAS, tem por objetivo sensibilizar os trabalhadores a terem uma vida mais saudável mentalmente, reduzir o desenvolvimento e gravidade do adoecimento mental, fomentar os recursos pessoais e/ou sociais que amenizam ou inibam o impacto do risco de adoecimento mental. Estimula ainda a construção de ambiente de trabalho em que a saúde mental e a qualidade de vida sejam produzidas por todos, implantação e implementação de ações permanentes de promoção, prevenção e proteção à saúde e mental e QVT, contribuir para a diminuição dos afastamentos do trabalho decorrentes de adoecimento/sofrimento mental, promover o acolhimento, acompanhamento e encaminhamento dos servidores que apresentarem sofrimento emocional e/ou transtorno mental. o referido é composto e realizado por meio de: trabalho psicossocial de acolhimento do servidor, realização de diagnóstico institucional relacionado à saúde mental e QVT, oficinas com temáticas em saúde mental e QVT, plantão psicológico, acolhimento, acompanhamento e encaminhamento dos servidores que apresentam sofrimento emocional/ transtorno mental, capacitação dos servidores em temáticas relacionadas à saúde mental e QVT, intervenção psicossocial nos equipamentos em situações relacionadas à saúde mental e qvt, realização de grupo reflexivo com os trabalhadores com temáticas de saúde mental e qvt mediado por equipe multidisciplinar, por meio de parcerias com instituições de ensino superior.</p>
<p>Autoria: Eliezer Grillo Barbosa Elaine Rodrigues Teles</p>	
<p>Email de contato: eliezergrillo@hotmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Quanto vale a intersectorialidade na rede de proteção social?</p>	<p>Intersetorialidade e Articulação em Rede são princípios norteadores das intervenções realizadas pelas trabalhadoras do SUAS. A articulação em rede é um dos melhores recursos das políticas públicas para minimizar as situações de risco social/ pessoal, de vulnerabilidades e prevenir a incidência e/ou reincidência de uma violação de direito. A nossa proposta é refletir como a articulação em rede pode ser construtora de pontes e de vidas, enquanto sua ausência pode ser destruidora. Faremos isso através da apresentação de dois atendimentos realizados entre os anos de 2018 e 2023 no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Campo Grande: o primeiro identifica os buracos na Rede de Proteção e mostra como a existência deles fragiliza o vínculo familiar, o vínculo com as unidades que compõem a Rede e que podem fomentar outras violações de direito; já o segundo apresenta uma história de reencontro familiar e fortalecimento de vínculos potencializada pela articulação entre as unidades da Rede de Proteção. Convidamos à reflexão sobre o valor da articulação em rede, evidenciando que quando ela é bem realizada é possível auxiliar verdadeiramente a família e minimizar ou cessar os sofrimentos.</p>
<p>Autoria: Mariângela Almeida de Andrade Rosângela Astun Batista da Silva</p>	
<p>Email de contato: mari.psi.suas@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Representações sociais de trabalhadoras e trabalhadores de uma unidade de acolhimento sobre a instituição acolhedora.</p>	<p>O serviço de acolhimento no Brasil é um serviço ofertado dentro do Sistema Único de Assistência Social dentro da Política de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Muitos assistidos por essa política pública não permanecem na instituição, assim, acabam voltando para o ambiente que viola seus direitos básicos. O presente projeto de pesquisa tem como objetivo analisar as representações sociais da instituição de acolhimento pela equipe que ali atua. Fundamentado na Teoria das Representações Sociais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa devido a relevância da dinâmica sujeito-objeto para a pesquisa. Os instrumentos para coleta de dados são as entrevistas individuais, seguindo um roteiro semiestruturado e roda de conversa. Para a organização das informações produzidas nas entrevistas e rodas de conversa, será utilizada a análise de conteúdo proposta metodológica de Bardin. Com os resultados espera-se que, a partir das experiências retratadas nos discursos dos entrevistados, identificar as representações sociais da equipe sobre a unidade de acolhimento e compreender a relação da prática profissional com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Social.</p>
<p>Autoria: Vanessa Duarte Ana Maria De Oliveira Espindola Zaira De Andrade Lopes</p>	
<p>Email de contato: vanessa.duarte1990@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Vozes masculinas: uma conversa de homem para homem</p>	<p>A grande maioria dos serviços na política de assistência social são procurados por mulheres e diversos os fatores que explicam este fato, um deles são as poucas ações dirigidas ao público masculino, razão pela qual se justifica a criação de trabalhos voltados ao masculino. Este relato traz a experiência vivenciada pelo profissional da psicologia com o grupo Vozes Masculinas, realizado no Serviço de Atendimento e Proteção Integral da Família (PAIF) em Água Clara-MS. Os encontros grupais são realizados uma vez ao mês, constituído por quinze homens, membros das famílias atendidas nos programas sociais da proteção social básica. Com base nos pressupostos da Psicologia Grupal de Pichon Rivière, utilizando as dinâmicas de grupo, análise de músicas, estórias, roda de conversa, busca-se encurtar a distância entre o serviço e o usuário, ofertando espaço de voz, escuta, acolhimento, refletindo acerca da vida do homem, suas relações interpessoais, seu papel na sociedade. Destaca-se, como resultado observado, a iniciativa do profissional da psicologia, que de maneira inédita realiza no município um trabalho cujo desafio tem sido romper os muros da resistência dos homens na participação das atividades coletivas realizados na política da assistência social, a troca grupal tem favorecido diálogos e reflexões sobre os desafios cotidianos, a criação de vínculos, estimulando a expressão de pensamentos e emoções, contribuindo para transformação social dos usuários e a construção de novas histórias de vida. Desse modo, a psicologia grupal voltada para o público masculino possibilita a reflexão e a mudança tão necessária.</p>
<p>Autoria: Adelmo Aparecido de Almeida</p>	
<p>Email de contato: delmeidapsico@gmail.com</p>	

ETAPA NORTE

Título	Resumo
Educação popular, movimentos sociais e as práticas da Psicologia no SUAS em territórios amazônicos.	<p>O presente trabalho possui como objetivo amplo discutir inquietações acerca das práticas da psicologia no SUAS em territórios amazônicos. Esta proposta de problematização está articulada a um projeto de pesquisa mais amplo em desenvolvimento no PPGE/UFAM (Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas) intitulado “Educação, Cultura e Movimentos Sociais na Amazônia”, do qual fazem parte pesquisadores de graduação (PIBIC) e pós-graduação (Mestrado). Nesse sentido, propomos o debate a partir da Educação Popular de Paulo Freire para pensarmos a respeito das práticas de psicólogas (os) em atuação no SUAS em territórios Amazônicos no âmbito da atenção básica. Recentemente, em Seminário Nacional organizado pelo CFP, Controle Social e a Psicologia no SUAS, um de seus convidados palestrantes, Pedro Pontual, estabeleceu parâmetros significativos em relação à práxis emancipadora e as experiências de movimentos sociais brasileiros que se organizam continuamente por processos de construção e invenção de direitos. Os nossos questionamentos seguem na mesma direção, e perguntamos: por que acompanhamos uma tendência muitas vezes conservadora e carregada de preconceitos entre atuação da psicologia no SUAS no âmbito da atenção básica? Será que temos uma psicologia vinculada a projetos emancipadores no desenvolvimento dessa política de assistência social em territórios Amazônicos? Quais as correlações existentes entre movimentos sociais, controle social, participação de usuários e as práticas da psicologia nesse contexto sócio-histórico em transformação?</p>
Autoria: Vanessa Miranda	
Email de contato: mailto:vanessamiranda@ufam.edu.br	

Título	Resumo
<p>Experiências do CREPOP - CRP 20 na Política Pública do SUAS no Amazonas.</p>	<p>Em ações e atividades realizadas nos municípios de Maués e de Manacapuru no estado do Amazonas foi possível conhecer a prática de psicólogas (os) que atuavam na política pública do SUAS. Em Maués , em visitas no CRAS I, II e III e no CREAS a realidade é marcada por uma demanda grande pelos serviços da assistência social , ainda assim, existe um número pequeno de psicólogos nesses equipamentos, são apenas 04 profissionais. Lá , foi realizada uma atividade que reuniu todos os colegas em uma tarde de muita troca e compartilhamento de experiências e vivências na atuação no SUAS. Um dado importante e relevante é o fato de Maués ter um número significativo de pessoas acima dos 80 anos (uma demanda específica desse território), outro ponto é ,o aumento no atendimento de pessoas que fazem uso de drogas lícitas e ilícitas, abusos e violência contra crianças e adolescentes também são demandas frequentes nos equipamentos. Em Manacapuru ,o foco das ações do CREPOP foi com as psicólogas (os) que atuam atendendo a população em situação de rua. No primeiro dia a ação foi realizada com usuários do CAPS AD que estavam em situação de rua. No dia seguinte foi acompanhando a equipe multidisciplinar do consultório de rua em intervenções na cidade. E no terceiro dia no Centro pop na praça central do município com as psicólogas e pessoas em situação de rua para tentar compreender, como os serviços e as práticas são realizadas.</p>
<p>Autoria: Frank Lindoso da Silva</p>	
<p>Email de contato: lindosofrank@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>O papel do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na proteção da identidade transgênera</p>	<p>Contrapondo a normal social da cisgeneridade, pessoas transgêneras desafiam uma sociedade gendrada e binária. São gerados, então, padrões de violência e sofrimento psíquico sobre os indivíduos ao não atenderem à norma, impondo sobre eles um caráter opressivo. Se até para pessoas cis essa imposição é danosa, como os padrões cisnormativos afetam a expressão de identidade de pessoas trans? A pesquisa qualitativa, utilizou entrevistas semiestruturadas (n=5) com jovens trans (entre 18-29 anos) de Manaus, Amazonas, para a coleta de dados. Como método de análise, foi utilizada a análise temática (AT) para identificar padrões dentre as falas dos participantes e extrair resultados. Foram elaboradas quatro temáticas: Identidade e Expressão de Gênero, Caixinhas de Gênero, Passabilidade e Liberdade para Fluir. A partir dessas temáticas, identificou-se que pessoas trans enfrentam violências físicas e sociais sob a ótica normativa, urgindo a necessidade de desconstrução dessas normas e implementação de políticas públicas para proteção dessa população. Integra-se essa discussão no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em frente ao seu papel crucial no apoio às populações vulneráveis. Concluiu-se que, enquanto garantidores de direitos, é imprescindível que as unidades do SUAS proporcionem, à população trans, liberdade e individualidade no uso dos espaços, incorporando modos de tratamento e especificidades no acompanhamento socioassistencial, fortalecendo suas autonomias e cidadanias. Essa abordagem contribui para a redução das desigualdades e para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos os indivíduos possam expressar suas identidades de gênero sem medo de violência ou discriminação.</p>
<p>Autoria: Larissa Labanca de Figueiredo Ana Clara Lima de Castro Consuelena Lopes Leitão</p>	
<p>Email de contato: larilabanca13@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Olhares de psicólogas junto às famílias sobreviventes por feminicídio: uma experiência em Manaus (AM)</p>	<p>A violência contra a mulher é um fenômeno social crescente no Brasil caracterizado como violação de direitos humanos, atingindo sua expressão mais grave nos feminicídios. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2023, quatro mulheres morreram por dia em razão do gênero, em suas casas e por parceiros íntimos. No Amazonas, em 2021, período pandêmico, identificou-se uma alta de 34% nos registros de violência doméstica nas delegacias, além de destacar-se como o terceiro estado com maior índice de homicídios de mulheres no país. Manaus, por sua vez, apresentou a maior tendência de crescimento.</p>
<p>Autoria: Walessa Bentes de Almeida Polyana Peixoto Pinheiro</p>	<p>Apesar da instrumentalidade que o Brasil dispõe na proteção à mulher como a Lei Maria da Penha, mulheres continuam morrendo por violências que alinhavam interseccionalidades e desigualdades reproduzidas historicamente, que afetam famílias sobreviventes. Este relato de experiência situa-se na atuação entre psicólogas do SUAS e do Sistema de Justiça, sob as perspectivas da Psicologia Social e Psicologia Social Jurídica, nos atendimentos realizados junto às famílias sobreviventes por feminicídio em Manaus (AM). O objetivo no compartilhamento desse relato é estimular reflexões sobre a práxis psicológica que se constitui no cotidiano das pessoas e com as pessoas diante do compromisso da Psicologia na promoção de uma saúde contextualizada. Consideramos fundamental pensar coletivamente e criticamente a participação das e dos profissionais nas políticas públicas além das possibilidades de práticas criativas e participativas de cuidado pautadas na equidade, intersetorialidade, territorialidade, integralidade, como expressões do compromisso ético-político da Psicologia na garantia Direitos Humanos e no enfrentamento às violências de gênero.</p>
<p>Email de contato: walessaalmeida@gmail.com</p>	<p>Apesar da instrumentalidade que o Brasil dispõe na proteção à mulher como a Lei Maria da Penha, mulheres continuam morrendo por violências que alinhavam interseccionalidades e desigualdades reproduzidas historicamente, que afetam famílias sobreviventes. Este relato de experiência situa-se na atuação entre psicólogas do SUAS e do Sistema de Justiça, sob as perspectivas da Psicologia Social e Psicologia Social Jurídica, nos atendimentos realizados junto às famílias sobreviventes por feminicídio em Manaus (AM). O objetivo no compartilhamento desse relato é estimular reflexões sobre a práxis psicológica que se constitui no cotidiano das pessoas e com as pessoas diante do compromisso da Psicologia na promoção de uma saúde contextualizada. Consideramos fundamental pensar coletivamente e criticamente a participação das e dos profissionais nas políticas públicas além das possibilidades de práticas criativas e participativas de cuidado pautadas na equidade, intersetorialidade, territorialidade, integralidade, como expressões do compromisso ético-político da Psicologia na garantia Direitos Humanos e no enfrentamento às violências de gênero.</p>

Título	Resumo
<p>Políticas Públicas e segurança alimentar no Brasil: análise das contingências sociais</p>	<p>Este estudo tem como objetivo descrever as variáveis relacionadas às contingências sociais envolvidas nos conceitos de segurança e insegurança alimentar e nutricional (SAN e ISAN), conforme estabelecido pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica que identificou as contingências sociais pertinentes, com ênfase na reavaliação das políticas públicas nesse setor, incluindo o relatório da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar E Nutricional e o Plano Brasil Sem Fome. Utilizando o modelo conceitual da contingência de três termos dos princípios da Análise do Comportamento (AC), analisamos como o governo, atuando como agência reguladora, emprega leis e normas para moldar os comportamentos dos cidadãos e, conseqüentemente, influenciar fenômenos sociais. O SISAN é uma estratégia do governo brasileiro destinada a mitigar as variáveis que definem a ISAN e a garantir a SAN à população brasileira. Concluímos que a AC pode servir como uma ferramenta tecnológica para subsidiar as políticas públicas de SAN, considerando as interações e relações dos marcadores sociais envolvidos, e abordando a interseccionalidade da problemática.</p>
<p>Autoria: Thaline Castro de Lima Raquel Cabral Malheiros</p>	
<p>Email de contato: thalinec.lima@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Psicologia e CRAS: o trabalho do psicólogo em um Centro de Referência de Assistência Social</p>	<p>A presente exposição visa demonstrar o trabalho do psicólogo na proteção social básica, mais especificamente a atuação em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Com isso, tem-se como de relevância o debate sobre a atuação do psicólogo na proteção social básica; já que esse se constitui como um profissional de máxima valia para a concretização dos direitos socioassistenciais. A realidade do município de Boa Vista, capital do estado de Roraima, configura-se como de grande sensibilidade provocada por diversos fatores, dentre os quais o grande fluxo migratório. Adiante, o município de Boa Vista conta com oito CRAS, sendo sete dispersos pelos bairros da capital e um itinerante. Mediante os fatos, dar-se-á foco ao trabalho do psicólogo dentro do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS/ Cristiana Vicente Nunes), bairro Centenário, zona Oeste da capital. Esse centro de referência de assistência social tem por área de abrangência quinze bairros do município de Boa Vista, além de concentrar quase que a totalidade da população migratória abrigada desse município. Por fim, as práticas dos profissionais da Psicologia dentro dos CRAS se deparam com grandes desafios e obstáculos, sendo esses de suma importância dentro das equipes técnicas desses centros.</p>
<p>Autoria: Paulo Luã Oliveira Xavier</p>	
<p>Email de contato: paulo.ae18@hotmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Psicologia e prevenção: trabalhando estratégias lúdicas à prevenção ao uso abusivo de substâncias psicoativas (SPA)</p>	<p>presente exposição visa relatar o trabalho de prevenção ao uso e/ou abuso de substâncias psicoativas (SPA), realizado pela Coordenação Estadual de Política de Enfrentamento às Drogas (CEPEDRR), essa ligada à Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES), através do jogo de tabuleiro interativo Trilhas da Prevenção: escolhas que contam. Esse apresenta-se como uma ferramenta de trabalho acerca da prevenção ao uso abusivo de substâncias psicoativas (SPA) entre adolescentes da rede pública de ensino de Boa Vista, capital do estado de Roraima. Tem-se que, futuramente, os serviços de convivência e fortalecimento de vínculo (SCFV), dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), serão contemplados com a execução de tal atividade lúdica. Adiante, a equipe psicossocial da CEPEDRR tem se dirigido às escolas da capital previamente selecionadas pela Divisão de Desenvolvimento Psicossocial Escolar (DPSI), da Secretaria Estadual de Educação e Desporto, de Roraima. Mediante os fatos, a execução das atividades tem se dado durante os períodos matutino e vespertino, com turmas a partir do nono ano do ensino fundamental. Para além, em conjunto, a equipe psicossocial da CEPEDRR encontra-se desenvolvendo um estudo de validação do jogo interativo Trilhas da Prevenção: escolhas que contam junto a especialistas com formação e/ou experiência na área de drogadição. Por fim, futuramente, pretende-se que o instrumento supracitado fomente a criação de novas estratégias em políticas públicas estaduais no âmbito da assistência social no trabalho na prevenção ao uso abusivo de substâncias psicoativas (SPA) dentro do estado de Roraima.</p>
<p>Autoria: Paulo Luã Oliveira Xavier</p>	
<p>Email de contato: paulo.ae18@hotmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Transgeneridades e violência institucional: experiências de pessoas trans em unidades de saúde em Manaus.</p>	<p>Este trabalho teve como objetivo identificar formas de violência contra pessoas transgênero no sistema de saúde em Manaus, apontar sentimentos de insegurança relacionados ao atendimento dessa população, e investigar os motivos e os impactos do seu afastamento do sistema de saúde. Determinou-se como estudo qualitativo realizado por questionário sociodemográfico e entrevistas presenciais na Universidade Federal do Amazonas entre abril e julho de 2023, que foram analisados a partir da análise de conteúdo e análise do discurso. Foram encontradas demandas relacionadas à saúde de pessoas transgênero em processo de transição; o impacto da relação entre paciente e rede de atendimento; dificuldades de acesso/despreparo profissional; e marcadores de violência. Nas vivências contempladas, foi encontrada transfobia como violência verbal e violências institucionais simbólicas que impactam na busca por saúde e reconhecimento da identidade dentro do sistema, afetando também a qualidade de vida e potencializando adoecimentos psíquicos de uma comunidade já fragilizada pelo preconceito e marginalização social. Considerando a luta do movimento trans no Brasil pela visibilidade de demandas historicamente reprimidas, torna-se necessário discutir no SUAS a urgência de capacitação dos profissionais da assistência social quanto ao atendimento adequado e respeito ao nome social. O diálogo entre SUS e SUAS é essencial para integração e colaboração entre esses sistemas a fim de que haja um atendimento eficaz. Essa pesquisa também identificou lacunas para estudos do fluxo de atendimento no setor público de saúde em Manaus e apontou a possibilidade de recortes que considerem raça, pessoas portadoras de deficiências e diferenças de classe social.</p>
<p>Autoria: Ana Clara Lima de Castro Larissa Labanca de Figueiredo Consuelena Lopes Leitão</p>	
<p>Email de contato: anaclaralcastro@gmail.com</p>	

ETAPA SUL

Título	Resumo
Produção de documentos psicológicos no SUAS como estratégia de fortalecimento da interdisciplinaridade.	<p>A Resolução CFP nº 06/2019 trouxe modificações à elaboração de documentos psicológicos no contexto do exercício profissional das/os psicólogas/os, substituindo a Resolução CFP nº 07/2003. Mais especificamente, o Relatório Psicológico inaugura a possibilidade de compartilhamento de informações com profissionais de outras áreas, experiência cotidiana na atuação no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ainda, o Relatório Multiprofissional permite a construção em conjunto com outras áreas, quando da atuação em equipes técnicas, preservando-se a autonomia e ética profissional dos envolvidos. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) institui um modelo de gestão descentralizado e participativo, bem como o modelo de equipes de referência, baseado na interdisciplinaridade e integralidade, conforme disposto pela NOB/RH/SUAS (2011). Ao atuar na orientação técnica à categoria, as Psicólogas Fiscais do CRPRS observaram que, alterando as normas que regulamentam a emissão de documentos psicológicos, o CFP potencializou o paradigma da interdisciplinaridade, criando novas ferramentas de trabalho conjunto e dialógico. Este paradigma, que sustenta a PNAS, permite que o acompanhamento aos indivíduos, às famílias e às comunidades seja mais humanizado e efetivo enquanto ferramenta de proteção social. A modificação nesta resolução da Psicologia provoca impactos positivos também às outras profissões atuantes no SUAS, marcadamente o Serviço Social, e à população atendida. A regulamentação das profissões deve, como neste exemplo, estar a serviço das Políticas Públicas e das demandas sociais, servindo como facilitador de acesso a direitos e como instrumento balizador do exercício profissional, em respeito à autonomia e responsabilidade de cada profissão.</p>
Autoria: Flávia Cardozo de Mattos Larissa Goya Pierry Geovana da Silva Ferreira Antonieta Martins Lopes Bridi	
Email de contato: flaviacardozodemattos@gmail.com	

Título	Resumo
<p>De onde tu és? Da Venezuela ao Sarandi, o CRAS como ponte de encontro.</p>	<p>Este trabalho traz notas vivenciais e teóricas acerca dos enlaces e desenlaces de duas experiências distintas em tempo e língua, e semelhantes em espaço, dispositivo e disparador: “de onde vens?”. É essa pergunta que me permite costurar semelhanças, sem prescindir, porém, de suas singularidades. Um mesmo espaço, um CRAS localizado na zona leste da cidade de Porto Alegre. Um mesmo dispositivo, o grupal. Num tempo, há cerca de 8 meses atrás, início de grupo previamente organizado e sonhado: o grupo de usuárias(os) imigrantes e refugiadas(os). Noutra tempo, maio de 2024, quarta acolhida do dia, cerca de 25 famílias atingidas pela enchente organizadas em roda na mesma sala de grupos do CRAS. Refugiados(as) climáticos(as)? Ao primeiro grupo, as perguntas e, sobretudo, tempos verbais pareciam óbvios. “De dónde venís?”. Um passado mais ou menos distante, poucos meses ou cinco anos mas, ainda, passado. Ao segundo grupo, porém, titubeio. “Onde mora... va?” O tempo verbal me escapa e tento disfarçar a hesitação, evidenciando um tempo futuro que parece não ter corpo nem lugar. Que lugar terão esses corpos que habitam o presente do CRAS, afinal? “De onde vens?” Ali, a pergunta parece deslocada. Deslocados climáticos. Das respostas, repetidas, emergem outros comuns: “Sarandi”, “Humaitá”, “Eldorado”, “Farrapos”. Pedacos de um estado ali reunidos feito mosaico, coloridos e unidos à base de lama. É dessas e outras cenas, pois, que esse trabalho se faz, buscando na psicologia social, psicanálise e poesia, as palavras impossíveis que façam dialogar esses coletivos, cada um marcado pelo seu inenarrável trauma.</p>
<p>Autoria: Janaína Oliveira Steiger</p>	
<p>Email de contato: jsteigeroli@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>O trabalho me consome muito?: fadiga por compaixão no trabalho das equipes dos creas-suas?</p>	<p>Profissionais do cuidado ingressam na profissão devido ao desejo de “ajudar os outros” e à empatia, mas isso pode se tornar esgotante, levando a Fadiga por Compaixão (FC). A FC é uma síndrome de exaustão biológica, psicológica e social que afeta indivíduos que despende energia psíquica em forma de compaixão sem se sentirem suficientemente recompensados. Pesquisas indicam que a FC é amplamente estudada em trabalhadores da área da saúde, apontando uma lacuna na literatura científica brasileira sobre FC em trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Este projeto tem como objetivo compreender as vivências relacionadas à FC das equipes técnicas dos Centros de Referência em Assistência Social (CREAS). Os objetivos específicos incluem analisar os fatores do trabalho relacionados à FC; analisar as possíveis relações entre a precarização do trabalho e FC; descrever possíveis estratégias de mediação ou enfrentamento elaboradas pelos trabalhadores. A pesquisa, terá um delineamento descritivo e exploratório de caráter qualitativo. Contará com a participação de 10 profissionais, de ambos os sexos, que atuam no CREAS no Vale dos Sinos/RS. Os instrumentos utilizados serão um questionário sociodemográfico e de condições de trabalho, observação simples e diário de campo, e grupos focais. A análise dos dados se dará a partir da análise temática de Minayo. Obter informações sobre a saúde mental destes trabalhadores, contribuirá para a discussão no campo do cuidado em saúde mental e possibilitará o desenvolvimento de planos e projetos, como a implementação de programas de apoio e de suporte emocional, visando condições dignas de trabalho.</p>
<p>Autoria: Suane Silva Pinheiro Carmem Regina Giongo</p>	
<p>Email de contato: suane.sp@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>A atuação da psicologia em um centro de referência da mulher: experiência de estágio</p>	<p>O Centro de Referência da Mulher (CRM) é um serviço que assiste mulheres em situação de violência a partir de auxílio jurídico e apoio psicossocial. O serviço compõe a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência no Brasil e prevê profissional da psicologia na equipe mínima. Neste trabalho almeja-se a exposição da experiência de estágio em psicologia inserida em um CRM no ano de 2023. As principais atividades incluíram: participação em reuniões da rede de enfrentamento da violência no município; acolhimento de mulheres; ligações telefônicas para mulheres encaminhadas pelo Juizado da Violência Doméstica; acompanhamento de casos; visita domiciliar; notificações compulsórias de violência, entre outras. A demanda era caracterizada por mulheres psicologicamente afetadas pelas violências (principalmente intrafamiliar e conjugal) e apresentavam variadas reações emocionais e de enfrentamento. Na prática, os desafios encontrados envolviam vincular as mulheres ao serviço e em grupos de forma contínua; estabelecer segurança em atendimentos telefônicos; definir quais mulheres seriam encaminhadas a serviços de saúde mental e lidar com a rede intersetorial fragilizada. De forma a adaptar os processos de trabalho da psicologia ao território, estagiária e supervisora organizaram ferramentas orientativas sobre “aspectos a serem avaliados para encaminhamento em saúde mental” e “fatores agravantes da situação de violência”. Constatou-se a importância da empatia vinculada à consciência social sobre o fenômeno da violência. Estudos sobre gênero e interseccionalidades foram essenciais para a compreensão dos casos, mostrando a necessidade de uma psicologia implicada eticamente diante desse problema social e crônico que é a violência contra a mulher.</p>
<p>Autoria: Jamile Kolling Ribas Lirene Finkler</p>	
<p>Email de contato: jamilekribas@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>A atuação da psicologia no centro de referência da mulher: análise documental</p>	<p>O Centro de Referência da Mulher (CRM) é um serviço que assiste mulheres em situação de violência a partir de auxílio jurídico e apoio psicossocial. Compõe a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência no Brasil e prevê profissional da psicologia na equipe mínima. Este estudo objetiva entender para qual(is) demanda(s) a psicologia é orientada a se debruçar quando inserida em um CRM. Parte-se da análise do conteúdo de documentos orientadores: Norma Técnica de Uniformização de Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (BRASIL, 2006) e as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência (CFP, 2013). As unidades textuais escolhidas foram seções do texto que tivessem o intuito de descrever função e/ou práticas concernentes aos/às profissionais de psicologia. Os resultados foram: acolhimento, diagnóstico inicial, encaminhamentos, acompanhamento, atendimento psicológico, estudo de caso, produção de documentos, capacitação, supervisão, prevenção com a comunidade, coordenação do serviço e grupos. Encontraram-se divergências referente as práticas de “tratamento psicoterápico” e “atendimento psicossocial”. O CFP propõe conduções de caráter socioassistencial e orienta encaminhamento de demanda psicoterápica para serviços da saúde mental, apesar de não indicar sob quais critérios. A norma técnica orienta “tratar sintomas depressivos e ansiosos crônicos” dentro do CRM. Questiona-se a aplicabilidade desta orientação em contextos de alta demanda e recursos limitados. Pontuamos a necessidade de discussão entre os documentos a fim de que se construa, com clareza e unificação, as práticas da Psicologia no CRM.</p>
<p>Autoria: Jamile Kolling Ribas Lirene Finkler</p>	
<p>Email de contato: jamilékribas@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>A concessão de benefícios eventuais por profissionais de psicologia no SUAS: limites e possibilidades</p>	<p>Trata-se de relato de experiência sobre o trabalho de orientação realizado pelas/os psicólogas/os da Área Técnica do CRPRS, no que tange à atuação de profissionais no SUAS. A Resolução CFP nº 010/2017, que institui a Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia, estabelece como uma das funções precípua do Conselho a orientação e fiscalização do exercício profissional, em observância aos princípios éticos e à legislação profissional. Objetivamos compartilhar algumas das orientações realizadas, especificamente, em relação a dúvidas que surgem na atuação em serviços da Política de Assistência Social, buscando elucidar questões relativas à presença de psicólogas/os nestes espaços. Uma das recorrentes demandas por orientação da Área Técnica do CRPRS, no SUAS, diz respeito à avaliação e concessão de benefícios eventuais por parte psicólogas/os. Os benefícios eventuais estão previstos pela LOAS nº 8.742/1993 e atualizados pela Lei nº 12.435/2011, sendo direitos prestados às/aos usuárias/os em casos de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária ou calamidade pública. Assim, as equipes de referência dos serviços socioassistenciais, em todos os níveis de proteção, devem contar com presença de psicóloga/o, realizando o trabalho de modo interdisciplinar e coletivo, a fim de superar vulnerabilidades e fortalecer famílias. Buscamos, desta forma, contribuir com o desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão na área da Assistência Social, apostando na aproximação entre o Sistema Conselhos e a categoria profissional.</p>
<p>Autoria: Larissa Goya Pierry Geovana da Silva Ferreira Flávia Cardozo de Mattos Antonieta Martins Lopes Bridi</p>	
<p>Email de contato: mailto:larissapierry@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Da casa à rua, passando pelo acolhimento institucional: desafios à proteção social da adolescência.</p>	<p>A proteção social à adolescência é um dos objetivos do Sistema Único de Assistência Social e ela pode ocorrer por meio do acolhimento institucional, medida altamente complexa. “Por que o abrigo acaba sendo entendido como muro que isola e não como um teto que protege?” questão proposta por Irene e Irma Rizzini, revela o desafio de proteger crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, sem que a própria institucionalização seja violadora. Este trabalho apresenta o relato de um caso que permite identificar tais impasses e problematizar os manejos possíveis, acessado durante um estágio de psicologia em um serviço de acolhimento institucional. Trata-se de uma adolescente de 16 anos que vivia em situação de rua desde que saiu de casa para escapar de violências físicas e sexuais. Ela circulava pela cidade com um namorado e resistia em permanecer na instituição de acolhimento, apesar das adversidades da vida na rua, envolvendo fome, frio, violências, uso de drogas e falta de higiene. Compreendeu-se que a rua representava tanto um refúgio da violência doméstica, quanto a liberdade, sendo necessário respeitar a movimentação da adolescente para construir uma intervenção possível. Assim, entre idas e vindas, ela retornava ao acolhimento quando estava fragilizada, precisando de alimento, roupas ou refúgio, sendo acolhida. Nesse processo, foi possível estabelecer uma vinculação progressiva com a instituição, a fim de se tornar uma referência, para o trabalho de inserção na comunidade com a articulação de ações psicossociais, de saúde, educação e financeiras para construção de um projeto de vida.</p>
<p>Autoria: Isabelle Vargas Martins Kele Medianeira Pozzobon Jana Gonçalves Zappe</p>	
<p>Email de contato: isabellevm@hotmail.com.br</p>	

Título	Resumo
<p>I Mostra paranaense de práticas em Psicologia no SUAS.</p>	<p>Este resumo visa relatar a experiência de articulação da I Mostra Paranaense de Práticas de Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a qual objetivou promover diálogos sobre a atuação da Psicologia no SUAS em interface com o Sistema Judiciário, sob uma perspectiva do compromisso ético e social da profissão. O encontro, realizado pelo CRP 08 por meio das Comissões Temáticas de Psicologia na Assistência Social do CRP/PR, aconteceu no interior do Paraná, reunindo 340 pessoas em Cascavel. Foram debatidos os vínculos entre o SUAS e o sistema judiciário, em duas mesas temáticas. Uma abordou a relação com a justiça nas relações entre poderes e marcos normativos, e a outra tratou das demandas por orientação e fiscalização, função precípua do Sistema Conselhos de Psicologia, na ótica dos princípios fundamentais do Código de Ética do Profissional de Psicologia e resoluções. Também foram apresentadas 40 práticas profissionais ou acadêmicas das pessoas que atuam nos territórios. As trocas viabilizadas revelaram os desafios da atuação psi em equipes multiprofissionais numa perspectiva interdisciplinar, bem como a urgência em superar as marcas de uma formação que geralmente negligencia o exame e estudo das políticas setoriais e de atuação profissional. Como contraponto, as contribuições apresentadas ao longo do evento, nas mais variadas formas de participação, evidenciam a capacidade criativa de trabalhadoras/es comprometidas/os ética e politicamente com a transformação e justiça social. O resultado do evento foi positivo, com participação ativa das pessoas durante os debates.</p>
<p>Autoria: Carine Suder Fernandes Tiago Henrique Dolphine Alves Simone Cristina Gomes Mariane Ranzani Ciscon Evangelista Andressa Pires Martins Santana</p>	
<p>Email de contato: carine.suder@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Imbricamentos da Psicologia e Serviço Social: uma experiência com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.</p>	<p>Surgido de um estágio realizado em 2023, este relato expõe intervenções aplicadas no CREAS I, em Pelotas/RS. As atividades foram realizadas com um grupo de jovens em cumprimento de medida socioeducativa, de forma complementar ao processo de Liberdade Assistida (LA). A proposta, constituída por três oficinas, foi construída pela estagiária, professor orientador, psicóloga supervisora e técnicas responsáveis pelo grupo. Visando o benefício dos usuários, as propostas foram pensadas buscando promover saúde e qualidade de vida para os jovens. Os temas foram escolhidos a partir de levantamento feito junto aos assistidos: sugestões incluíam mercado de trabalho, educação, inteligência emocional, autoestima, autocuidado, diversidade, sexualidade, ISTs, redução de danos, bem como o uso de drogas. Destes, foram escolhidos três temas e criadas oficinas específicas para cada um: mercado de trabalho, com roda de conversa, reflexões sobre autocuidado, expectativas e delimitação de metas pessoais relacionadas ao emprego; currículos, onde cada jovem pôde (de forma opcional) criar um currículo profissional, com auxílio da estagiária, vendo a inserção no mercado de trabalho como forma de desenvolvimento psicossocial e inclusão na sociedade; e, por último, saúde sexual, utilizando um jogo de Verdadeiro ou Falso como forma de engajar o grupo e promover conhecimento sobre saúde sexual, autonomia, inteligência emocional, doenças e infecções sexualmente transmissíveis. As três oficinas foram aplicadas com auxílio das técnicas e de um roteiro, que guiou as sessões e serviu como relatório de comentários relevantes. O resultado das intervenções foi percebido como positivo por todas as partes: usuários, estagiária, técnicos e supervisores.</p>
<p>Autoria: Maria Eduarda Tavares Dutra Viviane Peter Casser</p>	
<p>Email de contato: mariatavaresdutra@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Mulheres em situação de rua e violências: implicando a Psicologia Social.</p>	<p>Este trabalho é um recorte de um estudo em desenvolvimento, que busca refletir sobre as redes de segurança e insegurança para mulheres em situação de rua. Nesse sentido, serão apresentadas as reflexões relacionadas às violências vividas por mulheres em situação de rua a partir da revisão de literatura. Mulheres em situação de rua se constituem enquanto um grupo de extrema vulnerabilidade não só por questões de extrema pobreza, mas principalmente por violências cotidianas, atreladas às questões de gênero. Os estudos apontam que as mulheres em situação de rua podem estar atravessadas por violências nas dimensões afetiva-amorosa, social e institucional. As relações amorosas, ainda que violentas e refletidas no agravamento de violações e exclusões, constituem um dos modos de sobrevivência nas ruas. No âmbito social, os estigmas, preconceitos e conflitos sofridos no cotidiano são obstáculos para o acesso de recursos de sobrevivência, como trabalho e geração de renda, acarretando estratégias de enfrentamento. Práticas de negligência de direitos também se apresentam na relação com os profissionais vinculados à rede de serviços públicos, como de saúde e segurança, que, por vezes, recorrem às práticas higienistas marcadas por relações de poder em detrimento à perspectiva relacional de cuidado. Entre os desafios para a Psicologia Social, destacamos o investimento em redes de cuidado baseadas no vínculo, reconhecendo as experiências subjetivas nos territórios que possam gerar o fortalecimento e a ampliação de redes de segurança para as mulheres em situação de rua.</p>
<p>Autoria: Carine Medeiros Correia Ornella Erdós Dapuzzo Rita de Cássia Maciazeki Gomes Bruna Medeiros Molina Helen Barbosa dos Santos</p>	
<p>Email de contato: carinemedeiroscorreia@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Oficina das Emoções no SCFV.</p>	<p>O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV é um dos serviços ofertados no CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, com intuito de fortalecer vínculos familiares e comunitários. Considerando este espaço de convivência e após um cenário de pandemia tornou-se imprescindível despertar nas crianças do SCFV de 8 à 12 anos, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, proporcionando a identificação das emoções e de como lidar com estas, empregando as oficinas das emoções com uso de psicoeducação, dinâmicas, discussões, sessão de cinema e atividades lúdicas, e em conjunto com os familiares. Observou-se que, houve fortalecimento dos laços afetivos familiares e comunitários, as crianças passaram a ter comportamentos mais assertivos, elaborando sua inteligência emocional. A inteligência emocional envolve habilidades como autoconsciência, autorregulação, empatia e habilidades sociais, é crucial para o bem-estar individual e coletivo. Quando as pessoas possuem controle de suas emoções, são mais capazes de lidar com desafios, resolver conflitos e construir relacionamentos saudáveis. As oficinas ocorreram quinzenalmente com duração aproximada de 45min à 60min, aplicadas pela Psicóloga e contando com a participação de toda equipe do CRAS, foram trabalhadas as emoções básicas: alegria, tristeza, raiva, medo e nojo baseadas no filme "Divertidamente".</p>
<p>Autoria: Jamila Karine Busnello de Lima Karine Freitas Busnello</p>	
<p>Email de contato: psicologajamila@hotmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Os encontros temáticos e a atuação do psicólogo na prática do acolhimento familiar.</p>	<p>O objetivo com a apresentação do presente relato de experiência, é compartilhar um recorte de uma atividade que foi desenvolvido por nós durante a prática na atuação dentro do serviço de acolhimento familiar. No recorte, selecionamos o encontro temático, que trabalhou a adaptação ao acolhimento. O encontro temático, caracteriza-se como uma das etapas do processo de capacitação continuada com as famílias acolhedoras. Uma família acolhedora não nasce pronta, portanto, necessita de tempo e preparação para que consiga desenvolver a tarefa de acolher com habilidade. Sendo assim, os encontros temáticos se configuram como uma ferramenta de trabalho que pode oferecer a condição de preparação destas famílias acolhedoras. A atividade é desenvolvida em grupo, após selecionarmos um “problema”, ou dificuldade comum entre as famílias acolhedoras, no exercício de cuidado com os acolhidos. Tem como objetivo principal, instrumentalizar as famílias acolhedoras para resolução de problemáticas de convivência. Entre as possíveis contribuições estão a prevenção de problemas de saúde mental, bem como, prevenir o agravamento destes quadros e como consequência favorecer a melhoria na qualidade de vida dos acolhidos. Entre as contribuições estão os avanços no processo de desenvolvimento dos acolhidos. Também contribuir com a psicologia no sentido de compartilhar uma experiência, que caracteriza-se como uma nova forma de atuação que poderá ser elaborada e desenvolvida por profissionais da psicologia que atuem nos serviços de acolhimento.</p>
<p>Autoria: Suzi Adriana Florencio</p>	
<p>Email de contato: suziadriana91@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Os primeiros cuidados psicológicos como ferramenta de proteção social em contextos de emergências e desastres.</p>	<p>Em maio de 2024, ocorreu no Rio Grande do Sul um desastre sócio-político-ambiental de grandes proporções territoriais e populacionais, caracterizando, possivelmente, o maior da história do estado e do país. De acordo com dados da Defesa Civil, mais de 95% dos municípios gaúchos foram atingidos, deixando 172 óbitos e 2.390.556 afetados. Considera-se a necessidade premente de inserção da categoria neste contexto de crise, e o hiato formativo em Gestão Integral de Riscos e Desastres. Este trabalho objetiva comunicar uma experiência do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) na criação de um cronograma de orientações, visando instrumentalizar a atuação de psicólogas/os que foram convocadas/os a campo para contingência de questões relacionadas à saúde mental. A metodologia abordada foi de rodas de conversa orientativas sobre Primeiros Cuidados Psicológicos (PCP), a partir das diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Comitê Permanente Interagências (Inter Agency Standing Committee - IASC). Trata-se de abordagem não privativa da Psicologia, independente de recursos materiais e de acessível transmissão, tendo como premissas a oferta de cuidado não invasivo e a capacidade de restabelecimento dos indivíduos e das coletividades a partir dos recursos locais, coadunando-se com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Compreendendo que ações de enfrentamento de crises competem aos equipamentos públicos, de modo intersetorial, e que o SUAS deve atuar em todas as fases do desastre - prevenção, preparação, resposta e reconstrução -, considera-se a metodologia de PCP uma potente ferramenta de trabalho na proteção social em eventos extremos.</p>
<p>Autoria: Flávia Cardozo de Mattos Larissa Goya Pierry Geovana da Silva Ferreira Antonieta Martins Lopes Bridi</p>	
<p>Email de contato: flaviacardozodemattos@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Práticas de cuidado em Psicologia: a potência dos encontros nas ruas.</p>	<p>As práticas e estratégias de cuidado em Psicologia devem ser permanentemente repensadas, considerando multiplicidades, flexibilidades e singularidade de relações, considerando tempos e espaços demandados. Neste relato de experiência, refletimos sobre as práticas de cuidado em Psicologia, junto a População em Situação de Rua (PSR), por conta de experiências de um estágio curricular em Psicologia Social, associado a um dispositivo de saúde do Consultório na Rua (CnR) de uma cidade do extremo sul do Brasil. Relacionando com conceitos de Psicologia Social e Saúde Coletiva, revisitamos as narrativas de nossos diários de campo, nos questionando o que pode a psicologia nas ruas. Em nossas discussões, elencamos três analisadores: espaço, tempo e relações, que compõem o campo de trabalho nas políticas públicas de saúde e assistência social, que instigam outras práticas de cuidado, que estão encadeadas a estruturas sociais, institucionais e afetivas. Ao longo de nossas reflexões, entendemos a potência da produção de encontros como estratégia cuidado em psicologia a pessoas em situação de rua, em que se defende a garantia de direitos e a atenção multidisciplinar, intersetorial e integral de saúde e assistência. Para além disso, também ressaltamos a importância de pesquisas e intervenções no território da rua, exercitando outros e novos modos de fazer Psicologia.</p>
<p>Autoria: Bruna Medeiros Molina Ornella Erdós Dapuzzo Carine Medeiros Correia Rita de Cássia Maciazeki Gomes</p>	
<p>Email de contato: brunammolina@hotmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Práticas intersetoriais na proteção social especial às crianças e adolescentes em acolhimento institucional.</p>	<p>O presente trabalho tem como objetivo relatar as práticas intersetoriais realizadas em uma Casa de Acolhimento Institucional destinada às crianças e adolescentes em situação de risco no município de São Borja/RS. O serviço, que faz parte da Proteção Social Especial da Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), articula-se com a Rede de Proteção no território, composta pelo CRAS, CREAS, Atenção Primária à Saúde, CAPS, Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público, Conselho Tutelar e Escolas. A equipe técnica (psicóloga e assistente social) elabora o Plano Individual de Atendimento, registrando o motivo de institucionalização, contexto familiar e principais demandas sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Nesse contexto, a Psicologia pode contribuir amplamente visando alinhar e fortalecer as intervenções para a garantia de direitos e a promoção de saúde integral, tendo em vista que está relacionada a múltiplos determinantes sociais e exige, portanto, estratégias que favoreçam a integração de políticas setoriais para o pleno desenvolvimento infantojuvenil. Assim, deve articular-se com as equipes multidisciplinares dos serviços que compõe a Rede através de reuniões periódicas, visando assegurar uma escuta qualificada que transponha uma lógica reducionista e medicalizante, assegurando, ainda, o direito ao lazer, à cultura, à educação, ao esporte e ao pertencimento social através de atividades multiculturais, projetos e ações coletivas. Dessa forma, conclui-se que as práticas intersetoriais precisam ser desenvolvidas de forma articulada, visando a redução de danos e a prevenção de novos riscos, preservando, assim, os aspectos biopsicossociais do desenvolvimento e os direitos das crianças e dos adolescentes.</p>
<p>Autoria: Angelina da Silva Pires</p>	
<p>Email de contato: angelinapires1967@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Psicologia e orientação para pais por adoção: relato de experiência de extensão universitária.</p>	<p>Este relato tem por objetivo compartilhar a experiência de um atendimento realizado em um projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Maria, com o objetivo de orientar pais e mães por adoção. Foram ofertados atendimentos online por estudantes do curso de graduação e Pós-graduação em Psicologia para um casal residente na região metropolitana do Estado do RS, que adotaram um adolescente de 13 anos de idade e que estavam no período de adaptação. Foram realizados 08 atendimentos sendo que somente a mãe participou do primeiro e nos demais estiveram presentes a mãe e o pai. Os atendimentos de orientação levaram em consideração a história da família que se conheceu há pouco mais de dois meses, que contava com as informações progressivas de vida narradas pelo adolescente “de poucas palavras” e da equipe técnica da Casa Lar onde esteve acolhido por mais de 03 anos, sendo que anteriormente ele já havia passado por outro acolhimento institucional. Os principais desafios enfrentados na experiência de orientação para pais por adoção foram referentes a lógica do cuidado suficientemente bom às vítimas de violência, uma vez que havia ciúmes da família adotante quanto às memórias do filho adolescente em relação aos cuidadores no acolhimento. Percebeu-se uma certa fragilidade na preparação e no acompanhamento de famílias pretendentes à adoção e adotivas e que o papel da equipe técnica da Casa Lar teve grande relevância para a formação de vínculo, bem como, as orientações oferecidas pela Extensão Universitária tiveram para a aceitação da história da família.</p>
<p>Autoria: Cláudia Vanessa Schneider Karen Sihe da Rosa Sol Carolina Ferreira Costa Aline Cardoso Siqueira</p>	
<p>Email de contato: schneider.claudiavanessa@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Revisão sistemática: práticas educativas em famílias acolhedoras.</p>	<p>A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), no Brasil, baseada na doutrina da proteção integral, incentivou práticas inovadoras em adoção, focando no melhor interesse da criança. O acolhimento familiar emergiu como uma medida protetiva para crianças e adolescentes em vulnerabilidade, oferecendo uma alternativa ao cuidado institucional. Os Serviços de Acolhimento em Famílias Acolhedoras (SFA) trabalham com acolhidos, famílias de origem, e famílias acolhedoras, visando a um atendimento qualificado e temporário até que uma solução permanente, como a reintegração familiar ou adoção, seja alcançada. Trata-se de uma revisão sistemática que compilou pesquisas nacionais e internacionais sobre práticas educativas de pais/cuidadores em famílias acolhedoras, investigando suas repercussões no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Foram consultadas as bases de dados Web of Science e Scopus, utilizando os descritores “fostercare” e “parenting”, de 2013 a 2023, resultando em 675 artigos. Os critérios de exclusão foram: artigos duplicados, revisões, relatos de treinamentos ou testes, e estudos contextuais à pandemia. Selecionaram-se artigos que detalham práticas educativas em famílias acolhedoras, totalizando sete estudos. Entre os resultados, tem-se que todos os artigos revisados eram internacionais, abordando principalmente a perspectiva dos cuidadores e a profissionalização do cuidado. As práticas educativas positivas são capazes de promover o rompimento de possíveis ciclos de violência vivenciados pelos jovens acolhidos. Conclui-se que há uma escassez de estudos sobre práticas educativas em famílias acolhedoras no contexto brasileiro e que considerem as vozes dos acolhidos. A sistematização da literatura existente pode fornecer insights valiosos e identificar lacunas para futuras pesquisas.</p>
<p>Autoria: Cláudia Vanessa Schneider Anna Carolina Maurer da Rocha Karen Sihe da Rosa Aline Cardoso Siqueira</p>	
<p>Email de contato: schneider.claudiavanessa@gmail.com</p>	

ETAPA SUDESTE

Título	Resumo
A importância da articulação em rede para a construção dos fluxos de atendimento do PAEFI	<p>O PAEFI é um serviço da Proteção Social Especial (PSE) e seu objetivo é o atendimento e acompanhamento de famílias e indivíduos que sofreram algum tipo de violação de direitos. No caso das pessoas idosas, são vários os tipos de violência que chegam ao CREAS: abandono, negligência, maus tratos, violência física, psicológica e sexual, violência institucional e abuso financeiro. Quando iniciei minha atuação enquanto psicóloga integrante da equipe técnica no atendimento às pessoas idosas, observei que não havia fluxos de atendimento interno e externos bem definidos, o que contribuía para a indiscernibilidade das competências do serviço, culminando na sobrecarga de trabalho e adoecimento dos profissionais. Com a instituição do Núcleo Intersetorial de Prevenção à Violência e Promoção da Paz (NUPAZ) em Julho de 2023, que possui como um dos objetivos a articulação intersetorial e fortalecimento da rede para construção e organização dos fluxos de atendimento às pessoas vítimas de violência, vislumbrei a possibilidade de promover discussões para sensibilização da rede sobre a violência contra a pessoa idosa, identificando as competências de cada serviço ou órgão no atendimento dos casos. Após um ano de trabalho no Nupaz, conseguimos avançar apesar dos desafios e tensionamentos próprios de um trabalho que preza pela intersetorialidade. Dada as especificidades de cada tipo de violência, atualmente finalizamos os fluxogramas relativos às violências física, sexual e institucional e continuamos trabalhando para construção dos demais fluxos, visando a elaboração de um Protocolo Municipal de Atendimento às Pessoas Idosas Vítimas de Violência.</p>
Autoria: Josiane Cristina Orlando de Souza	
Email de contato: jopsi@usp.br	

Título	Resumo
<p>A importância do resgate histórico no território para uma prática profissional.</p>	<p>As transformações ocorridas em comunidades vulnerabilizadas costumam ser resultado da confluência entre as lutas comunitárias e a presença de políticas públicas. Tal processo envolve dimensões psicológicas e sociais e constituem objeto de interesse da Psicologia Social Comunitária. Na proteção básica, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), considera-se que a promoção da autocompreensão e autoestima constituem, por assim dizer, meios imprescindíveis para incentivar o empoderamento das famílias usuárias do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família). Algumas das estratégias pontuadas com esse objetivo são: O trabalho com memória social, o resgate de tradições, da história do território, das trajetórias familiares e da identidade da população. Diante desse cenário, este projeto visa suscitar a realidade concreta da favela Naval, na cidade de Diadema, São Paulo. O objetivo consiste em descrever e analisar as transformações vivenciadas a partir da presença de políticas públicas sociais no território, ponderando a respeito da relevância desse conteúdo para uma atuação profissional consciente, crítica e afetiva no contexto do SUAS. Para tanto, o método utilizado foi o estudo de caso, combinando técnicas de pesquisa bibliográfica, observação participante e entrevista orientada por roteiro semi-dirigido com uma liderança comunitária atuante no território. Buscou-se relacionar história do território e biografia de uma de suas lideranças locais mais importantes. Os resultados indicam a relação entre espaço e subjetividade como via promissora para o campo psicossocial comunitário, tendo em vista a relação entre processos de fortalecimento comunitário e implementação de políticas públicas.</p>
<p>Autoria: Raquel Armanda Sória dos Santos Talita Maziero de Andrade Jeniffer Sousa Evangelista Menezes Sofia Chamelian</p>	
<p>Email de contato: quelsoria@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>A Psicologia na comissão local de assistência social - CLAS.</p>	<p>O relato propõe apresentar a experiência da psicóloga no processo de execução da Comissão Local de Assistência Social - CLAS, realizada mensalmente em um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS da região norte da cidade de Belo Horizonte/MG. As CLAS são instâncias em que os(as) participantes tem a função e atribuição de acompanhar a oferta pública de serviços, programas, projetos e benefícios, os quais estão vinculados como usuários (as) da Política de Assistência Social. Além disso, objetiva proporcionar um espaço horizontal e protagonista da população no sentido de identificar demandas socioassistenciais a partir das vivências do território e possibilitar construções de estratégias coletivas para a redução das injustiças, desigualdades e desproteções sociais locais. Neste sentido, aponta-se a relevância da participação e contribuição da(o) psicóloga(o) no processo de instituição e manutenção deste espaço de participação popular, considerando o compromisso social, técnico, ético, político e sua responsabilidade como trabalhador(a) do SUAS. Faz-se necessário registrar a tarefa ativa da(o) psicóloga(o) que deve apresentar-se como apoio para os usuários na condução dos processos, incluindo os demais trabalhadores, gestores e entidades socioassistenciais, com o objetivo de promover um ambiente democrático, com reflexões críticas acerca das vivências do território que possibilite identificar as fragilidades e potencialidades das diversas realidades, na busca de um “fazer junto” que faça sentido e que mobilize os sujeitos para o desenvolvimento da autonomia e de ações emancipatórias que resultem no fortalecimento da cidadania para o enfrentamento das situações de desproteções sociais.</p>
<p>Autoria: Roberta Dias Freire</p>	
<p>Email de contato: roberta.freire@pbh.gov.br</p>	

Título	Resumo
<p>A Psicologia na gestão do SUAS: experiências de Belo Horizonte</p>	<p>As demandas socioassistenciais de territórios tão diversos que integram uma metrópole exigem, para além da rede de provisões, uma estrutura de gestão robusta que, no caso de Belo Horizonte, incorpora centenas de trabalhadores, com e sem funções gratificadas, e de diferentes níveis de escolaridade. Alguns dos desafios de gestão enfrentados cotidianamente dizem respeito à coordenação intrassetorial, às articulações intersetoriais e aos diálogos interinstitucionais. Há normativas e orientações técnicas para a atuação profissional no trabalho socioassistencial, o que não se observa para o trabalho na gestão do SUAS. Em termos práticos, realizamos atividades específicas de cada etapa do ciclo de políticas públicas, assim como de integração entre elas. Dessas, destacamos: o apoio técnico ao controle social e às instâncias de gestão participativa nos processos de constituição de agenda e da avaliação; o apoio técnico às equipes socioassistenciais na implementação cotidiana do SUAS; e as atividades técnico-administrativas na formulação da política. Essas atividades exigem conhecimentos de diferentes áreas científicas, de diferentes setores das políticas públicas e das dinâmicas territoriais. Concluimos que a psicologia contribui no fomento à dialogicidade, participação e democratização dos processos de gestão; na potencialização da ação dos trabalhadores no enfrentamento das situações de desproteção social e na humanização do trabalho na gestão pública, historicamente burocratizado. Avaliamos a importância da sistematização das práticas da psicologia na gestão do SUAS e recomendamos a atualização do documento “Como os psicólogos e as psicólogas podem contribuir para avançar o SUAS - informações para gestoras e gestores”, publicado pelo CFP/CREPOP em 2011.</p>
<p>Autoria: Maria Aline Gomes Barboza Lívia Ferreira de Araújo Rosa Carlos Eduardo Firmino Daniele Souza Carmona</p>	
<p>Email de contato: linepur@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Atividades de cuidado emocional para os trabalhadores do Suas/ Recife: relato de experiência.</p>	<p>A Equipe de Cuidado Emocional (ECE) da Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente (GGTEP) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do município de Recife promove atividades de cuidado para trabalhadores denominadas Supervisões Clínicas (SC). As SC são espaços de diálogo sobre questões psicossociais de trabalho nos serviços socioassistenciais. A proposta consiste em organizar grupos de até 20 trabalhadores por serviço, facilitados pelas duas psicólogas da ECE, e realizar até 6 encontros, em que perguntas ou dinâmicas disparam o diálogo. A SC é resguardada pelo sigilo e pode ser realizada através de: busca ativa, solicitação de chefias, demanda espontânea dos trabalhadores ou indicação da equipe de Supervisão Técnica da GGTEP. Nos grupos, aborda-se o cotidiano dos trabalhadores, as dificuldades e potencialidades de saúde mental no trabalho e construções coletivas de ações de cuidado emocional para os serviços. Tem-se como base teórico-metodológica teorias psicossociais do trabalho como: a Psicologia Social do Trabalho, a Psicodinâmica do Trabalho (Christopher Dejours) e a Clínica da Atividade (Yves Clot), além das referências teóricas elaboradas pelo Crepop do Conselho Federal de Psicologia. As SC têm tido boa adesão nos serviços e têm recebido retornos positivos dos trabalhadores participantes. A partir desta experiência, reforça-se a importância da atenção à saúde mental do trabalhador do SUAS, buscando a mobilização da escuta e do diálogo para o fortalecimento de coletivos que possam promover a valorização do trabalho e melhores condições, inclusão, acessibilidade, conscientização e combate ao assédio, entre outras pautas fundamentais para a saúde do trabalhador.</p>
<p>Autoria: Alice do Santos Vasconcelos Thais Gomes Pinto Ribeiro Laurisabel Guimarães Pinheiro Ana Emmanuela Reis Monteiro Brito</p>	
<p>Email de contato: alicevasconcelos@hotmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>CREAS Mesquita: atendimento intersetorial e psicológico a públicos vulneráveis.</p>	<p>O artigo explora o papel do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mais especificamente do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no atendimento a diferentes públicos em situação de vulnerabilidade e violação de direitos no município de Mesquita, no estado do Rio de Janeiro. São discutidos os serviços voltados para diferentes públicos alvos, sendo eles crianças e adolescentes, jovens em medidas socioeducativas, pessoas com deficiência, idosos, homens e mulheres vítimas de violação de direitos. Quanto à equipe técnica do CREAS, não há diferenciação na função dos profissionais, entretanto no decorrer do artigo pontuamos o diferencial da psicologia no atendimento psicossocial perante a equipe multiprofissional com o objetivo de fortalecer a capacidade de enfrentamento das situações de vulnerabilidade social e promover a autonomia dos usuários. Bem como, será detalhado o fluxo de trabalho e a importância da intersetorialidade do equipamento, destacando a implementação de práticas que priorizam a interseção entre diversos setores sociais para garantir a proteção e promoção dos direitos dos indivíduos e seus núcleos familiares acompanhados; além de abordar os desafios enfrentados nesse processo, permitindo uma abordagem mais holística e integrada.</p>
<p>Autoria: Jéssica Taiane dos Santos da Costa Gabriela Simoes de Oliveira Luana dos Santos Souza</p>	
<p>Email de contato: psi.jessicataiane@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Demandas dos sistemas de justiça à Psicologia no Sistema Único de Assistência Social.</p>	<p>Os órgãos do Sistema de Justiça acionam a rede socioassistencial quando se deparam com situações de violação de direitos de famílias e indivíduos. A assistência social responde a esses casos, inserindo os usuários no conjunto de suas proteções. O trabalho realizado pelas equipes de profissionais do SUAS vincula-se ao atendimento e acompanhamento dessas famílias e/ou indivíduos, visando a proteção social e a garantia dos direitos socioassistenciais. Observa-se que grande parte das demandas do judiciário para as psicólogas inseridas no SUAS se referem principalmente a solicitações de relatórios/ laudos, psicoterapia, elaboração de pareceres, avaliação psicológica ou social, acompanhamento em audiências e averiguação de denúncia. Não bastasse tais solicitações extrapolarem as atribuições e as competências dessas profissionais, muitas vezes, elas chegam de forma impositiva e ameaças de penas por descumprimento. No presente trabalho, a partir da apresentação de vinhetas de casos, com base nas orientações e normativas da profissão e do trabalho técnico no SUAS, pretende-se contribuir para o debate sobre as implicações éticas e técnicas presentes na interface do SUAS com o Sistema de Justiça, no intuito de orientar e qualificar as respostas da categoria inserida nessa política pública às demandas do judiciário, sobretudo, aquelas que venham extrapolar as suas competências.</p>
<p>Autoria: Marleide Marques de Castro</p>	
<p>Email de contato: marleidemarques@yahoo.com.br</p>	

Título	Resumo
<p>Espaço Jovem.</p>	<p>O CREAS de Embu das Artes realiza atendimentos coletivos e os adolescentes, participantes desses grupos, se queixaram de que eles não se sentiam pertencentes à Instituição por não existir um espaço que refletisse sua identidade para se sentirem verdadeiramente acolhidos. Então, foi desenvolvido o projeto “Espaço Jovem”, com os objetivos de proporcionar um ambiente de acolhimento para os adolescentes/jovens atendidos, visando fortalecer a confiança e o compromisso deles com a equipe e o serviço; promover o Protagonismo Juvenil, incentivando a participação ativa na criação de um espaço compartilhado por todos, estimulando o desenvolvimento pessoal e a autonomia; e estabelecer um ambiente que promova o sentimento de pertencimento, fundamental nessa fase de desenvolvimento. O projeto foi dividido em três etapas: a primeira, o levantamento sobre como gostariam que o “espaço jovem” fosse organizado; a segunda, captação de recursos financeiros para a criação do espaço; a terceira, a construção coletiva do local. Os adolescentes e jovens do CREAS criaram as regras do “Espaço Jovem”, que foi construído em uma sala anteriormente destinada a atendimento familiar. Agora, esse local funciona como um espaço de acolhimento, disponível para uso a qualquer momento, mesmo sem agendamento prévio para atendimentos. Hoje, além de se dedicarem à manutenção do espaço, frequentam mais assiduamente o CREAS e expressam um maior sentimento de segurança ao compartilharem suas experiências, evidenciando que o projeto alcançou seus objetivos ao promover um ambiente que estimula o senso de pertencimento, cuidado e construção coletiva, tornando-se um lugar onde os adolescentes desejam genuinamente fazer parte.</p>
<p>Autoria: Priscila Sartorelli Fernandes Pontes</p>	
<p>Email de contato: prisartorelli@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Grupo de Trabalho participação popular: uma estratégia de mobilização.</p>	<p>A nova constituição Federal de 1988 evidencia (Artigo 204, Inciso II): As ações governamentais na área da Assistência Social têm como uma de suas diretrizes a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (Rocha, 2009). A partir do exposto, são realizadas periodicamente as Conferências Municipais de Assistência Social (CMAS). Durante a XXII CMAS constatou-se uma reduzida participação da sociedade civil, o que culminou em encaminhamento para à Comissão de Formação e Comunicação estimular a participação popular através dos COREAS. Os COREAS são Conselhos Regionais de Assistência Social instituídos na cidade de Juiz de Fora-MG. Criou-se então um Grupo de Trabalho (GT) com este objetivo: Recompôr os 11 COREAS, fortalecendo e superando o esvaziamento desses espaços coletivos. A metodologia adotada foram encontros quinzenais, com representantes de todos os CRAS, entre eles psicólogas e assistentes sociais. As discussões realizadas no GT eram compartilhadas a toda equipe. Foram realizadas várias etapas que culminaram ao final em um processo eleitoral do COREAS, com representantes governamentais, usuários e não-governamentais. Considera-se que a atividade cumpriu seu objetivo, e indicou para a necessidade de sua continuidade, tendo como objetivo final conferências mais participativas e com paridade entre profissionais e usuários.</p>
<p>Autoria: Júlia Magna da Silva Teixeira</p>	
<p>Email de contato: julia.magnas@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Grupo mobilizar, agir para garantir.</p>	<p>O presente trabalho traz um relato de experiência sobre intervenções em grupo focal que estão sendo desenvolvidas por duas psicólogas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Região Noroeste Bauru com o tema “direitos humanos”. A proposta emergiu em um dos encontros realizados pelo grupo de estudos de psicólogas atuantes na microrregião do CRAS de referência (território IX de Julho). Cabe ressaltar que se trata de uma região periférica e que apresenta diversos índices de vulnerabilidade. De forma transversal, dentro do SCFV foi identificado pela equipe multidisciplinar a eminente demanda de trabalhar ferramentas coletivas de intervenção com determinados usuários. Após compreender o perfil (nome, idade, interesses, comportamentos), as psicólogas, com apoio de uma educadora social, uniram as necessidades e iniciaram as intervenções em grupo trazendo o enfoque aos direitos humanos. O coletivo que já está no sétimo encontro utiliza diferentes metodologias objetivando reflexão e fomento da consciência crítica. Entre elas destacamos: dinâmicas, rodas de conversa, cartilhas, visita ao CMDCA, horta, teatro, culinária. Nota-se que os encontros têm se tornado cada vez mais produtivos e experiências práticas são ferramentas funcionais de intervenção. Embora a temática possua complexidade, o conteúdo vem sendo assimilado com clareza, o que contribui com o desenvolvimento biopsicossocial do sujeito. Como desafio, podemos citar a dificuldade de administrar dificuldades individuais de cada participante (problemas de comportamento, déficit escolar, baixo engajamento, desinteresse). Frente a isso, a equipe tem buscado alternativas como atividades atrativas.</p>
<p>Autoria: Arianni Milano Liliana Mercedes Aguirre De La Cruz</p>	
<p>Email de contato: aariannimilano@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>O atendimento psicossocial de crianças e adolescentes vítimas de violência: contribuições Winnicotti.</p>	<p>Este artigo discute os conflitos vivenciados, enquanto psicólogo, em um Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência (SPVV), bem como o papel do profissional de psicologia no atendimento desse público, principalmente quando a violência era do tipo sexual e/ou quando a vítima apresentava consequências psíquicas traumáticas dessa (ou de outra) violência. Tem como objetivo indicar paralelos entre a proposta de trabalho ofertada no Sistema Único de Assistência Social e a teoria do amadurecimento do psicanalista inglês Donald Woods Winnicott, destacando especialmente suas contribuições para o atendimento psicossocial de crianças e adolescentes vítimas de violência. Para isso, foi realizada revisão bibliográfica relacionada à Política Nacional de Assistência Social e ao Sistema Único de Assistência Social com os estudos winnicottianos referentes ao ambiente facilitador. Conclui-se que a assistência social proporciona a provisão ambiental e que esta é fundamental para a concretização da tendência inata à integração de cada indivíduo, conforme a teoria de Winnicott. O atendimento psicossocial está na transição do interno e externo, do subjetivo e objetivo. Portanto, o profissional de psicologia, no atendimento psicossocial, favorece um ambiente suficientemente bom, que facilite a tendência inata à integração e a torne realidade na vida dos usuários.</p>
<p>Autoria: Antônio Rivaldo Brasil de Lima</p>	
<p>Email de contato: rivaldobrasillima@hotmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>O compromisso ético político na práxis psicológica: lutas e resistência na construção do SUAS.</p>	<p>As políticas públicas brasileiras encontram-se em constante processo de construção, constituindo-se como campo de forças em tensionamento, no qual diversos agentes sociais, sociedade civil, usuários dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, trabalhadores, e militantes, defendem a manutenção e melhorias nesta política, ressaltando, nas discussões e debates, seu caráter fundamental para erradicação da miséria e combate à vulnerabilidades que, historicamente, afetam consideravelmente a população brasileira, privando de condições básicas e dignas para suas existências. Em nossas práticas cotidianas, embora existam desafio de diversas ordens, o Art. 1 da Lei Orgânica de Assistência Social (Brasil, 1993) que dispõe em “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. Ante as dificuldades e impossibilidades de dar cumprimento, enquanto trabalhadoras do SUAS, imbuídos na perspectiva do compromisso social da psicologia, ao perceberem-se impossibilitados de atuar em conformidade com os princípios éticos e políticos da práxis psicológicas brasileiras, apresentam acentuado sofrimento psíquico, gera aniquilamento, a priori, intencional, estabelecendo-se uma orquestra muito bem articulada para fragilizar e debilitar, o SUAS, o trabalho das psicólogas e psicólogos. Questiona-se, assim, para não ser tomada por condições de adoecimento ou pelo ressentimento, como resistir? Talvez, e procura por aliadas que, na participação social, lutam, em ato de resistência, para fazerem-se escutados. Esta orquestra de muitas cores, instrumentos, batiques, cantos e vozes, não nos fará esmorecer.</p>
<p>Autoria: Danthi Barbosa Lima Vitor Benevenuto de Freitas</p>	
<p>Email de contato: danthi.psicologia@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>O grupo como ferramenta potente na apropriação do protagonismo social.</p>	<p>O presente trabalho tem por objetivo o compartilhar de saberes obtidos através da prática em grupos socioassistenciais assistidos e tipificados. O grupo em questão é composto por mulheres, nas diretrizes do PAIF. Ele acontece em Pedregulho, cidade do interior de São Paulo. É importante ressaltar que, a priori, não era um grupo de gênero definido, mas, tornou-se organicamente. Guiado à luz teórica do Psicodrama, as participantes são estimuladas à ação ativa e experienciada, possibilitando, assim, a construção conjunta de pensamentos críticos e a apropriação de um protagonismo social real e fortalecido. Notando que esses resultados são obtidos através de vínculo, afeto e troca de experiências. Por ser um grupo de anos de existência, que sobreviveu, adaptou-se e superou a pandemia, torna-se possível mensurar como e quanto esse protagonismo social se concretiza na vida das usuárias e suas famílias; fica visível a apreensão individual e coletiva e a tradução do trabalho na vida de cada pessoa. Posto isso, o desafio da psicologia, no SUAS, é saber fazer de seus grupos socioassistenciais fonte potente de mudança social. O convite aqui é compreender um caminho possível de superar esse desafio.</p>
<p>Autoria: Marissa Vanini Garcia Neves Marques</p>	
<p>Email de contato: marissavg@hotmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Oficinas de criatividade: uma experiência de intervenção psicossocial com grupos em situação de rua.</p>	<p>A atuação no contexto da Política de Assistência Social requer do profissional da psicologia a construção de novas referências para o exercício de uma clínica não tradicional, em caráter ampliado e de trabalho com foco na proteção social, defesa e garantia de direitos. Nessa perspectiva, o presente relato de experiência cumpre o propósito de socialização da prática exitosa de trabalho com grupos desenvolvida em 2023 como parte do estágio supervisionado em Práticas Psicológicas da Universidade Paulista, que envolveu o manejo de Oficinas de Criatividade com pessoas em situação de rua acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias em Casa de Passagem de Jundiáí-SP. Ao todo, foram organizados 20 encontros, semanais e em grupos abertos, nos quais, apoiando-se no referencial fenomenológico-existencial e no uso de recursos expressivos, buscou-se a criação de um ambiente acolhedor e potencial para a lida com temas emergentes da experiência pessoal e grupal dos participantes, por meio do compartilhamento de vivências acerca dos seus direitos, vínculos e de sua contextualização no território. Ao término do processo, foi possível concluir que as oficinas na Casa de Passagem apresentaram-se como um espaço alternativo de acolhida e convivência a um público sem acessos, possibilitando a abertura para o desenvolvimento de condições para o autocuidado e a construção de projetos pessoais visando à superação da situação de vulnerabilidade social e fortalecimento da autonomia.</p>
<p>Autoria: Bruno Moralles Vechiatto Patricia Shalana Albertuni Esther Novaes Gomes Pereira</p>	
<p>Email de contato: brunovechiatto300@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Pessoas em situação de rua e oficina de cidadania: corpos que resistem.</p>	<p>A oficina de cidadania surgiu para possibilitar que as pessoas em situação de rua atendidas pelo Centro POP de Uberaba-MG, pudessem discutir sobre noções de direitos fundamentais, de como acessá-los e principalmente de como se organizarem para reivindicá-los. Os temas debatidos nas oficinas eram variados, contemplando violência, discriminação, saúde, educação, moradia, alimentação, cultura, esporte e lazer e outros. As oficinas aconteciam uma vez por semana, e tinham adesão de em média 20 pessoas e eram conduzidas por mim, enquanto psicóloga da unidade e pelos estagiários de psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). A criação de redes de conexão e experimentação de afetos nos espaços da oficina reverberaram no I Fórum Regional para População em Situação de Rua realizado em praça pública. Este foi o primeiro encontro pensado, produzido e realizado pela população em situação de rua, por eles, sobre eles e para eles, experimentado com intensidade a possibilidade de relações transversais e de forças desejantes e produtivas do instituinte. Portanto, nas ofertas de serviço à população de rua, é preciso agenciar encontros potentes, experimentações de afetos, criação e reinvenção dos modos de vida. O trabalho não pode consistir apenas na oferta dos mínimos sociais, com a pressão de encaminhamento para acolhimento institucional ou para o mercado formal de trabalho. As práticas verticalizadas como a imposição de um modelo dominante de modo de vida, baseado na clausura e na reprodução de subjetividades assujeitadas não podem mais fazer parte das ofertas de serviço.</p>
<p>Autoria: Josiane Cristina Orlando de Souza</p>	
<p>Email de contato: jopsi@usp.br</p>	

Título	Resumo
<p>Quando a criança te escolhe: implicações do relato espontâneo no Sistema Único de Assistência Social.</p>	<p>Esta comunicação tem por objetivo elucidar a atuação do psicólogo socioassistencial na rede de proteção da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, no que tange o enfrentamento contra a revitimização. Em conformidade com o Decreto Municipal nº 9.165, de 8 de janeiro de 2020, que regulamenta, no âmbito do município de São Roque, o disposto na Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), explana-se sobre o fluxo de atendimento referente a esta demanda, com ênfase no relato espontâneo da situação de violência vivida ou testemunhada, que é de responsabilidade da rede de proteção. Com base metodológica por um viés de relato de experiência, elucidada-se sobre a importância da atuação referente a Psicologia dentro do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, no nível da proteção social básica, especificamente no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS São João Novo, localizado na cidade de São Roque/SP.</p>
<p>Autoria: Najla Gergi Krouchane</p>	
<p>Email de contato: najlaatui@hotmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Questionar e refletir, para mudar.</p>	<p>A “Alucinação de Belchior” 1976, atualiza-se diante de um atravessamento que tenho vivenciado, especificamente em um CRAS de Contagem. Sendo ponto importante para discussões e novas possibilidades de acolhida e acompanhamento das famílias. À negação diante dos marcadores sociais, classe, raça e gênero, importantes para a compreensão dos territórios e modos de vida das famílias que atendemos. É notório que as mulheres, e mulheres negras e pobres são o maior percentual dos usuários que acessam a assistência. Questiono, se seria uma atualização de nossas próprias questões enquanto operadoras desta política, uma vez que somos maioria mulheres com grande incidência de mulheres pretas, de uma classe social não identificada por indicadores, mas que apontam empiricamente para uma classe baixa ou de origem baixa, em asserção para média. E a recusa de atender pessoas que supostamente, fazem uso de álcool e outras drogas e de pessoas trans, desconsiderando o nome social e pronomes assumidos por estas. Como, uma política idealizada para as populações em vulnerabilidade social, expectar receber usuários branqueados, limpos, são, formatados, sóbrios, heteronormativos, cis, colonizáveis e catequisáveis? Convoco a psicologia a pensar tais marcadores, a partir do primeiro principio fundamental: “a promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano”, passando ao segundo: “contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligencia, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. E me atenho ao terceiro que diz: “a psicóloga atuará com responsabilidade social, analisando, crítica e historicamente, a realidade política, econômica, social e cultural”.</p>
<p>Autoria: Gabrielly Dolores Rios da Cunha</p>	
<p>Email de contato: agabriellyrios@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Relato de experiência de estágio em Psicologia Social.</p>	<p>O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivida em um estágio de Psicologia Social realizado no primeiro semestre de 2024. Este estágio ocorreu no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS I) do interior do estado de São Paulo. No referido serviço são acompanhadas com atendimentos especializados famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. A prática de estágio proporcionou a estudante de psicologia contato direto com a população assistida e aprendizados sobre o serviço socioassistencial. Foi possível, com a imersão nas atividades do CREAS exercer a escuta ativa e acolhedora frente a vulnerabilidade do outro e ressignificar a frustração presente diante da complexidade do contexto social e emocional, sendo este motor de mudança para os enfrentamentos e desafios existentes. Assim, ao conhecer a prática da psicologia social foi possível compreender a importância do acolhimento de qualidade, do cuidado ativo e dos desafios relacionados à saúde mental dos usuários do serviço. Portanto, é necessário ressaltar a importância do psicólogo nesses serviços e espaços para a gestão da demanda, construção do cuidado ampliado, com grupos socioeducacionais que contemplem e fortaleçam as redes de apoio às pessoas violentadas em seus direitos e em sofrimento emocional e, acima de tudo, para a magna contribuição da experiência para a formação de psicólogos críticos, sociais e sensíveis às vivências do outro.</p>
<p>Autoria: Mariana Rocha Siqueira Gabriel Campos Cardoso Valeria Beghelli Ferreira</p>	
<p>Email de contato: acadmarianars@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Saberes populares - resgatando e valorizando a sabedoria cultural.</p>	<p>A Oficina de Saberes Populares, realizada semanalmente de 2022 a 2023 no Núcleo de Convivência do Idoso, São Mateus, extremo leste da Cidade de São Paulo, teve seu início na Biblioteca do CEU Alto Alegre, com trocas afetivas e literárias em rodas de poesia. E inspirada por cantigas de roda, como “Farinhada” de Luís Gonzaga, a oficina explorou as histórias pessoais dos participantes. Ao longo dos encontros, temas de cultura popular guiaram discussões que valorizaram práticas, hábitos e conhecimentos transmitidos de geração em geração através de narrativas pessoais. Os participantes compartilharam suas histórias em vídeos curtos, destacando expressões populares como Taboa, Taioba, Araruta, Taquara, Cambuquira, e experiências como plantação de café e colheita de algodão. Os registros além de preservar memórias, integraram os idosos ao meio digital, ampliando o alcance das histórias por meio das redes sociais. O encerramento emocionante foi realizado no CEU Alto Alegre, unindo participantes e comunidade em celebração das contribuições culturais. Esta iniciativa não apenas reafirmou a importância de preservar, compartilhar o patrimônio cultural, fortaleceu laços comunitários, contribuindo para um envelhecimento mais ativo, valorizando os participantes que se viram representados por meio de seus relatos. Em 2022, a oficina recebeu título: Reconhecimento social “Maria Antonieta Guerriero” - Colegiado da Pessoa Idosa e também foi uma das ganhadoras do “Envelhecimento Digno”- Conselho Municipal da Pessoa Idosa, com a participação do CEU Alto Alegre, exaltando o fazer da Psicologia no SUAS, trazendo visibilidade a muitas histórias das que encontramos no caminho das ações realizadas dentro da Assistência Social.</p>
<p>Autoria: Jeane Aparecida da Silva</p>	
<p>Email de contato: jeane.psico@yahoo.com.br</p>	

Título	Resumo
<p>Serviço transitar: ofertando acompanhamento para jovens egressos de serviços de acolhimento.</p>	<p>O município de Osasco, por meio da Secretaria de Assistência Social, é responsável pela execução da medida de proteção para crianças e adolescentes, executando-a por meio de duas modalidades de acolhimento: a institucional e a familiar. A responsabilidade para com os adolescentes que estão nesta medida protetiva ocorre até completarem os 18 anos - quando devem ser desacolhidos. Observando-se a necessidade de atenção a este público, o qual está em processo de construção de sua maioridade, e a situação de vulnerabilidade em que ainda se encontram, buscou-se soluções para atender a esta demanda com a consequente criação do Serviço Transitar - o qual acompanha e apoia o processo de transição de jovens, de 16 anos a 21 anos, que estejam em medida acolhimento ou de egressos. A formulação e implementação de um serviço não previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (MDS, 2014) apresenta-se como uma complexa, mas necessária, ação de política pública. O Transitar conta com uma equipe composta por supervisão técnica, assistente social, psicólogo, educadora social, cozinheira e administrativo; oferta acompanhamento socioassistencial por meio de atendimento individual e em grupo, encaminhamentos à rede de serviços, realização de oficinas, eventos, visitas domiciliares e ações no território. O serviço, ainda que de modo incipiente, devido ao seu recente período de inauguração (fevereiro de 2023), tem se mostrado como um equipamento de referência aos adolescentes, sobretudo aos jovens desacolhidos por maioridade, que procuram por atendimento e orientações necessárias para a manutenção da vida adulta de forma autônoma e inserida na comunidade.</p>
<p>Autoria: Alberto Borges Valente Neto Edir Evaristo da Silva Carolina Maria Pamplona Ribeiro Salomon</p>	
<p>Email de contato: alberto.sas@osasco.sp.gov.br</p>	

Título	Resumo
<p>Supervisão Técnica em gestão estadual do SUAS.</p>	<p>A Supervisão Técnica em Gestão Estadual do SUAS foi ofertada aos profissionais da Gestão Estadual do SUAS da Subsecretaria de Assistência Social de Mato Grosso, no período de abril de 2022 a abril de 2023, pelo Instituto de Educação e Cultura José Carlos Pereira (IECULT), em resposta ao TR nº 014/2022 elaborado pela Superintendência de Gestão do SUAS. Foi desenvolvida por um corpo técnico multiprofissional composto por psicólogas e assistentes sociais. Seu objetivo foi qualificar os profissionais responsáveis pela gestão estadual do SUAS/MT, promovendo reflexão e estudo coletivo sobre questões relacionadas aos processos cotidianos de trabalho, práticas profissionais, e articulações com o território. O enfoque foi em uma gestão institucional participativa e intersetorial, fornecendo subsídios teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos para a construção de novas alternativas de intervenção, visando ampliar a proteção socioassistencial à população de Mato Grosso, fortalecer as instâncias participativas e o controle social. O processo de supervisão, na interseção entre educação, serviço social, psicologia e as concepções de educação permanente no SUAS, considerou os profissionais como sujeitos ativos e corresponsáveis pelo processo formativo. A dimensão subjetiva, presente na construção da prática profissional, no plano individual e coletivo, orientou os processos reflexivos e as temáticas abordadas. O encerramento se deu em forma de Mostra de Práticas Profissionais oportunizadas pela Supervisão Técnica, evidenciando mudanças nas relações intersubjetivas e nos processos de trabalho da equipe estadual e na ampliação dos processos participativos na gestão do SUAS/MT.</p>
<p>Autoria: Maria Julia Andrade Vale Cláudia Deitos Giongo Carlos Denis De Campos Pereira Sheila Carla de Queiroz Gomes</p>	
<p>Email de contato: majuvale@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Um CRAS na praça: a importância da mobilização comunitária e territorial.</p>	<p>Este trabalho tem a premissa de explorar as diversas faces possíveis da atuação do psicólogo socioassistencial, em nível de proteção social básica, nos Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, no que tange a mobilização comunitária e territorial. O psicólogo tem papel relevante de atuação nos movimentos grupais e coletivos no âmbito do enfrentamento às situações de vulnerabilidade e de risco social, com o objetivo de prevenção a violência e violação de direitos. A mobilização comunitária é importante para a disseminação de informações que possibilitam o acesso à garantia de direitos, bem como a importância de promover lideranças comunitárias, o que auxilia no pertencimento social. A metodologia utilizada, tem como referência o relato de experiência de ações coletivas realizadas em espaço público, local onde há uma ampla gama de circulação da população, ou seja, um lugar central onde se aglomera um grande número de moradores do território. As cartilhas “Referências Técnicas para atuação de Psicólogos no CRAS/SUAS” (2021) e as “Orientações Técnicas do Centro de Referência da Assistência Social” (2009), são os principais instrumentos utilizados para a execução das ações, assim como demais literaturas referentes ao tema. O relato de experiência decorre de ações realizadas no CRAS São João Novo, localizado na cidade de São Roque/SP, e o equipamento socioassistencial é situado em uma praça pública - espaço no qual acontecem as mobilizações comunitárias, onde participam os usuários dos programas e serviços, bem como a população em geral.</p>
<p>Autoria: Ricardo Caroprese Claudia Benatti Moreschi Najla Gergji Krouchane</p>	
<p>Email de contato: riccaroprese@gmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>Um olhar díspar: a cosmovisão da Psicologia na instância de controle social.</p>	<p>Este trabalho tem o objetivo de explanar sobre a atuação do psicólogo socioassistencial na instância de controle social, em especial, o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS do Município de São Roque/SP. A metodologia utilizada neste estudo, refere-se ao relato de experiência através da atuação do psicólogo socioassistencial na função de secretário executivo. A secretaria executiva é um órgão de assessoramento técnico aos conselhos de Assistência Social, atuando diretamente na instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social. O controle social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, ocorre através da participação da sociedade civil, principalmente através dos conselhos e conferências. A lei orgânica da assistência social - LOAS, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, o Plano Nacional de Assistência Social (2009), a resolução CNAS/MDS Nº 100, de 20 de abril de 2023, que estabelece as diretrizes para a estruturação, reformulação, funcionamento e acompanhamento dos conselhos de assistência social, e a Lei nº 3.376, de 28 de novembro de 2009, que dispõe sobre a reestruturação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS do Município da Estância Turística de São Roque, são as principais referências teóricas utilizadas neste trabalho, bem como demais materiais que complementam o tema. Portanto, este trabalho objetiva demonstrar a contribuição do olhar da psicologia, por meio de uma forma diferenciada e amplificada, através das bases teóricas e técnicas atribuídas a esta profissão.</p>
<p>Autoria: Najla Gergi Krouchane</p>	
<p>Email de contato: najlaatui@hotmail.com</p>	

Título	Resumo
<p>A experiência de narrar sobre si mesmo, a partir da prosa/poesia, em contexto de vulnerabilidade.</p>	<p>A atuação no contexto de política pública social voltada às pessoas com trajetória de rua, em situação de subalternização e precarização material e afetiva, devem primar pela produção de práticas políticas, sociais e culturais capazes de reposicionar o sujeito de forma crítica em relação ao seu desejo e aos outros modos de existir, funcionando também como espaço de denúncia e interrogação dos processos que produzem e normalizam as violências praticadas sistematicamente em corpos lidos como descartáveis. O presente relato de experiência pretende analisar as narrativas curtas, em prosa e poesia, desenvolvidas pelos integrantes que participaram do Grupo de Narrativas: Como se encontram na escrita? desenvolvido no Centro de Referência Especializado para pessoas em situação de rua, ofertado como modalidade de atendimento em grupo. Os encontros aconteceram durante o período de cinco meses, em formato aberto e periodicidade quinzenal, utilizando-se da metodologia participante, o que favoreceu a horizontalidade nos processos de construções textuais e a comunicação oral das experiências. Nesta perspectiva, buscamos apoiar espaços que favoreçam e promovam o fortalecimento dos vínculos de afetividade, pertencimento e outras sociabilidades. Observamos ainda que o grupo funcionou como estratégia de redução de danos e riscos, nas situações de uso de SPA e outras situações de vulnerabilidade. Por fim, concluímos que a experiência de narrar a si mesmo pode contribuir para a elaboração da própria história pessoal e, por sua vez, com o resgate e preservação das identidades dos usuários, em resistência ao mecanismo de invisibilidade e anulação destes corpos.</p>
<p>Autoria: Thayana Aparecida de Oliveira Ribeiro</p>	
<p>Email de contato: thayana12@gmail.com</p>	





Realização:
**Comissão Nacional de
Psicologia na Assistência
Social (CONPAS)**



**Conselho
Federal de
Psicologia**

**Conselhos
Regionais de
Psicologia**